



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 101 - SÁBADO, 11 DE AGOSTO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 266, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.	16330
Nº 267, de 2001, que aprova o ato que autoriza a ASEARC – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.	16330
Nº 268, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes – AMOVIM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.	16330
Nº 269, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.	16330
Nº 270, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Saúde Kassis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo.	16331
Nº 271, de 2001, que aprova o ato que autoriza a AUDES – Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará.	16331
Nº 272, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.	16331

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 90ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE AGOSTO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 190, de 2001 (nº 827/2001, na origem), de 8 do corrente, comunicando que se ausentará do País no dia 13 do corrente, para participar, juntamente com o Presidente Hugo Chávez, da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica

entre o Brasil e a Venezuela, em Santa Elena do Uairen.

16332

Nº 191, de 2001 (nº 837/2001, na origem), de 9 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 16 a 19 do corrente, para participar da XV Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Consulta e Certificação Política – Grupo do Rio, em Santiago do Chile.

16332

2.2.2 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 144/2001, de 11 de junho último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 103, de 2001, dos Senadores Geraldo Cândido, Heloísa Helena e Paulo Hartung. 16332

2.2.3 – Pareceres

Nºs 738, 739 e 740, de 2001, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências. 16332

2.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Nº 77/2001, de 26 de junho último, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências. 16348

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, cujos pareceres foram li- dos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. . 16348

2.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 429, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes cópia de documentação e informações que menciona. À Mesa para decisão. 16348

2.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº S/108, de 2001 (nº 727/2001, na origem), de 27 de julho último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando os relatórios das suas atividades, referentes ao 3º e 4º trimestres de 2000. À Comissão de Fiscalização e Controle. 16349

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 29, de 2001, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora. 16349

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 30, de 2001, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Resolução nº 53, de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora. 16349

2.2.8 – Discurso do Expediente

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Comentários à reportagem publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição do dia 2 do corrente, sobre a repressão do Serviço de Inteligência do Exército aos movimentos sociais organizados. Denúncia do movimento Tortura Nunca Mais/RJ, acerca de casos ocorridos em treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras. 16349

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Disponibilidade, na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, dos avulsos do Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que altera o Plano Plurianual para o período 2000-2003. 16352

2.2.10 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR NABOR JÚNIOR – Celeridade para a tramitação de projeto de lei de autoria do ex-Senador Mauro Benevides, aprovado na Câmara dos Deputados, que prevê a realização de prévias pelos partidos para cargos majoritários. Considerações sobre a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais.... 16353

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Análise da história e desenvolvimento do Estado de Roraima. Regozijo pela inauguração, no próximo dia 13, da linha de transmissão de energia da Venezuela para Boa Vista/RR. Necessidade da redivisão territorial dos grandes estados brasileiros. 16354

SENADOR LÚDIO COELHO – Defesa do Senado Federal, em virtude da denúncia de envolvimento de alguns de seus membros em irregularidades na Sudam. Reflexão acerca das responsabilidades na administração pública. 16357

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Considerações sobre estudo do Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, que aponta o crescimento da participação de empresas privadas em programas públicos, sobretudo nos projetos sociais. Preocupação com os efeitos do pacote anunciado pelo Governo Federal para a área de segurança pública. 16360

SENADOR LINDBERG CURY – Leitura da mensagem do Presidente da República por ocasião da XIII Convenção da Federação de Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil e do III Congresso Regional Latino-Americano e do Caribe-Hispânico, em Bonito, Mato Grosso do Sul. Transcurso do 94º aniversário do município de Anápolis, no Estado de Goiás. 16363

SENADOR ROMERO JUCÁ – Recebimento de visita de membros do Conselho Nacional de Oftalmologia. Posicionamento do Ministério da Agricultura e da Embrapa sobre a questão da biotecnologia e dos transgênicos no Brasil. Inauguração pelo Presidente da República, na próxi-

ma semana, da linha de transmissão de energia elétrica de Guri, na Venezuela, para o Estado de Roraima.	16365	no Plurianual para o período 2000/2003. À publicação.....	16397
SENADOR PEDRO UBIRAJARA – Expectativa quanto à continuidade da implantação do parque industrial de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, diante do racionamento de energia elétrica. Potencial turístico do Município de Bonito/MS.	16378	2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Importância da biotecnologia para a atividade agropastoril. Satisfação pela retomada das pesquisas com organismos geneticamente modificados, com destaque para o trabalho desenvolvido pela Embrapa.	16379	SENADOR GILVAM BORGES – Críticas à centralização, em Brasília, das atividades do Centro Nacional de Quelônios da Amazônia – CENAQUA.....	16397
2.3 – ORDEM DO DIA		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Homenagem póstuma ao geógrafo Milton Santos, falecido em 24 de junho do corrente.	16398
Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (limitação à edição de medidas provisórias). Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.	16380	SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Lançamento, na próxima terça-feira, em Diamantina – MG, do Projeto Alvorada. Defesa da complementação do projeto de construção do aeroporto de Diamantina.	16399
2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		2.3.4 – Comunicação da Presidência	
SENADOR PEDRO SIMON – Intenção de S. Ex ^a em disputar a candidatura à Presidência da República pelo PMDB. Dúvidas quanto à isenção da grande mídia no processo de divulgação de pesquisas eleitorais. Reflexão sobre os rumos do PMDB.	16381	Lembrando ao Plenário que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 13 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, a Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995.	16400
SENADOR LAURO CAMPOS – Críticas aos institutos de pesquisa eleitoral. Análise da responsabilidade do Presidente da República diante da crise que afeta a imagem do Senado Federal.	16389	2.4 – ENCERRAMENTO	
SENADORA MARINA SILVA – Homenagem pelo transcurso do quarto ano de falecimento do sociólogo Betinho. Registro da carta que Betinho escreveu para sua esposa, Maria, tratando do drama humano.	16395	3 – RETIFICAÇÃO	
2.3.2 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização		Ata da 88ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2001 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente...	16401
Nº 192/2001, de 10 do corrente, referente à alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que altera o Pla-		4 – EMENDAS	
		Nºs 1 a 12, oferecidas ao Projeto de Lei nº 27, de 2001-CN (nº 635/2001, na origem).....	16402
		5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 94, de 2001.	16415
		6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 1.477 a 1.484, de 2001.	16415
		Nº 1.485, de 2001, referente à servidora Patrícia Gatti Raulino.	16419
		7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 29 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a ASEARC – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza a ASEARC – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes – AMOVIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 92, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes – AMOVIM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 66, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Saíde Kassis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 227, de 21 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária Saíde Kassis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a AUDS – Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 184, de 16 de maio de 2000, que autoriza a AUDS – Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 350, de 17 de julho de 2000, que outorga permissão à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Ata da 90ª Sessão Deliberativa Ordinária em 10 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior

Pedro Ubirajara e Luiz Otávio

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Júnior – Bello Parga – Carlos Patrocínio – Eduardo Siqueira Campos – Emília Fernandes – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Jonas Pinheiro – José Coelho – José Eduardo Dutra – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Marina Silva – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Nilo Teixeira Campos – Paulo Hartung – Pedro Simon – Pedro Ubirajara – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 190, DE 2001 (Nº 827/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no dia 13 de agosto de 2001, para participar, juntamente com o Presidente Hugo Chávez, da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela, em Santa Elena do Uairen.

Bra sí lia, 8 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 191, DE 2001 (Nº 837/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 16 a 19 de agosto de 2001, para participar da XV Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio, em Santiago do Chile.

Bra sí lia, 9 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 144/2001, de 11 de junho último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 103, de 2001, dos Senadores Geraldo Cândido, Heloísa Helena e Paulo Hartung.

As comunicações foram encaminhadas aos requerentes.

O requerimento encontra-se à disposição dos requerentes, na Secretaria-Geral da Mesa, para consulta.

PARECERES

PARECERES NºS 738, 739 E 740, DE 2001

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências.

PARECER Nº 738, DE 2001 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Ramez Tebet**

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, texto de Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências.

Tal Projeto visa a promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica fixando como objetivos, estimular e incentivar a produção daquelas energias em sistemas isolados de pequeno porte e em aquecimento d'água para reduzir o consumo de eletricidade, bem como promover o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias.

Para tanto, o PIER contará com recursos orçamentários a serem especificamente destinados, em préstimos de agências nacionais e internacionais de fomento e recursos da Reserva Global de Garantia – RGR, instituída pelo Decreto nº 31.019/57, no montante de 40% das parcelas mensais da quota anual de reversão, estipulada para cada concessionário de energia elétrica pelo poder concedente. Conterá, ainda com recursos provenientes da alienação de empresas de energia elétrica e do retorno das aplicações feitas sob a forma de empréstimos.

A gestão das aplicações dos recursos do Pier será feita por Conselho Diretor, cujo funcionamento será regulamentado pelo Poder Executivo. Tais recursos têm destinação e montante fixados pelo art. 4º do Projeto.

O Programa de Incentivos ora proposto constitui-se em fundo de natureza contábil, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, como agente financeiro.

Em sua justificação, o autor da proposição considera que o modelo de expansão do setor elétrico brasileiro, baseado nos investimentos estatais, apresenta nítidos sinais de exaustão. Para ele, o planejamento centralizado, voltado primordialmente ao atendimento das grandes demandas, falhou sob o aspecto social, deixando milhões de brasileiros sem os benefícios propiciados pela eletricidade para a satisfação das necessidades mínimas de uma vida digna. Aquele modelo contribuiu, por omissão, para o agravamento das disparidades sociais e regionais do País, gerando um processo migratório dos rurícolas para os grandes centros urbanos, já congestionados e incapazes de absorver essa mão-de-obra.

Estudos encomendados pelo autor do presente projeto de lei concluem que as formas de energia solar mais promissoras em termos de desenvolvimento tecnológico e comercial, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira e para a diminuição dos desníveis regionais, são a energia solar direta, obtida por captação termossolar aplicada sobretudo em aquecimento de água, e a eletricidade produzida por conversão fotovoltaica, que, juntamente

com a energia eólica, constituem as modalidades energéticas renováveis e não poluentes que merecem ser estimuladas.

Consideramos pois, que o projeto em análise é oportuno, pois, após longos anos de discussão e estagnação, o setor elétrico está sendo reformulado, reduzindo a participação do Estado, eliminando-se monopólios e abrindo-se novas perspectivas de atuação para o capital privado, nacional e estrangeiro. O planejamento da produção energética deixa de ser impositivo para assumir um caráter indicativo. A presente proposição legislativa insere-se neste contexto.

É mister esclarecer que este projeto de lei não prevê aumento de custo, sendo os recursos obtidos, como já visto, de fontes já existentes, efetuando-se apenas seu remanejamento.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 1996. –
Iris Rezende, Presidente – **Ramez Tebet**, Relator –
Edison Lobão – **Josaphat Marinho** – **Lucio Alcântara** – **Jefferson Péres** – **José Eduardo Dutra** – **Ney Suassuna** – **Henrique Loyola** – **Hugo Napoleão** –
Bernardo Cabral – **Elcio Alvares**.

PARECER Nº 739, DE 2001

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: **ad hoc**: Senador **Luiz Estevão**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, que propõe a criação do Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER já mereceu a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É submetido, agora, ao crivo desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Referido projeto objetiva estimular as opções termossolar, fotovoltaica e eólica, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira e para a diminuição dos desníveis regionais, em consonância com a meta de desenvolvimento sustentável, minimizando-se o impacto ambiental. Visa, também,
a) incentivar a utilização da energia termossolar em aquecimento d'água para reduzir o consumo de eletricidade, em benefício do usuário, ao substituir o chuveiro elétrico, e melhorando, ainda, o perfil da curva de demanda, ao diminuir o pique das 18 horas, em benefício da empresa concessionária de área urbana; incentivar a utilização das energias fotovoltaica e eólica em sistemas isolados de pequeno porte, propiciando o acesso de vinte milhões de brasileiros, ex-

cluídos até presentemente, ao desenvolvimento proporcionado pela energia elétrica. Visa, ainda, a incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica, de tanta importância para a zona rural, utilizando os recursos naturais, hoje desperdiçados, de um céu claro, com mais de 2.500 horas de sol por ano, e de ventos favoráveis, desde há muito, inteligentemente usados pelos jangadeiros no Nordeste.

O seu art. 2º estabelece as fontes de recursos para o Pier: orçamentários, a serem especificamente destinados; empréstimos a obter de agências de fomento, nacionais e internacionais; Reserva Global de Reversão – RGR, limitada a quarenta por cento das parcelas mensais devidas por dada concessionário de energia elétrica; privatização de empresas de energia elétrica da União ou de seus ativos patrimoniais, limitando-se o montante a dez por cento do apurado em cada parcela de pagamento; retorno das aplicações a serem feitas sob a forma de empréstimos. Verifica-se que o Programa será mantido, basicamente, com recursos do próprio setor elétrico, sem nenhum acréscimo tarifário.

Evidentemente por um lapso de digitação, o texto proposto refere-se à “Reserva Global de Garantia – RGR”. A sigla é relativa, em verdade, à Reserva Global de Reversão, instituída realmente pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. A remissão à justificação espanca qualquer laivo de dúvida a respeito.

O art. 3º disciplina a gestão das aplicações do Pier, a ser feita, de forma democrática e transparente, por um conselho, paritariamente constituído por representantes do governo e da sociedade, com mandatos de três anos.

A distribuição dos recursos por área destinatária é estabelecida, no art. 4º conforme segue: 20% (vinte por cento) para programas de pesquisa, desenvolvimento e demonstração do uso de energias termossolar, fotovoltaica e eólica, sob a responsabilidade de entidades governamentais ou privadas, independentes ou vinculadas a instituições de ensino ou a fabricantes de equipamentos, podendo ter a forma de empréstimos reembolsáveis, a juros baixos e prazos longos (a maioria dos casos) ou de operações a fundo perdido (em casos de grande relevância para o interesse nacional com inviabilidade de oferecer retorno imediato); 30% (trinta por cento) para projetos de energias fotovoltaica e eólica em sistemas isolados de pequeno porte a serem desenvolvidos por empresas concessionárias de energia

elétrica ou autoprodutores, sob a forma de empréstimos favorecidos reembolsáveis; 30% (trinta por cento) para energia termossolar aplicada em aquecimento d’água de habitações populares, na modalidade de empréstimos sob condições especiais para cooperativas habitacionais ou empresas construtoras de moradias destinadas à população de baixa renda; 15% (quinze por cento) para projetos de energias termossolar, fotovoltaica e eólica, em área rural, a serem desenvolvidos por cooperativas de produtores ou usuários, sob a forma de empréstimos especiais reembolsáveis; e 5% (cinco por cento), a fundo perdido, para o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM.

A valorização da qualidade no suprimento de produtos relativos à energia solar e eólica é assegurada pelo disposto no § 6º do art. 4º.

O agente financeiro do Programa de Incentivo a Energias Renováveis – PIER será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A regulamentação necessária ao funcionamento do Conselho Diretor do PIER será feita pelo Poder Executivo, no prazo de 30 dias da publicação da lei e a regulamentação das aplicações será feita pelos próprios primeiros conselheiros empossados, com o apoio técnico do BNDES, dentro de 60 dias a partir da publicação da lei.

II – Voto

O planejamento excessivamente centralizado do setor elétrico brasileiro, baseado em grandes investimentos estatais e voltado principalmente ao atendimento das expressivas demandas dos mercados mais pujantes, permitiu que milhões de brasileiros fossem excluídos do acesso aos benefícios proporcionados pela eletricidade. Assim, grande parte da população rural, especialmente nas regiões mais carentes, viu-se privada do suprimento de energia, imprescindível ao atendimento de suas necessidades básicas de água potável e de conservação dos alimentos.

Esse modelo de expansão elétrica, além de ter falhado sob o aspecto social, tendo contribuído, involuntariamente embora, para o agravamento das disparidades regionais, exauriu-se à mingua de recursos, sendo seus investimentos, ao longo dos últimos anos, inferiores em cerca de 25% ao mínimo desejável.

Insere-se o presente Projeto de Lei no novo cenário energético mundial de busca do chamado de-

envolvimento sustentável, que harmoniza o relacionamento entre a espécie humana e a natureza. Estamos certos de que o autor do mesmo, nosso estimado colega da bancada maranhense, eminente Senador Edison Lobão, o redigiu com o olhar voltado para a "Agenda 21", fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, tal a identidade de propósitos.

Permitimo-nos transcrever as seguintes palavras de outro ilustre maranhense, nosso Presidente José Sarney, ao prefaciá-la publicação, por esta Casa, do referido documento oriundo da "Eco 92": "Preocupar-se com o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população é sinal de espírito democrático, maturidade, sabedoria e vontade de inovar: não é de se surpreender, portanto, que, em seu discurso inaugural no Congresso Nacional,

o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha formulado, entre 14 metas prioritárias de Governo, a meta do desenvolvimento sustentável do País."

Efetivamente, o Poder Executivo está procurando, por meio de uma série de medidas, modernizar e dinamizar a área de energia elétrica: quebrando a verticalização das funções de geração, transmissão e distribuição; instituindo a competição na geração e na distribuição, com livre acesso à transmissão, neutra e não discriminatória; implantando a concorrência no fornecimento, ao garantir o acesso de grandes consumidores à rede; estabelecendo o caráter indicativo ao planejamento da expansão da geração. A recente criação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi mais um passo dado no mesmo sentido.

Entretanto, o estímulo ao uso de fontes alternativas de energia, como o Sol e os ventos, está sendo feito, de maneira ainda muito tímida, apenas pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM, instituído por Decreto de 27 de dezembro de 1994.

O Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, cobre, justamente, essa lacuna, propiciando incentivos que possibilitarão atingir, em 2005, as metas de 50 MW de potência instalada em geração fotovoltaica, 3 milhões de m² de captação termossolar e 1.000 MW de potência instalada em geração eólica, estabelecidas no II Encontro para Definição de Diretrizes para o Desenvolvimento de Energias Solar, Eólica e de Biomassa no Brasil.

Sem embargo do exposto, entendemos que cabem alguns reparos à proposta no que respeita à captação de recursos para sua implementação.

O Projeto propõe a utilização de 40% da receita e dos retornos dos empréstimos da RGR. Isto criaria um sério problema para o funcionamento dos programas de expansão do setor elétrico brasileiro, já que esta é, hoje, uma das principais fontes de recursos com que o setor pode efetivamente contar. O Projeto reivindica, ainda, parte dos recursos provenientes das alienações das empresas de energia elétrica sob controle da União.

Tanto os recursos da RGR com os resultantes de privatização têm importantes destinações e não podem ser deslocados na proporção prevista, sem sérios prejuízos dos programas a que estão vinculados e que são essenciais ao País. A ampliação dos recursos que o Ministério das Minas e Energia vem destinando ao desenvolvimento e utilização das energias renováveis é necessária e merecedores de elogios todos os esforços despendidos nessa direção, mas isso não pode acontecer em detrimento de programas prioritários já em execução.

Em face do exposto, julgamos conveniente reduzir a 2% o percentual da RGR a ser destinado ao Pier, assim como retiramos do Projeto a previsão de aplicar, no Programa, recursos resultantes da alienação de empresas de energia elétrica sob controle acionário da União.

Em Face ao exposto, concluímos este Parecer, com a manifestação de nosso voto favorável ao PLS 27/1996, com a inclusão de três emendas do Relator, destinadas a redimensionar as fontes de financiamento do Programa e, ainda, corrigir o engano de digitação apontado no Relatório, tornando mais clara a referência legal à Reserva Global de Reversão – RGR.

EMENDA Nº 1-CAE

O inciso III do Art. 2º do Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

III – recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, instituída pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e referida pelas Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e nº 8.631, de 4 de março de 1993, no montante de dois por cento das parcelas mensais da quota anual de reversão, estipu-

lada para cada concessionário de energia elétrica pelo poder concedente, nos termos da legislação em vigor.

....." (NR)

EMENDA Nº 2—CAE

Suprima-se o Inciso IV do Art. 2º do projeto de lei.

EMENDA Nº 3—CAE

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do Art. 4º:

"Art.4º A destinação dos recursos far-se-á de acordo com a seguinte distribuição percentual, observando-se a obrigatoriedade de aplicação da metade, no mínimo, dos mesmos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste:

I –

....." (NR)

Sala da Comissão, 18 de maio de 1999. – **Fernando Bezerra**, Presidente – **Luiz Estevão**, Relator **ad hoc** – **José Roberto Arruda** – **Lúcio Alcântara** – **Ney Suassuna** – **Freitas Neto** – **Eduardo Suplicy** – **Bello Parga** – **Pedro Piva** – **Luiz Otávio** – **Gilberto Mestrinho** – **Roberto Saturnino** – **Antero Paes de Barros** – **José Alencar** – **Carlos Bezerra** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 740, DE 2001

(Da Comissão de Serviços de Infra-estrutura)

Sobre o PLS nº 27/96, que "cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências."

Relator **ad hoc**: Senador **Geraldo Cândido**

I – Relatório

Vem à exame desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei do Senado nº 27/96, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis — PIER, e dá outras providências, visando a promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica.

O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ e Comissão de Assuntos Econômicos — CAE, nesta última com três emendas.

o PIER tem como objetivo estimular a produção e utilização das fontes de energia renováveis,

incentivando o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários dessas energias.

O programa será financiado com recursos orçamentários próprios, de empréstimos, da Reserva Global de Reversão — RGR, e recursos provenientes da privatização de empresas de energia elétrica.

O artigo 3º do projeto determina que a gestão dos recursos do PIER seja feita por um Conselho Diretor, integrado por doze membros, sendo metade oriunda da indicação do Poder Executivo e a outra metade de representantes da sociedade civil.

A destinação dos recursos é especificada, em distintos percentuais, no art. 4º. É dada prioridade ao investimento em pesquisa para desenvolvimento do uso dessas energias renováveis, em projetos destinados a sistemas isolados de pequeno porte e em projetos associados a habitações populares. O programa terá apoio técnico do BNDES e contará com esse mesmo banco como agente financeiro.

Em sua justificação o autor do projeto ressalta que o modelo de expansão do setor elétrico brasileiro, baseado em grandes investimentos estatais, apresenta nítidos sinais de exaustão. O planejamento centralizado, voltado prioritariamente para o atendimento das grandes demandas, falhou sob o aspecto social, deixando milhões de brasileiros sem os benefícios propiciados pela eletricidade. O uso da energia solar, por sua vez, pode melhorar significativamente as condições econômicas e sociais de parcela significativa da população e contribuir para a diminuição dos desníveis regionais. Para um país com tamanha abundância de energia solar, não faz sentido relegar ao descaso uma fonte energética que tem um impacto ambiental muito baixo e que pode ser usada em regiões isoladas e carentes.

O texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos introduz alterações ao projeto original. Reduz de 40 para 2 o percentual dos recursos da RGR a serem destinadas ao PIER e também elimina o dispositivo que assegurava ao programa recursos oriundos da privatização de empresas do setor elétrico. Pretende-se com essa alteração evitar que recursos que estão sendo aplicados em outros programas de expansão do setor elétrico sejam repentinamente desviados para o PIER, prejudicando programas prioritários já em andamento. Foi também aprovada emenda que obriga a aplicação de pelo menos

metade dos recursos do PIER nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

É o relatório.

II – Voto

O projeto em análise não poderia vir em melhor hora. O País enfrenta grave crise no setor elétrico. A sociedade está, aos poucos, tomando consciência da gravidade do problema e, portanto, toda iniciativa voltada a estimular a geração de energia por meio de fontes energéticas com menor impacto ambiental e que venham a suprir as necessidades das comunidades mais distantes merecem apoio dessa Casa.

Aspecto positivo do PIER está em fortalecer e apoiar o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM.

Prevendo o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários das energias já mencionadas (termossolar, fotovoltaica e eólica), pode-se afirmar que a utilização da(s) fonte(s) de energia renovável(is) traduz a essência do PIER.

Suas fontes principais são os recursos orçamentários próprios, aqueles oriundos de empréstimos e da Reserva Global de Reversão — RGR. Merece destaque o apoio do BNDES, que atuará também como agente financeiro.

O Substitutivo que oferecemos encontra justificativa nos seguintes aspectos:

1. A hidreletricidade é também considerada como fonte de energia renovável, entretanto, todos os países, até mesmo os que formam a União Europeia, consideram que apenas as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs devem ter o mesmo tratamento da energia produzida a partir de fontes solar e eólica, excluindo-se, portanto, as usinas hidrelétricas de médio e grande porte, que já possuem economia de escala suficiente para a dispensa de programas de fomento. Assim, propõe-se a inclusão das PCHs no projeto (art. 1º e incisos);

2. No art. 2º propomos duas correções fundamentais: a primeira é a substituição da denominação "de Garantia" por "de Reversão", pois a Reserva Global de Garantia foi extinta pela Lei nº 8.631, de 1993; a segunda, quanto a um equívoco na referência ao Decreto Nº 41.019, de 1957, como instituidor do RGR. No mesmo artigo propomos a inclusão de "permissionários" pelo fato destes também prestarem um serviço público e contribuírem para a RGR

(ver art. 13 da Lei nº 9.427, de 1996 – Lei de criação da ANEEL);

3. No art. 3º, além das referências aos "permissionários" e às "Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs", cuidou-se de garantir que os Conselhos não sejam remunerados por sua atuação no Conselho do PIER;

4. No art. 4º, além das referências aos "permissionários" e às "Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs", fez-se referência específica ao "produtor independente de energia elétrica", que são os agentes autorizados pela Aneel a construir tais centrais. Propõe-se no § 6º a substituição da referência genérica "órgãos competentes" por "Aneel";

5. No art. 6º propõe-se a inclusão de dois parágrafos que apresentam uma solução para o atual impedimento da concessão de financiamento pelo BNDES para empreendimentos de fontes renováveis: a concessão de garantias pelo mutuário. Assim, na forma disposta nos §§ 1º e 2º, as garantias pessoais oferecidas pelo empreendedor restringem-se aos direitos emergentes decorrentes do ato administrativo de "autorização" da Aneel, que possui conteúdo econômico intrínseco, bem como garantias reais que vinculem os títulos de propriedade relativo a terrenos adquiridos e servidões instituídas em razão do empreendimento;

6. Propõe-se nos arts. 7º e 8º uma solução para o problema relacionado com o desenvolvimento de fontes renováveis: a forma de venda da energia produzida pelos empreendimentos, pois, nas condições atuais, os potenciais produtores de energia solar, eólica ou elétrica, oriunda das pequenas centrais hidrelétricas, não têm como comercializar a energia que se propõem a produzir. Com os artigos propostos os atuais concessionários e permissionários farão a distribuição e comercialização da energia produzida por fontes renováveis, restando uma margem de comercialização não superior a 20% da tarifa de venda ao consumidor final, garantindo assim a colocação de toda a energia produzida. A Aneel regulamentará as relações comerciais, até mesmo o contrato mercantil entre concessionárias, permissionárias e agentes produtores; e, por fim;

7. No art. 9º (originalmente 7º), propõe-se a inclusão da expressão "sem prejuízo das atualizações subsequentes" pois, na forma como está redigido o artigo, os Conselhos que sucederem à primeira formação do Conselho Diretor não poderão fazer qualquer alteração no regulamento das aplicações do fundo.

Todavia, por se tratar de tema extremamente dinâmico, e considerando os anos de tramitação do projeto, que teve início em 1º de março de 1996, entendemos que as alterações propostas deverão ser incorporadas à proposição original, contempladas na forma de um substitutivo ao projeto, a seguir oferecido à análise dos Senhores Senadores membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sala da Comissão. – Senador **José Eduardo Dutra** (PT-SE).

EMENDA Nº 4 – CI (Substitutivo)

"Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER visando a promoção do desenvolvimento de energias termossolar, fotovoltaica e eólica e o estímulo à implantação de pequenas centrais hidrelétricas, com os seguintes objetivos:

I – estimular a produção de energias termossolar, fotovoltaica e eólica e a implantação de pequenas centrais hidrelétricas;

II – incentivar a utilização da energia termossolar, fotovoltaica e eólica e aquela oriunda de pequenas centrais hidrelétricas em sistemas isolados de pequeno porte;

III – incentivar a utilização da energia termossolar em aquecimento d'água para reduzir o consumo de eletricidade;

IV – Incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica.

Art. 2º Para a consecução de seus objetivos, o PIER contará com:

I – recursos orçamentários a serem especificamente destinados;

II – recursos de empréstimos a serem obtidos junto a agências nacionais e internacionais de fomento;

III – recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, no montante de 2% (dois por cento) das parcelas mensais da quota anual de reversão estipulada para cada con-

cessionário e permissionário de energia elétrica pelo Poder Concedente, nos termos da legislação em vigor;

IV – recursos provenientes do retorno das aplicações feitas sob a forma de empréstimos.

Art. 3º A gestão das aplicações dos recursos do PIER, em conformidade com esta lei, será feita pelo Conselho Diretor, composto por doze membros, sendo seis indicados pelo Poder Executivo, das áreas de ciência e tecnologia, de meio ambiente, de energia elétrica, de indústria e comércio, de assuntos estratégicos e de habitações populares; e seis representantes da sociedade indicados por entidades representativas dos segmentos interessados: de proteção ambiental, de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, dos concessionários e permissionários privados de energia elétrica, dos fabricantes de equipamentos de energia solar, dos fabricantes de equipamentos de energia eólica e dos autorizados a instalarem pequenas centrais hidrelétricas.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de trinta dias da publicação desta lei, o funcionamento do Conselho Diretor do PIER, cujos membros terão mandatos de três anos e não perceberão remuneração a qualquer título.

Art. 4º A destinação dos recursos far-se-á de acordo com a seguinte distribuição percentual:

I – 20% (vinte por cento) para programas de pesquisa, desenvolvimento e demonstração do uso de energias termossolar, fotovoltaica e eólica;

II – 30% (trinta por cento) para projetos de energias fotovoltaica e eólica e para aqueles de pequenas centrais hidrelétricas destinados a sistemas isolados de pequeno porte;

III – 30% (trinta por cento) para projetos de energia termossolar destinados ao aquecimento d'água em habitações populares;

IV – 15% para projetos de energia termossolar, fotovoltaica e eólica e para aqueles de pequenas centrais hidrelétricas a serem desenvolvidos por cooperativas de produtores, usuários e produtores independentes de energia elétrica em área rural;

V – 5% (cinco por cento) para o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) instituído pelo Decreto s/nº de 27 de dezembro de 1994.

§ 1º As aplicações enquadradas no inciso I do **caput** são destinadas a entidades de pesquisa, pri-

vadas ou governamentais, independentes ou vinculadas a instituições de ensino ou a fabricantes de equipamentos e podem ser classificadas em dois tipos:

a) empréstimos reembolsáveis, a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento;

b) operações a fundo perdido, dada a grande relevância do trabalho desenvolvido para o interesse nacional e sua inviabilidade de oferecer condições de retorno financeiro imediato.

§ 2º As aplicações do inciso II destinam-se a empresas concessionárias, permissionárias, auto-produtores e produtores independentes de energia elétrica, como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 3º As aplicações classificadas no inciso III são dirigidas para cooperativas habitacionais ou empresas construtoras de habitações destinadas à população de baixa renda, sendo disponíveis na modalidade de empréstimos reembolsáveis a juros baixos e longos prazos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 4º As aplicações consideradas no inciso IV destinam-se a cooperativas de produtores, usuários e produtores independentes que utilizem energia termossolar, fotovoltaica, eólica ou oriunda de pequenas centrais hidrelétricas, localizadas em área rural, sendo possíveis como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 5º As aplicações previstas no inciso V são operações a fundo perdido, consideradas doações do Prodeem.

§ 6º Nas aplicações que envolvam fornecimento de materiais ou equipamentos relativos à energia solar ou eólica, será exigida a observância das normas técnicas adequadas e dos padrões de qualidade dos produtos que deverão ser certificados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Art. 5º O Conselho Diretor fica obrigado a divulgar de maneira ampla e completa, mensalmente, suas decisões a respeito das aplicações solicitadas.

Art. 6º O Pier constitui-se um fundo de natureza contábil, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES como agente financeiro.

§ 1º O BNDES consignará em seu orçamento anual, recursos financeiros destinados a operações

de investimento em empreendimentos enquadrados no Pier, especialmente aqueles autorizados pela Aneel.

§ 2º Na contratação da operação referida no parágrafo anterior, o BNDES exigirá em garantia os direitos pessoais e reais do mutuário vinculado exclusivamente ao empreendimento autorizado pela Aneel ou a energia a ser distribuída ou comercializada na forma dos arts. 7º, 8º e 9º.

Art. 7º As concessionárias e permissionárias de distribuição e os comerciantes de energia celebrarão com os agentes referidos no art. 1º, contratos de distribuição e comercialização de toda a energia que esses agentes produzirem a partir de fontes eólicas e em pequenas centrais hidrelétricas autorizadas pela Aneel.

Parágrafo único. Quando as instalações referidas no **caput** funcionarem interligadas ao sistema elétrico, a energia que produzirem será distribuída mediante rateio entre as concessionárias e permissionárias interligadas.

Art. 8º As relações mercantis entre concessionárias, permissionárias, comerciantes e agentes produtores, inclusive o contrato de distribuição e comercialização previsto no art. 7º, serão regulamentadas pela Aneel, observando-se que a energia elétrica será distribuída sob as mesmas condições e tarifas de fornecimento ao consumidor final, não podendo a margem de distribuição ou comercialização retida ser superior a vinte por cento da tarifa média de venda ao consumidor.

Art. 9º Sem prejuízo de atualizações subsequentes, a regulamentação das aplicações do fundo será feita pelo primeiro Conselho Diretor empossado, com apoio técnico do BNDES, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2001. –
José Alencar, Presidente – **Geraldo Cândido**, Relator **ad hoc** – **José Eduardo Dutra**, Relator – **Leomar Quintanilha** – **Nabor Júnior** – **Arlindo Porto** – **Ricardo Santos** – **Gilberto Mestrinho** – **Paulo Souto** – **Lindberg Cury** – **Carlos Patrocínio** – **Wellington Roberto** – **Bello Parga** – **Mauro Miranda** – **Maguito Vilela**.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL, PLS Nº 027/1996

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALBERTO SILVA					VALMIR AMARAL				
JOSÉ ALENCAR					IRIS REZENDE				
JOSÉ FOGAÇA	X				GERSON CAMATA				
MAURO MIRANDA	X				RAMEZ TEBET	X			
NABOR JUNIOR	X				GILBERTO MESTRINHO	X			
ROBERTO REQUIÃO					WELLINGTON ROBERTO	X			
TASSO ROSADO					MAGUITO VILELA	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMÉU TUMA					JONAS PINHEIRO				
PAULO SOUTO	X				HUGO NAPOLEÃO				
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
BELO PARGA	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARLINDO PORTO (PTB)*	X				FREITAS NETO				
LINDBERG CURY	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					PEDRO PIVA				
RICARDO SANTOS	X				GERALDO MELO				
TEOTÔNIO VILELA					LUIZ PONTES				
LEONAR QUINTANILHA	X				FERNANDO MATUZALÉM				
VAGO					SÉRGIO MACHADO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO - PT	X				EMÍLIA FERNANDES-				
HELOISA HELENA - PT					SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT					LAURO CAMPOS - PT				
PAULO HARTUNG - PPS					TÁO VIANA - PT				
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 13 SIM: 13 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 28/06/2001

Senador José Alencar
SENADOR JOSÉ ALENCAR
PRESIDENTE

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISE)

TEXTO FINAL

OFERECIDO PELA COMISSÃO DE
SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 027, DE 1996.

**"Cria o Programa de Incentivos a
Energias Renováveis – PIER, e dá outras
providências".**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER visando a promoção do desenvolvimento de energias termossolar, fotovoltaica e eólica e o estímulo à implantação de pequenas centrais hidrelétricas, com os seguintes objetivos:

– estimular a produção de energias termossolar, fotovoltaica e eólica e a implantação de pequenas centrais hidrelétricas;

II – incentivar a utilização da energia termossolar, fotovoltaica e eólica e aquela oriunda de pequenas centrais hidrelétricas em sistemas isolados de pequeno porte;

III – incentivar a utilização da energia termossolar em aquecimento d'água para reduzir o consumo de eletricidade;

IV — Incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica.

Art. 2º Para a consecução de seus objetivos, o Pier contará com:

– recursos orçamentários a serem especificamente destinados;

II – recursos de empréstimos a serem obtidos junto a agências nacionais e internacionais de fomento;

III – recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, no montante de 2% (dois por cento) das parcelas mensais da quota anual de reversão estipulada para cada concessionário e permissionário de energia elétrica pelo Poder Concedente, nos termos da legislação em vigor;

IV – recursos provenientes do retorno das aplicações feitas sob a forma de empréstimos.

Art. 3º A gestão das aplicações dos recursos do Pier, em conformidade com esta lei, será feita pelo Conselho Diretor, composto por doze membros, sendo seis indicados pelo Poder Executivo, das áreas de ciência e tecnologia, de meio ambiente, de energia elétrica, de indústria e comércio, de assuntos estratégicos e de habitações populares; e seis representantes da sociedade indicados por entidades representativas dos segmentos interessados: de proteção ambi-

ental, de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, dos concessionários e permissionários privados de energia elétrica, dos fabricantes de equipamentos de energia solar, dos fabricantes de equipamentos de energia eólica e dos autorizados a instalar pequenas centrais hidrelétricas.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de trinta dias da publicação desta lei, o funcionamento do Conselho Diretor do Pier, cujos membros terão mandatos de três anos e não perceberão remuneração a qualquer título.

Art. 4º A destinação dos recursos far-se-á de acordo com a seguinte distribuição percentual:

– 20 % (vin te por cen to) para pro gra mas de pesquisa, desenvolvimento e demonstração do uso de energias termossolar, fotovoltaica e eólica;

II – 30% (trinta por cento) para projetos de energias fotovoltaica e eólica e para aqueles de pequenas centrais hidrelétricas destinados a sistemas isolados de pequeno porte;

III – 30% (trin ta por cen to) para pro je tos de energia termossolar destinados ao aquecimento d'água em habitações populares;

IV – 15% para projetos de energia termossolar, fotovoltaica e eólica e para aqueles de pequenas centrais hidrelétricas a serem desenvolvidos por cooperativas de produtores, usuários e produtores independentes de energia elétrica em área rural;

V – 5% (cinco por cento) para o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) instituído pelo Decreto s/nº de 27 de dezembro de 1994.

§ 1º As aplicações enquadradas no inciso 1 do **caput** são destinadas a entidades de pesquisa, privadas ou governamentais, independentes ou vinculadas a instituições de ensino ou a fabricantes de equipamentos e podem ser classificadas em dois tipos:

a) empréstimos reembolsáveis, a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento;

b) operações a fundo perdido, dada a grande relevância do trabalho desenvolvido para o interesse nacional e sua inviabilidade de oferecer condições de retorno financeiro imediato.

§ 2º As aplicações do inciso II destinam-se a empresas concessionárias, permissionárias, autoprodutores e produtores independentes de energia elétrica, como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 3º As aplicações classificadas no inciso III são dirigidas para cooperativas habitacionais ou empresas construtoras de habitações destinadas à população de baixa renda, sendo disponíveis na modalidade de empréstimos reembolsáveis a juros baixos e longos prazos, sem ou com garantia para início de pagamento.

§ 4º As aplicações consideradas no inciso IV destinam-se a cooperativas de produtores, usuários e produtores independentes que utilizem energia termossolar, fotovoltaica, eólica ou oriunda de pequenas centrais hidrelétricas, localizadas em área rural, sendo possíveis como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 5º As aplicações previstas no inciso V são operações a fundo perdido, consideradas doações do Prodeem.

§ 6º Nas aplicações que envolvam fornecimento de materiais ou equipamentos relativos à energia solar ou eólica, será exigida a observância das normas técnicas adequadas e dos padrões de qualidade dos produtos que deverão ser certificados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Art. 5º O Conselho Diretor fica obrigado a divulgar de maneira ampla e completa, mensalmente, suas decisões a respeito das aplicações solicitadas.

Art. 6º O Pier constitui-se um fundo de natureza contábil, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES como agente financeiro.

§ 1º O BNDES consignará em seu orçamento anual, recursos financeiros destinados a operações de investimento em empreendimentos enquadrados no Pier, especialmente aqueles autorizados pela Aneel.

§ 2º Na contratação da operação referida no parágrafo anterior, o BNDES exigirá em garantia os direitos pessoais e reais do mutuário vinculado exclusivamente ao empreendimento autorizado pela Aneel ou a energia a ser distribuída ou comercializada na forma dos artigos 7º, 8º e 9º.

Art. 7º As concessionárias e permissionárias de distribuição e os comerciantes de energia celebrarão com os agentes referidos no art. 1º, contratos de distribuição e comercialização de toda a energia que esses agentes produzirem a partir de fontes eólica e em pequenas centrais hidrelétricas autorizadas pela Aneel.

Parágrafo único. Quando as instalações referidas no **caput** funcionarem interligadas ao sistema elétrico, a energia que produzirem será distribuída

mediante rateio entre as concessionárias e permissionárias interligadas.

Art. 8º As relações mercantis entre concessionárias, permissionárias, comerciantes e agentes produtores, inclusive o contrato de distribuição e comercialização previsto no art. 7º, serão regulamentadas pela Aneel, observando-se que a energia elétrica será distribuída sob as mesmas condições e tarifas de fornecimento ao consumidor final, não podendo a margem de distribuição ou comercialização retida ser superior a vinte por cento da tarifa média de venda ao consumidor.

Art. 9º Sem prejuízo de atualizações subsequentes, a regulamentação das aplicações do fundo será feita pelo primeiro Conselho Diretor empossado, com apoio técnico do BNDES, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões 26 de junho de 2001. – Senador **José Alencar**, Presidente.

**DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

PARECER Nº , DE 1996

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, que "cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis PIER, e dá outras providências".

Relator: Senador **Francisco Escórcio**.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, que propõe a criação do Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER já mereceu a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E submetido, agora, ao crivo desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Referido projeto objetiva estimular as opções termossolar, fotovoltaica e eólica, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira e para a diminuição dos desníveis regionais, em consonância com a meta de desenvolvimento sustentável, minimizando-se o impacto ambiental. Visa, também, a incentivar a utilização da energia termossolar em aquecimento d'água para reduzir o consumo de eletricidade, em benefício do usuário, ao substituir o chu-

veiro elétrico, e melhorando, ainda, o perfil da curva de demanda, ao diminuir o pique das 18 horas, em benefício da empresa concessionária de área urbana: incentivar a utilização das energias fotovoltaica e eólica em sistemas isolados de pequeno porte, propiciando o acesso de vinte milhões de brasileiros, excluídos até presentemente, ao desenvolvimento proporcionado pela energia elétrica. Visa, ainda, a incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica, de tanta importância para a zona rural, utilizando os recursos naturais, hoje desperdiçados, de um céu claro, com mais de 2.500 horas de sol por ano, e de ventos favoráveis, desde há muito, inteligentemente usados pelos jangadeiros no Nordeste.

O seu art. 2º estabelece as fontes de recursos para o Pier: orçamentários, a serem especificamente destinados; empréstimos, a obter de agências de fomento, nacionais e internacionais; Reserva Global de Reversão – RGR, limitada a quarenta por cento das parcelas mensais devidas por cada concessionário de energia elétrica; privatização de empresas de energia elétrica da União ou de seus ativos patrimoniais, limitando-se o montante a dez por cento do apurado em cada parcela de pagamento; retorno das aplicações a serem feitas sob a forma de empréstimos. Verifica-se que o Programa será mantido, basicamente, com recursos do próprio setor elétrico, sem nenhum acréscimo tarifário.

Evidentemente, por um lapso de digitação, o texto proposto refere-se à “Reserva Global de Garantia – RGR”. A sigla é relativa, em verdade, à Reserva Global de Reversão, instituída realmente pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. A remissão à justificação espanca qualquer laivo de dúvida a respeito.

O art. 3º disciplina a gestão das aplicações do Pier, a ser feita, de forma democrática e transparente, por um conselho, paritariamente constituído por representantes do governo e da sociedade, com mandatos de três anos.

A distribuição dos recursos por área destinatária é estabelecida, no art. 4º, conforme se segue: 20% (vinte por cento) para programas de pesquisa, desenvolvimento e demonstração do uso de energias termossolar, fotovoltaica e eólica, sob a responsabilidade de entidades governamentais ou privadas, independentes ou vinculadas a instituições de ensino ou a fabricantes de equipamentos, podendo ter a forma de empréstimos reembolsáveis, a juros baixos e prazos longos (a maioria dos casos) ou de operações a fundo perdido (em casos de grande relevância para o inte-

resse nacional com inviabilidade de oferecer retorno imediato); 30% (trinta por cento) para projetos de energias fotovoltaica e eólica em sistemas isolados de pequeno porte a serem desenvolvidos por empresas concessionárias de energia elétrica ou autoprodutores, sob a forma de empréstimos favorecidos reembolsáveis; 30% (trinta por cento) para energia termossolar aplicada em aquecimento d'água de habitações populares, na modalidade de empréstimos sob condições especiais para cooperativas habitacionais ou empresas construtoras de moradias destinadas à população de baixa renda; 15% (quinze por cento) para projetos de energias termossolar, fotovoltaica e eólica, em área rural, a serem desenvolvidos por cooperativas de produtores ou usuários, sob a forma de empréstimos especiais reembolsáveis; e 5% (cinco por cento), a fundo perdido, para o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM.

A valorização da qualidade no suprimento de produtos relativos à energia solar e eólica é assegurada pelo disposto no § 6º do art. 4º.

O agente financeiro do Programa de Incentivo a Energias Renováveis – PIER será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A regulamentação necessária ao funcionamento do Conselho Diretor do PIER será feita pelo Poder Executivo, no prazo de 30 dias da publicação da lei, e a regulamentação das aplicações será feita pelos próprios primeiros conselheiros empossados, com o apoio técnico do BNDES, dentro de 60 dias a partir da publicação da lei.

II – Voto

O planejamento excessivamente centralizado do setor elétrico brasileiro, baseado em grandes investimentos estatais e voltado principalmente ao atendimento das expressivas demandas dos mercados mais pujantes, permitiu que milhões de brasileiros fossem excluídos do acesso aos benefícios proporcionados pela eletricidade. Assim, grande parte da população rural, especialmente nas regiões mais carentes, viu-se privada do suprimento de energia, imprescindível ao atendimento de suas necessidades básicas de água potável e de conservação dos alimentos.

Esse modelo de expansão elétrica, além de ter falhado sob o aspecto social, tendo contribuído, involuntariamente embora, para o agravamento das disparidades regionais, exauriu-se à míngua de recursos, sendo seus investimentos, ao longo dos últimos anos, inferiores em cerca de 25% ao mínimo desejável.

Insera-se o presente Projeto de Lei no novo cenário energético mundial de busca do chamado desenvolvimento sustentável, que harmoniza o relacionamento entre a espécie humana e a natureza. Estamos certos de que o autor do mesmo, nosso estimado colega da bancada maranhense, eminente Senador Edison Lobão, o redigiu com o olhar voltado para a "Agenda 21", fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, tal a identidade de propósitos.

Permitimo-nos transcrever as seguintes palavras de outro ilustre maranhense, nosso Presidente José Sarney, ao prefaciá-la publicação, por esta Casa, do referido documento oriundo da "Eco 92": "Preocupar-se com o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população é sinal de espírito democrático, maturidade, sabedoria e vontade de inovar: não é de se surpreender, portanto, que, em seu discurso inaugural no Congresso Nacional, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha formulado, entre 14 metas prioritárias de Governo, a meta do desenvolvimento sustentável do País."

Efetivamente, o Poder Executivo está procurando, através de uma série de medidas, modernizar e dinamizar a área de energia elétrica: quebrando a verticalização das funções de geração, transmissão e distribuição; instituindo a competição na geração e na distribuição, com livre acesso à transmissão, neutra e não discriminatória; implantando a concorrência no fornecimento, ao garantir o acesso de grandes consumidores à rede; estabelecendo o caráter indicativo ao planejamento da expansão da geração. Recentemente, ao enviar a este Congresso a proposição de criação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, mais um passo foi dado no mesmo sentido.

Entretanto, o estímulo ao uso de fontes alternativas de energia, como o Sol e os ventos, está sendo feito, de maneira ainda muito tímida, apenas pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM, instituído por Decreto de 27 de dezembro de 1994.

O Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, cobre, justamente, essa lacuna, propiciando incentivos que possibilitarão atingir, em 2005, as metas de 50 MW de potência instalada em geração fotovoltaica, 3 milhões de m² de captação termosolar e 1000 MW de potência instalada em geração eólica, estabelecidas no II Encontro para Definição de Diretrizes para o desenvolvimento de Energias Solar, Eólica e de Biomassa no Brasil.

Julgamos, entretanto, muito ambiciosas tais metas, estipuladas para apenas três tipos de energia. Consideramos conveniente a extensão do apoio proposto a mais duas modalidades de fontes alternativas: a hidrocínética, não causadora de impactos ambientais pelo reduzido porte dos aproveitamentos, ou seja, a pequena central hidráulica, conhecida por PCH; e a biomassa, restrita aos aproveitamentos de resíduos vegetais.

Por outro lado, a destinação de 40% (quarenta por cento) das parcelas da Reserva Global de Reversão (RGR), atualmente uma das principais fontes de financiamento do setor elétrico brasileiro, poderá comprometer a disponibilidade de recursos para outros empreendimentos, também meritórios.

Entendemos ser suficiente ao Programa de Incentivo a Energias Renováveis (PIER), a parcela de 10% (dez por cento) da RGR, sabendo-se que tal redução implica não se atingir as metas acima mencionadas na data estipulada (2005).

Como, repetimos, julgamos tais metas por demais ambiciosas, preferimos um PIER mais modesto, porém assentado em bases sólidas, mais duradouras.

Foi recentemente aprovado, nesta Casa, o Projeto de Lei da Câmara nº 50 que, ao instituir a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, introduz modificações na Reserva Global de Reversão e destina 50%, no mínimo, dos recursos arrecadados para aplicação em investimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, dos quais a metade em programas de eletrificação rural, conservação e uso racional de energia e atendimento de comunidades de baixa renda. Verificamos que não existem incompatibilidades ou conflitos entre as duas proposições. Pelo contrário, nota-se, aqui também, uma identidade de propósitos. Em verdade, é praticamente consensual, entre os especialistas do setor elétrico, a opinião de que os recursos da RGR precisam ser melhor aplicados, em benefício do consumidor brasileiro.

Coerentemente, consideramos oportuna a destinação de metade, no mínimo, das aplicações do PIER nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

Em face do exposto, concluímos este Parecer, com a manifestação de nosso voto favorável ao PLS nº 27, com a inclusão das seguintes emendas do relator, destinadas tão-somente a corrigir o engano de digitação apontado no Relatório e a tornar mais clara a referência legal à Reserva Global de Reversão – RGR, bem como aperfeiçoar outros aspectos que consideramos relevantes, como deixar a cargo do Executivo a indicação do ente público incumbido ao

prestar apoio ao Conselho Deliberativo, a ser criado pelo mesmo Poder.

Emenda nº 1, de 1996

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 1º e acrescentem-se os incisos V e VI ao mesmo:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER visando a promover o desenvolvimento das energias termosolar, fotovoltaica, eólica, hidrocínética de pequeno porte e de biomassa com os seguintes objetivo:

I –

V – estimular a produção de energia elétrica proveniente de pequenas centrais hidráulicas;

VI — estimular a produção de energia elétrica proveniente de biomassa, restrita aos aproveitamentos de resíduos vegetais.

Emenda nº 2, de 1996

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 2º:

"Art. 2º

III – recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, instituída pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e referida pelas Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e nº 8.631, de 4 de março de 1993, no montante de dez por cento das parcelas mensais da quota anual de reversão, estipulada para cada concessionário de energia elétrica pelo

poder concedente, nos termos da legislação em vigor.

Emenda nº 3, de 1996

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 3º:

Art. 3º A gestão das aplicações dos recursos do PIER, em conformidade com esta lei, será feita pelo Conselho Diretor, a ser criado pelo Poder executivo, composto por doze membros, sendo seis indicados pelo Governo das áreas de ciência e tecnologia, de meio ambiente, de energia elétrica, de indústria e comércio, de assuntos estratégicos e de habitações populares e seis representantes da sociedade, indicados por entidades representativas dos seguimentos interessados: de proteção ambiental, de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, dos concessionários privados de energia elétrica e das empresas de construção civil, sendo um por cada setor dos fabricantes de equipamentos de energia solar, dos fabricantes de equipamentos de energia eólica, dos fabricantes de equipamentos de energia hidroci-

nética, dos fabricantes de equipamentos de energia oriunda da biomassa, em número de dois, escolhidos por sistema de rodízio entre as respectivas entidades.

Emenda nº 4, de 1996

Sejam dadas as seguintes redações ao **caput** do art. 4º e aos seus incisos I e IV e §§ 4º e 6º:

Art 4º A destinação dos recursos far-se-á de acordo com a seguinte distribuição percentual, observado a obrigatoriedade da aplicação de metade, no mínimo, dos mesmos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste:

I) 20% (vinte por cento) para programas de pesquisa, desenvolvimento do uso de energias termosolar, fotovoltaica, eólica, hidrocínética e de biomassa;

II) 15% (quinze por cento) para projetos de energias hidrocínética e de biomassa a serem desenvolvidas por cooperativas de produtores ou usuários em área rural;

§ 4º As aplicações consideradas no inciso IV dirigem-se a cooperativas de produtores ou usuários de energia hidrocínética ou de biomassa, localizadas em área rural, sendo possíveis como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 6º Nas aplicações que envolvam fornecimento de materiais ou equipamentos, será exigida a observância das normas técnicas adequadas e dos padrões de qualidade dos produtos que deverão ser certificados pelas entidades competentes.

Emenda nº 5, de 1996

No art. 7º substitua-se BNDES por Poder Executivo.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.631, DE 4 DE MARÇO DE 1993

Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.

Art. 9º O art. 4º e seus parágrafos da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada

pelo Decreto nº 2.432, de 17 de maio de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Serão computadas no custo do serviço das empresas concessionárias, supridoras e supridas, quotas anuais da reversão, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

§ 1º A quota anual de reversão, a ser fixada pelo Poder Concedente, corresponde ao produto de até três por cento incidente sobre o investimento do concessionário composto pelo saldo **pro-rata tempore**, nos exercícios de competência, do Ativo Imobilizado em Serviço, não se computando o Ativo Intangível, bem como deduzindo-se a Depreciação Acumulada, as Doações e Subvenções para Investimentos e Obrigações Especiais, Reversão, Amortização, Contribuição do Consumidor e Participação da União.

§ 2º O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, do Ministério de Minas e Energia, fixará, nos termos da legislação em vigor e nos períodos de competência, os valores da quota anual de reversão para cada concessionário.

§ 3º Os concessionários de serviços públicos de energia elétrica, depositarão mensalmente, até o dia quinze de cada mês seguinte ao de competência, em agência do Banco do Brasil S.A., as parcelas duodecimais de sua quota anual de reversão na conta corrente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS – Reserva Global de Reversão – RGR.

§ 4º A Eletrobrás destinará os recursos da RGR aos fins estipulados neste artigo, inclusive à concessão de financiamento às empresas concessionárias, para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica e para reativação do programa de conservação de energia elétrica, mediante projetos específicos.

§ 5º A Eletrobrás procederá a correção mensal da RGR de acordo com os índices de correção dos ativos permanentes e creditará a essa reserva juros de cinco por cento ao ano sobre o montante corrigido dos recursos utilizados. Os rendimentos dos recur-

sos não utilizados reverterão, também, à conta da RGR.

§ 6º Ao DNAEE serão destinados dois por cento dos recursos da RGR, devidamente corrigidos monetariamente, para custear seus dispêndios com projetos e atividades relativos a hidrologia, hidrometeorologia, operação de rede hidrometeorológica nacional e fiscalização das concessões de energia elétrica.

§ 7º A Eletrobrás destinará anualmente, observado o percentual mínimo a ser estabelecido em regulamento, recursos da RGR arrecadada para financiamento de programas de eletrificação rural.

§ 8º Os recursos do Fundo de Reversão investidos pelos concessionários na expansão e melhoria dos sistemas até 31 de dezembro de 1971, bem como as retenções da Reserva Global de Reversão – RGR, efetuadas até 31 de dezembro de 1992, serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos permanentes dos concessionários do serviço público de energia elétrica e vencerão juros de cinco por cento ao ano, sobre o montante mensalmente corrigido, os quais serão depositados em nome da Eletrobrás."

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

Art. 13. A taxa anual de fiscalização será devida pelos concessionários, permissionários e autorizados a partir de 1º de janeiro de 1997, devendo ser recolhida diretamente à ANEEL, em duodécimos, na forma em que dispuser o regulamento desta lei.

§ 1º Do valor global das quotas da Reserva Global de Reversão – RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, devidas pelos concessionários e permissionários, será deduzido o valor da taxa de fiscalização, vedada qualquer majoração de tarifas por conta da instituição desse tributo.

§ 2º A Reserva Global de Reversão de que trata o parágrafo anterior é considerada incluída nas tarifas de energia elétrica, com as alterações seguintes:

I – é fixada em até dois e meio por cento a quota anual de reversão que incidirá sobre os investimentos dos concessionários e permissionários, nos termos estabelecidos pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, observado o limite de três por cento da receita anual;

II – do total dos recursos arrecadados a partir da vigência desta lei, cinquenta por cento, no mínimo, serão destinados para aplicação em investimentos no Setor Elétrico das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dos quais 1/2 em programas de eletrificação rural, conservação e uso racional de energia e atendimento de comunidades de baixa renda;

III – os recursos referidos no inciso do Art. 13. A taxa anual de fiscalização será devida pelos concessionários, permissionários e autorizados a partir de 1º de janeiro de 1997, devendo ser recolhida diretamente à ANEEL, em duodécimos, na forma em que dispuser o regulamento desta lei.

§ 1º Do valor global das quotas da Reserva Global de Reversão – RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, devidas pelos concessionários e permissionários, será deduzido o valor da taxa de fiscalização, vedada qualquer majoração de tarifas por conta da instituição desse tributo.

§ 2º A Reserva Global de Reversão de que trata o parágrafo anterior é considerada incluída nas tarifas de energia elétrica, com as alterações seguintes:

I – é fixada em até dois e meio por cento a quota anual de reversão que incidirá sobre os investimentos dos concessionários e permissionários, nos termos estabelecidos pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, observado o limite de três por cento da receita anual;

II – do total dos recursos arrecadados a partir da vigência desta lei, cinquenta por cento, no mínimo, serão destinados para aplicação em investimentos no Setor Elétrico das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dos quais 1/2 em programas de eletrificação rural, conservação e uso racional de energia e atendimento de comunidades de baixa renda;

III – os recursos referidos no inciso anterior poderão ser contratados diretamente com Estados, Municípios e concessionários de serviço público de energia elétrica;

IV – os recursos destinados ao semi-árido da Região Nordeste serão aplicados a taxas de financiamento não superiores às previstas para os recursos a que se refere a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, anterior poderão ser contratados diretamente com Estados, Municípios e concessionários de serviço público de energia elétrica;

IV – os recursos destinados ao semi-árido da Região Nordeste serão aplicados a taxas de financiamento não superiores às previstas para os recursos a que se refere a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

.....

DECRETO Nº 41.019
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1957

Regulamenta os serviços de energia elétrica.

.....

LEI Nº 5.655, DE 20 DE MAIO DE 1971

Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências

.....

Art. 4º Com a finalidade de prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia elétrica, será computada como componente do custo do serviço a quota de reversão de 3% (três por cento) calculado sobre o valor do investimento definido no parágrafo primeiro deste artigo.

§ 1º O investimento que servirá de base no cálculo da quota de reversão é aquele definido no item I do artigo 2º deduzido do valor a que se refere o item IV do parágrafo único do mesmo artigo.

§ 2º Os concessionários de serviços públicos de energia elétrica depositarão suas quotas anuais de reversão, em duodécimos, até o último dia útil de cada mês, em agência do Banco do Brasil S.A., na conta "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS – Reserva Global de Reversão".

§ 3º A Eletrobrás movimentará a conta de Reserva Global de Reversão para a aplicação prevista neste artigo ou em empréstimo a concessionários de serviços públicos de energia elétrica, para expansão e melhoria dos serviços.

§ 4º Ouvidor do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica a Eletrobrás poderá aplicar até 5% (cinco por cento) da reserva global de reversão na de-

sapropriação de áreas destinadas à construção de reservatórios de regularização de cursos d'água.

§ 5º A Eletrobrás deverá proceder anualmente à correção monetária da Reserva Global de Reversão creditando à mesma juros de 3% (três por cento) ao ano, sobre o montante dos recursos utilizados, excluídos os aplicados na forma do § 4º deste artigo.

§ 6º Os recursos do Fundo de Reversão investidos pelos concessionários de servidores públicos de energia elétrica na expansão dos seus sistemas até 31 de dezembro de 1971, vencerão juros de 10% (dez por cento) em favor do Fundo Global de Reversão, por conta da remuneração do respectivo investimento, deverão os depósitos obedecerem o disposto no § 2º do artigo 4º.

§ 7º Os concessionários de serviços públicos de energia elétrica, mediante aprovação do poder concedente, poderão promover a conversão da Reserva de Amortização e do respectivo Fundo, existentes a 31 de dezembro de 1971, em Reserva para Reversão e respectivo Fundo, passando estes a reger-se, desde logo, pelo disposto no § 6º deste artigo.

.....
O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

OF. Nº 077/01-CI

Brasília, 26 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, que “Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **José Alencar**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91,

§§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 429, DE 2001

(Da Comissão de Fiscalização e Controle)
(Requerimento nº 32, de 2001, na CFC)

Senhor Presidente,

Como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa e no exercício das atribuições que a esta Comissão competem, requeiro, nos termos do art. 216, combinado com o art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro dos Transportes cópia de toda a documentação relativa ao processo licitatório da obra de “Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia–Tocantins BR-060/DF – Adequação do Trecho Distrito Federal–Divisa DF/GO”, assim como informações do acompanhamento da execução da obra e eventuais tomadas de contas especiais.

Justificação

Cabe a esta Comissão fiscalizar a correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios, na forma de convênio.

Diante de graves irregularidades já apontadas, como as citadas abaixo, o assunto merece especial atenção desta Comissão:

1 – Indícios de superfaturamento no contrato para elaboração do projeto básico.

2 – Projeto básico com inconsistências.

3 – Mesma empresa que elaborou o projeto básico – Strata – vence licitações para elaborar o projeto executivo e para supervisão da obra, que também, apresentam indícios de acerto entre as empresas.

4 – Licitação da execução com indícios de ocorrências de acerto entre as empresas.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2001. –
Ney Suassuna, Presidente – **Heloisa Helena** – **Geraldo Althoff** – **Jefferson Péres** – **Wellington Ro-**

berto – Antonio Carlos Júnior – Ricardo Santos – Bello Parga – Valmir Amaral – Freitas Neto.

OF/CFC/Nº 103/2001

Brasília, 28 de junho de 2001

Exmo. Sr.

Senador Jader Barbalho

Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Em face da aprovação do Requerimento de nº 32, de 2001, em reunião realizada por esta Comissão na sessão do dia 28 de junho do corrente ano, com fundamento no art. 216, combinado com o art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a Vossa Excelência que seja solicitado ao Ministro de Estado dos Transportes cópia da documentação relativa ao processo licitatório da obra de “adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins BR-060/DF – adequação do trecho Distrito Federal-divisa DF/GO”, assim como informações do acompanhamento da execução da obra e eventuais tomadas de contas especiais.

Segue em anexo cópia do referido requerimento.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu o Aviso nº S/108, de 2001 (nº 727/2001, na origem), de 27 de julho último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando os Relatórios das suas Atividades, referentes ao 3º e 4º trimestres de 2000.

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encerrou-se o tempo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 29, de 2001, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar; e

– Projeto de Resolução nº 30, de 2001, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Resolução nº 53, de 1997, que regulamenta, no âmbito do

Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Geraldo Cândido, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto de que tratarei na manhã de hoje nesta tribuna é muito polêmico, mas não poderia furtar-me de trazê-lo ao debate, pois considero-o de extrema gravidade.

Dezesseis anos após o findar do regime militar, nós, brasileiros, ainda temos que conviver com atos de autoritarismo, repressão e espionagem, cometidos por setores das Forças Armadas.

Na última quinta-feira, dia 2 de agosto, o jornal **Folha de S. Paulo** trouxe à tona um fato que deve causar a todos perplexidade e indignação, principalmente àqueles que, como muitos de nós, sofreram de perto os efeitos da repressão política e os desmandos contra os direitos civis perpetrados pelos militares nos anos de chumbo. Trata-se de arquivo que revela serviço de inteligência, em curso no Exército desde 1994, que, usando como álibi a manutenção da ordem pública, admite até “arranhar direitos dos cidadãos”. Além disso, equipara movimentos populares como o MST também tratados como “forças adversas” ao narcotráfico e ao crime organizado. Para esse serviço, são destacados 541 agentes e mais uma malha de informantes, que monitoram índios, autoridades do Governo, ONGs (organizações não governamentais), sindicatos, empresas, Polícias Civil e Militar e até a Polícia Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temo que isso se trate de camuflagem tão-somente para monitorar e reprimir os movimentos sociais organizados. Ou seja, o mesmo Exército, ou parte dele, que na ditadura militar investigou, torturou e matou vários companheiros, para nosso espanto, continua o mesmo, com as mesmas práticas. Hoje, mais sofisticado, faz a sua “arapongagem” a partir de uma visão da conjuntura “mais atualizada”, mas, na realidade, com o mesmo aparato repressivo, conforme revelamos documentos divulgados pela **Folha de S. Paulo**, imbuído de bisbilhotar pessoas e movimentos que conside-

re uma ameaça, admitindo, inclusive, a possibilidade de "eliminá-los".

Além disso, é inaceitável que movimentos da importância do MST e CUT sejam comparados ao crime organizado e ao narcotráfico. Quem, em sua consciência, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo divergindo da ação desses movimentos populares e sindical, pode fazer tal analogia? Foi graças à organização do MST, todos sabemos, que milhares de sem-terra, antes sem nenhuma perspectiva de vida e trabalho no campo, hoje estão assentados e produzindo. Da mesma forma, a CUT – Central Única dos Trabalhadores cumpre o seu papel, na perspectiva da organização e das conquistas da classe trabalhadora, de forma irrepreensível.

Tudo isso só nos leva a crer que setores das Forças Armadas (quero aqui frisar que não creio que essa seja uma posição majoritária nas Forças Armadas) ainda não se acostumaram à nova ordem democrática e ao fato de que, com ela, conquistamos a livre organização da classe trabalhadora, a livre atuação dos partidos políticos e entidades (as ONGs), que, no exercício pleno da cidadania, formam-se como intuito de acompanhar, propor, é claro, reivindicar políticas públicas. A quem o exercício desses direitos representa uma ameaça? Ainda quero crer que a sociedade brasileira, à custa da vida de vários companheiros, venceu a ditadura. Hoje, não há espaço para retrocesso dessa natureza. Vivemos num Estado de Direito e nele as Forças Armadas têm um papel constitucional a cumprir: a defesa das nossas fronteiras e da nossa soberania.

Diz, ainda, a matéria da **Folha de S. Paulo** do dia 2 de agosto: "Os papéis confidenciais expõem, pela primeira vez desde a redemocratização do país, os subterrâneos da máquina de espionagem do Exército. São cartilhas, manuais, relatórios e até fichas de informantes e colaboradores. (...) O material aniquila a tese de que a extinção do SNI daria lugar a um modelo de inteligência apartidário e submetido ao controle do Congresso. (...) Alheio à curiosidade de deputados e senadores, o governo criou em 13 de junho, primeiro ano da gestão FHC, a Escola de Inteligência Militar do Exército, em Brasília".

Cito isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para chamar esta Casa a assumir o seu papel e se posicionar veementemente contra esse arbítrio do Exército Brasileiro, que, de forma acintosa, subverte o seu papel constitucional, contrariando, inclusive, os preceitos da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, "órgão de assessoramento direto ao Presidente da República, que, na posição de órgão central do Siste-

ma Brasileiro de Inteligência, terá a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas nos termos desta Lei" – assim diz o art. 3º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que cria a Abin.

O seu art. 6º prevê o seguinte:

"O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.

§ 1º Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal".

Por isso, o Congresso Nacional deve convocar, urgentemente, o Ministro da Defesa, Sr. Geraldo Quintão, a prestar esclarecimentos sobre o caso. Se é inadmissível que fatos de tal natureza estejam ocorrendo, mais grave ainda é que isso se dê sem que o comando do Poder Executivo tenha nenhum conhecimento.

A nota de esclarecimento do Centro de Comunicação do Exército, também publicada na **Folha de S. Paulo**, anteontem, 8 de agosto, faz alguns reparos às matérias veiculadas, mas apenas quanto à forma. O conteúdo, no meu entendimento, ainda está por ser esclarecido e muito bem explicado.

Além disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar denúncia do movimento Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, que tem 23 casos registrados, nos últimos dez anos, de prática de tortura, humilhações e coações no interior das Forças Armadas. Essa é outra prática que, no nosso entendimento, deve ser banida. Em muitos casos, como veremos a seguir, alguns militares demonstram ignorar completamente os direitos humanos de aspirantes soldados e oficiais em treinamento ou mesmo prestando serviço.

Os casos são os seguintes:

Cadete Márcio Lapoente da Silveira, 18 anos.

Caso de tortura e morte em treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, Rio de Janeiro, no dia 9 de outubro de 1990. Depois de muitas controvérsias, a Justiça Militar reconheceu documentalmente que houve "excessos" praticados por oficiais, negligência e erro por parte dos médicos da Academia Militar de Agulhas Negras (Aman). Apenas um

oficial, De Pessoa, foi julgado, punido, mas beneficiado por **sursis** pelo Superior Tribunal Militar;

Luis Viana Santos, 19 anos. Caso de tortura no quartel da Vila Militar (RJ), que deixou o soldado incapacitado para o trabalho, em novembro de 1991. Em outubro de 1992, o Capitão de Cavalaria Delano Bastos de Miranda e o 3º Sargento George Carlos Rincon Valdessani foram condenados a um ano e nove meses de prisão na 1ª Auditoria do Exército, mas foram beneficiados por **sursis** e estão em liberdade;

Emerson Santos de Melo, 20 anos. Caso de suicídio, em novembro de 1992, no 3º Batalhão Especial de Fronteira, em Macapá (Amapá). O soldado, não suportando mais as pressões e humilhações sofridas, suicidou-se, tomando uma mistura de medicamentos;

Jean Fábio da Silva Martins, 18 anos. Caso de tortura no quartel da Vila Militar (RJ). Acusado do roubo de um fuzil, foi preso e torturado, por 36 dias, por espancamento, asfixia, etc.;

Eduardo Ferreira Agostinho, 19 anos. Caso de tortura e morte, em treinamento na Escola Naval (RJ), em 24 de janeiro de 1996. Dez outros, no mesmo local, não resistiram às brutalidades dos exercícios físicos ministrados e pediram baixa ainda em janeiro de 1996.

Samuel de Oliveira Cardoso, 17 anos. Caso de tortura no Colégio Naval, em Angra dos Reis (RJ), em janeiro de 1996. Vítima de maus-tratos, ficou internado no Hospital da Marinha, ficou hipertenso e com alterações no comportamento, não sendo mais capaz de fazer exercícios físicos.

Joílson da Silva Melo, 20 anos. Caso de tortura e morte no 3º Batalhão de Infantaria (Niterói-RJ) em 27 de setembro de 1998. O laudo de necropsia deu como **causa mortis** edema cerebral;

Nazareno Kleber de Mattos Vargas, 29 anos, cabo da Aeronáutica. Caso de tortura no Batalhão de Infantaria do 3º Comando Aéreo (RJ), de fevereiro de 1997 a junho de 1999. Sua mulher também foi presa e torturada para que ele assinasse confissão de seqüestro. Nos quase dois anos em que passou preso no Batalhão de Infantaria foi, quase que diariamente, torturado e espancado. Por duas vezes tentou suicídio. Até hoje, Nazareno continua internado sob custódia e tem sérios e graves abalos psicológicos. Foi aberto processo no Ministério Público Militar e o cabo vem sendo sistematicamente ameaçado para retirar a queixa. Também na Polícia Federal foi aberto um inquérito policial e seu caso vem sendo acompanhado,

desde janeiro de 2001, pela Procuradoria Geral da República, no Rio de Janeiro;

Anderson Gomes Monteiro, 18 anos. Caso de tortura no Batalhão de Infantaria da Aeronáutica (BINFA), do 3º Comando Aéreo (Comar), do Rio de Janeiro. Acusado de roubo de veículo, foi torturado por cerca de um ano. Aberto inquérito na Justiça Militar, por denúncia do soldado, nada foi apurado. Foi aberto também inquérito policial na Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República do Rio de Janeiro;

Sérgio Wanderley Macedo da Costa, 25 anos. Caso de possível suicídio, no refeitório do Batalhão, na Escola de Engenharia do Exército, em Santa Cruz (RJ). As fotos vistas pela família mostravam um tiro por trás da orelha direita do 3º Sargento Sérgio;

Fernando Romel Fernandes de Oliveira, 18 anos. Caso de tortura e morte no 26º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista do Exército (RJ), em junho de 1996. Acusado pelo desaparecimento de uma pistola privativa das Forças Armadas, foi detido e impedido de se comunicar com a família. Como negou o furto, foi duramente espancado e, em 19 de maio, entrou em coma no Hospital Central do Exército. A família entrou com ação contra o Exército, pedindo à Auditoria Militar o indiciamento dos responsáveis;

Marcos José de Sales Cantuária, 19 anos. Caso de tortura na Brigada Pára-Quedista do Exército, no Rio de Janeiro, em julho de 2000. Foi duramente punido com espancamento por quatro dias, porque passou mal e não podia continuar os treinamentos;

Jeremias Pedro da Silva, 23 anos. Caso de morte num Quartel da Vila Militar (RJ), segundo informações, por um tiro disparado por um colega. O caso foi narrado de forma estranha e confusa, pois a família de Jeremias chegou, a pedido das autoridades militares, a assinar um termo de perdão ao autor do disparo, o também soldado Wagner Vital Pegado, amigo de Jeremias;

Sérgio Rodrigo Pereira, 20 anos. Caso de morte em terreno da Aeronáutica, no Galeão (Ilha do Governador – RJ), em 30 de junho de 2000. O soldado, que ficou desaparecido por três dias quando dava guarda na Prefeitura do Galeão, foi encontrado com um tiro de calibre 39mm na cabeça e há muitas contradições no caso;

Vilson Coelho Inácio. Caso de recusa a tratamento de saúde, no 1º Batalhão Logístico do Exército, 1993. Os familiares do soldado foram obrigados a entrar na Justiça para que o rapaz recebesse tratamento médico, pois sofria de febre reumática, doença que pode ser fatal se não houver tratamento adequada-

do. O Batalhão onde o soldado servia impediu que um médico civil o examinasse;

Celestino José Rodrigues Neto, 14 anos. Caso de suicídio no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 15 de maio de 1990. O garoto consultou um livro enquanto fazia prova de Geografia. Foi submetido a humilhação pública diante dos colegas e da mãe no pátio do colégio e, seis dias depois, suicidou-se;

João Vicente Santana. Caso de possível suicídio na Aeronáutica, no Rio de Janeiro, em 1992. A Aeronáutica informou apenas que o soldado se matara com um tiro de fuzil no pescoço. Entretanto, no atestado de óbito, a causa da morte foi atribuída a uma "contusão com fratura de crânio";

Paulo Roberto Vieira, 19 anos. Caso de tentativa de suicídio na 1ª Companhia do Batalhão de Polícia do Exército (Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro), em 22 de agosto de 1993. Segundo seus companheiros, ele recebia sua segunda punição por não ter se submetido à revisão do corte de cabelo. No dia 22, apesar de estar bastante deprimido, foi obrigado a fazer a conferência de armas no Batalhão, quando atirou contra si. Além de perder um rim, Paulo quebrou uma costela e os tiros também atingiram o fígado e o pulmão;

João Antônio Caputo, 31 anos. Caso de assassinato em São Gonçalo-RJ, em 13 de novembro de 1990. Médico e capitão do Exército, Caputo denunciou ao Ministério do Exército, em Brasília, o desaparecimento de várias caixas de medicamentos e de material cirúrgico do Hospital Central do Exército. Ao investigar o caso, Caputo descobriu que, por trás dos roubos, havia uma quadrilha no hospital, também dedicada a contrabando de armas e munição. Seu corpo foi encontrado na mala de seu carro, com as mãos amarradas e com três perfurações de pistola 45. O Exército não investigou, afirmando que o assassinato competia à Justiça Comum;

Alexander Cristiano da Silva. Caso de provável suicídio no Batalhão de Aviação do Exército, em Taubaté – SP, em dezembro de 1993. Estava preso no quartel há uma semana por tentativa de deserção e se enforcou com o cadarço de seu coturno;

Carlos Rodrigo da Rocha Flores, 18 anos. Caso de morte no 18º Grupo de Artilharia de Campanha, na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em 9 de abril de 2000. O soldado do Exército morreu de leptospirose. Mais 23 soldados do batalhão foram internados com os mesmos sintomas da doença, dias depois. Todos os soldados fizeram treinamentos em um terreno onde foram localizadas várias tocas de ratos e esgotos que contaminam os córregos e lagos da

região. O Exército pagou uma indenização à família de Flores e o caso foi simplesmente encerrado;

Anderson Hilário de Souza, 21 anos. Caso de tortura no 3º Comando Aéreo, Rio de Janeiro, em fevereiro de 1997. Acusado de tentar estuprar uma militar da Aeronáutica, foi preso por quase dois anos, quando foi transferido, bastante desequilibrado emocionalmente, para o Hospital Penitenciário Heitor Carrilho, onde cumpre pena. Desde janeiro de 2001, o caso vem sendo acompanhado pela Procuradoria Geral da República, no Rio de Janeiro;

André Luiz Oliveira da Silva, 45 anos. Caso de tortura no 3º Comando Aéreo, Rio de Janeiro, em 1997. Acusado de deserção, quando saiu de Manaus para o Rio de Janeiro, amparado por licença médica, o sargento da Aeronáutica foi preso por 22 dias numa cela do BINFA. Hipertenso e cardíaco, passou mal quase que diariamente sem que lhe fosse dado qualquer medicamento e sem que tivesse acesso a médico. Após ter sido liberado, debilitado, física e psicologicamente, fez denúncia ao Ministério Público Militar e foi aberto inquérito policial militar, onde passou de vítima a réu. Atualmente, o caso é acompanhado pela Procuradoria Geral da República, no Rio de Janeiro.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que essa é ainda uma questão conside-rada tabu, uma vez que, pela força, o prestígio e o poder que as Forças Armadas têm, ainda desfrutam de certa imunidade, inclusive quando transgridem os direitos humanos. Basta dizer que, daqueles 23 casos, somente quatro deram continuidade à denúncia feita; os demais, pressionados de diferentes formas, desistiram. Entendo que, sobre esse assunto e também sobre a função social que as Forças Armadas devem cumprir numa sociedade democrática, esta Casa tem que debater e se manifestar, sob pena de sermos coniventes com deformações que pensávamos já terem sido banidas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Cândido, o Sr. Nabor Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência, antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, comunica ao Plenário que estão disponíveis na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional os avulsos do Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que "altera o Plano Plurianual para o período 2000/2003".

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Nabor Júnior, por permuta com o Senador Roberto Requião, por 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados acaba de aprovar projeto de lei, de autoria do nosso ex-colega, e atual Deputado Federal pelo Estado do Ceará, Mauro Benevides, que institui a obrigatoriedade da realização de prévias, entre os partidos políticos legalmente registrados no País, para a escolha dos seus candidatos a Presidente da República, a Governadores de Estado e a Prefeitos Municipais.

O texto original da proposição propunha apenas a realização de prévias para a escolha de candidatos a Presidente da República. No entanto, foi emendado por outros Parlamentares, que estenderam a regra à escolha, também, de candidatos a Governador e a Prefeitos Municipais.

O projeto, agora, está sendo encaminhado à revisão constitucional do Senado Federal. E vejo que começa a sofrer algumas restrições, por parte de algumas Lideranças com assento nesta Casa, que, mesmo admitindo a oportunidade e o espírito democrático da medida, contestam seu caráter obrigatório, achando que deve ser deferida a cada partido a decisão de realizá-la ou não, de acordo com as suas conveniências.

O projeto aprovado pela Câmara determina, como se sabe, que essas prévias sejam compulsórias para todos os partidos políticos, a fim de que seus filiados possam opinar sobre a composição das respectivas legendas, 60 dias antes da realização das convenções nacionais, estaduais e municipais sobre os candidatos que pretendem concorrer àquelas convenções para saírem candidatos a cargos majoritários de Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal.

Meu aplauso ao Projeto do Deputado Mauro Benevides não é coisa nova – ao contrário, fui autor de proposta semelhante dentro de nosso Partido, o PMDB, na convenção realizada em 1993. Aprovado pelos convencionais, o dispositivo foi aprovado e se constituiu no art. nº 104 do Estatuto partidário, com caráter facultativo, aplicável nos níveis nacional, estadual e municipal, e que essa decisão deveria ser adotada pelas convenções municipais, estaduais e nacionais. Com base nesse dispositivo, alguns Estados já procederam à realização de prévias para a escolha de candidatos do PMDB pelo menos a Governador de

Estado e, se não me falha a memória, também para Prefeitos Municipais.

Desse modo, quero antecipar minha posição: sou inteiramente favorável ao projeto de autoria do ex-Senador Mauro Benevides, que, na Câmara, recebeu emendas de outros Deputados, e, agora, está sendo encaminhado à apreciação do Senado Federal.

Entendo, Sr. Presidente, que as convenções municipais, estaduais e nacionais são órgãos de deliberação máxima dos partidos políticos, mas não congregam a totalidade dos filiados, que ficam à margem do processo de escolha dos candidatos a cargos tão importantes, como de Prefeitos, Governadores e Presidente da República.

Assim, se esse projeto for prontamente aprovado aqui, no Senado Federal, já poderemos adotar essa prática em 2002, 60 dias antes das convenções, nacionais e estaduais que vão decidir sobre a escolha dos candidatos a Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governadores, Vice-Governadores e Senadores da República – porque o projeto estabelece que as prévias seriam realizadas para candidatos que vão concorrer a cargos todos majoritários, como é o caso de Senadores da República e seus suplentes.

Essa, portanto, é uma prática democrática, uma forma de se abrir os âmbitos da decisão, de ampliar as bases para a escolha dos candidatos a esses cargos eletivos, permitindo, assim, uma participação decisiva e mais efetiva de todos os filiados. Ou seja, é uma maneira de valorizar os filiados dos partidos que ficam à margem do processo.

Muitas vezes, à revelia das bases, as cúpulas partidárias lhes impõem candidatos, depois rejeitados pela cidadania nas eleições, inclusive por terem sido escolhidos de maneira autoritária. Por outro lado, além dessa medida da introdução do sistema de prévias eleitorais para a escolha de candidatos a Presidência da República, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Senador, etc, outras modificações precisam ser aprovadas na chamada reforma política que visa a fortalecer não só o sistema democrático em nosso País, como também as nossas agremiações político-partidárias.

Já foram aprovadas aqui no Senado, e estão em tramitação na Câmara dos Deputados, várias alterações na legislação político-eleitoral brasileira, como, por exemplo, o restabelecimento do instituto da fidelidade partidária.

Considero imprescindível, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional aprove matéria de tanta impor-

tância para os partidos políticos, inclusive para pôr um termo à situação que se repetiu nas últimas legislaturas, quando os candidatos eleitos por um partido migraram, logo a seguir, para outro. Os eleitores votam em um candidato e esperam que ele seja fiel ao voto que recebeu.

A fidelidade partidária é um instituto que já existiu na legislação eleitoral brasileira e que, infelizmente, foi extinto pela Constituição de 1988. Mas se queremos ter agremiações partidárias devidamente consolidadas em nosso País, é indispensável que se promova o seu restabelecimento imediato!

Vários detentores de mandatos eletivos estão vivendo a hora de decidir sobre seus passos, no pleito do ano vindouro. Estamos às vésperas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de definições, e sei que um grande número de Parlamentares, em nível estadual e federal, vão optar por outra filiação partidária, diferente daquela pela qual se elegeram, porque a atual legislação determina que, para concorrer a uma eleição, tem que estar filiado a um determinado partido político por, pelo menos, um ano antes da eleição. Então, como haverá eleições em outubro de 2002, aqueles que se sentem mal-acomodados nos atuais partidos ou que tenham interesses políticos, pessoais e até pecuniário, terão até o final do mês de setembro e início do mês de outubro próximo para deixá-los.

Isso enfraquece consideravelmente a estrutura dos partidos políticos do nosso País. Se existisse o instituto da fidelidade partidária – determinando que o detentor de cargo eletivo interessado em deixar o partido pelo qual foi eleito teria que renunciar ao mandato ou ficaria inelegível para um período de, pelo menos, três ou quatro anos – nós teríamos evitado que mais de 100 Deputados Federais tivessem trocado de legenda já na presente Legislatura. Essa prática é uma traição ao princípio partidário e aos cidadãos que os elegeram nas eleições anteriores, de 1988.

Nós vemos, com muita frequência, nos noticiários dos jornais, prefeitos, governadores, deputados federais, estaduais e vereadores mudando de partido como se muda de camisa.

Infelizmente, essa proposição ainda enfrenta oposição por parte daqueles que são useiros e vezeiros em trocar de partido. Nesta Legislatura, iniciada em 1999, por conseguinte, há cerca de dois anos, determinados parlamentares já mudaram de partido quatro vezes e se preparam para mudar pela quinta vez, negociando, às vezes, o próprio mandato que o povo lhe conferiu. Portanto, a Câmara dos Deputados deveria agilizar a votação da chamada Reforma Polí-

tica, no sentido de que ela seja aprovada até o final de setembro.

Outro projeto, também indispensável para o fortalecimento dos partidos políticos, é o chamado financiamento público das campanhas eleitorais, que já foi aprovado aqui no Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados. Como V. Ex^{as} se recordam, todos os Partidos com assento no Senado Federal o aprovaram, pois entendem que é uma maneira de democratizar o processo eleitoral brasileiro e reduzir o peso do poder econômico, que, muitas vezes, ainda, influencia o resultado das eleições. Para que esse projeto seja adotado nas eleições do ano 2002, também deve ser aprovado um ano antes das eleições. Conscientes disso, as lideranças o incluem no rol de matérias que as reputam necessárias ao aprimoramento do sistema político-eleitoral do nosso País.

Assim sendo, faço votos de que esta Casa aprove o projeto do ex-Senador Mauro Benevides, que introduz o sistema de prévias eleitorais obrigatórias para a escolha dos candidatos a cargos majoritários. E que a Câmara dos Deputados aprove algumas matérias, já aprovadas aqui no Senado, que lá estão tramitando, principalmente o princípio da fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais.

Com essas medidas, evitaremos, ou na pior das hipóteses, lograremos reduzir a influência do poder econômico, a ditadura das cúpulas partidárias na escolha dos candidatos e esse troca-troca permanente de detentores de cargos eletivos, de um partido para o outro.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Ubirajara.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, gostaria de fazer o registro da presença, na tribuna de honra do Senado Federal, do Chefe da Defensoria Pública de Roraima, o Defensor Público Dr. Samuel Corrêa Leite, que muito nos honra.

Sr. Presidente, hoje, gostaria de falar um pouco da história do meu Estado de Roraima. Roraima era parte do Estado do Amazonas e, em 1943, graças à

visão estadista de Getúlio Vargas, de que era necessário ocupar e defender aquelas imensas fronteiras da Amazônia, pouco povoadas, desassistidas do Poder Público e, portanto, entregues à própria sorte, como verdadeiras sentinelas avançadas e não pagas pela Nação para garantir a unidade brasileira, foi transformado em Território.

Instalado em 1944, tinha pouco mais de 20.000 habitantes. Durante esse período como Território Federal, começou a haver uma distinção clara entre os Municípios que compunham o Território de Roraima, que eram Boa Vista e Caracará, e os outros Municípios vizinhos do Estado do Amazonas, do qual havíamos nos separado. Passamos 45 anos como Território Federal – portanto, mais de quatro décadas –, ocasião em que tivemos governadores nomeados, cuja média de tempo à frente do governo era de um ano. Então, entre governadores interinos e titulares nomeados, tivemos quase a mesma quantidade de que o número de anos do Território. Esse foi um fator que contribuiu muito para que o Território não avançasse mais rapidamente no sentido do desenvolvimento.

Finalmente, vencido este primeiro marco histórico, que foi o desmembramento, a emancipação de Roraima do Estado do Amazonas, portanto, uma redivisão territorial no Brasil, Roraima foi transformado em Estado na Constituinte de 1988, graças ao trabalho conjunto dos Parlamentares do Amapá e de Roraima, com emendas assinadas por todos os Parlamentares desses dois Estados. Na verdade, só foi formalmente implantado com a posse do primeiro governador eleito, em janeiro de 1991.

Então, pouco mais de dez anos nos separam desse segundo marco histórico da vida do povo de Roraima, que nos igualou às demais Unidades da Federação como Estado-membro. Enquanto Território, éramos cidadãos de segunda ou terceira categoria, porque não elegíamos o governador, não tínhamos representação no Senado e a nossa representação na Câmara era apenas a metade do mínimo que um Estado brasileiro podia ter, que eram oito Deputados Federais.

Então, a partir desse segundo marco histórico, Roraima realmente começou a se desenvolver. Teve implantada a sua Universidade Federal, a Escola Técnica Federal e, depois, vieram as grandes obras de infra-estrutura. Todos os Governadores que passaram pelo Território e pelo Estado de Roraima tentaram fazer as obras que todos pregavam como fundamentais para o desenvolvimento do Estado, que eram a ligação rodoviária da nossa Capital, Boa Vista, com a Capital do Amazonas, Manaus, ligando-nos com o

resto do Brasil, e também a continuação dessa estrada até a Venezuela, abrindo as portas para o comércio exterior e para o intercâmbio comercial, já que nós somos o Estado brasileiro mais próximo geograficamente do Caribe, dos Estados Unidos e da própria Europa.

Então, foi exatamente nesse segundo marco histórico e na gestão do Governador Neudo Campos que se realizaram estes dois pontos importantes da infra-estrutura do Estado: a ligação rodoviária, com estrada asfaltada, entre Boa Vista e Manaus, e entre Boa Vista e a fronteira da Venezuela e, por consequência, Caracas, porque na Venezuela todas as estradas são asfaltadas.

Recentemente, foi concluída a BR-401, que liga a Capital à fronteira com a Guiana, ex-Guiana Inglesa. Temos a possibilidade, agora, de realmente implementarmos um comércio exterior mais vigoroso e de atrairmos investidores para que possa o Estado, em função da sua posição geográfica, se desenvolver e dar um retorno mais lógico aos próprios investidores. V. Ex^{as} podem imaginar a distância que percorre, por rodovia ou por navio, por exemplo, a soja produzida no Paraná e exportada até a Venezuela? E Roraima está a 202 quilômetros da Venezuela por estrada asfaltada.

Nesse terceiro marco histórico, citei as rodovias e que ressaltar também a questão da energia elétrica, porque, na próxima segunda-feira, o Presidente Fernando Henrique estará indo à Capital do meu Estado e à vizinha cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén, onde se encontrará com o Presidente venezuelano para inaugurar formalmente a linha de interligação da energia produzida em Guri, na Venezuela, uma hidrelétrica que corresponde quase a uma Itaipu e que vai, portanto, fornecer energia firme, consistente e pelo menos durante um quarto de século para o nosso Estado. Enquanto Estados poderosos do Sul e do Sudeste estão atravessando o momento do apagão, nós estamos começando o momento da iluminação.

Ao fazer esse registro, quero agradecer ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o apoio que deu ao Governador Neudo Campos para executar essas obras. É mister também fazer justiça aos outros Governadores, que tentaram executar essas obras, sem êxito. Tentaram fazer uma usina hidrelétrica na Cachoeira do Bem Querer. Gastaram dinheiro com planos, projetos e a hidrelétrica não saiu. E eram Governadores nomeados pelo Presidente da República. Gastaram dinheiro, fizeram planos e projetos, para fazer uma hidrelétrica no Paredão, no rio Mucajaí, e

também não conseguiram. E eram Governadores nomeados pelo Presidente da República. Gastaram dinheiro, fizeram planos e projetos para construir a hidrelétrica do Cotingo e também não conseguiram. E eram Governadores nomeados pelo Presidente da República.

Temos que reconhecer o mérito do Governador Neudo Campos que, embora sabendo que a questão da energia elétrica esteja afeta à Eletrobras, portanto ao Governo Federal, não ficou acomodado na sua posição de Governador de Estado, esperando que as coisas não acontecessem, para colocar a culpa no Governo Federal. Ao contrário, S. Ex^a veio a Brasília insistentemente e convenceu o Presidente Fernando Henrique Cardoso da importância da linha de transmissão de Guri. Foi à Venezuela inúmeras vezes para convencer o Presidente venezuelano da importância dessa linha de transmissão, não só para a Venezuela vender sua energia excedente para Roraima, e para o Brasil, portanto, mas também para suprir todo o sul da Venezuela, que, em subdesenvolvimento, corresponde ao nosso Norte brasileiro.

Na segunda-feira, com certeza, ficará definitivamente selado o terceiro marco histórico de Roraima, quando efetivamente o povo do meu Estado passará a viver o futuro que tanto almejamos, qual seja o de ser um Estado membro da Federação como os demais, com os mesmos direitos e condições dos outros cidadãos brasileiros para se desenvolver.

Faço esse registro não só para agradecer ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o apoio recebido, como para enfatizar o empenho pessoal do Governador Neudo Campos, bem como fazer justiça aos ex-Governadores que, mesmo sendo nomeados pelo Presidente da República, não lograram êxito em suas tentativas de executar essas obras. O importante, agora, não é brigar pelos papéis da paternidade desta ou daquela obra, mas a união do povo de Roraima, das suas classes produtoras e dos seus representantes políticos para que possamos caminhar seguramente para o tão desejado desenvolvimento sócio-econômico do nosso Estado.

Para finalizar, um outro assunto que gostaria de abordar é a importância de uma redivisão territorial do País. Roraima era um pedacinho da Amazônia e tem apenas 425 mil quilômetros quadrados. O Amazonas ainda tem 1,6 milhão de quilômetros quadrados. E aquele pedacinho do Amazonas é, hoje, um Estado com todas as condições de se tornar excelente. Enquanto isso, existem Municípios próximos de Roraima, como é o exemplo de Barcelos, que já foi capital da província do Amazonas e tem pouco mais de 26

mil habitantes, está abandonado, sem apoio efetivo do Poder Público federal e até mesmo do estadual, dada a distância que o separa da Capital, Manaus.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Com muito prazer, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Estou ouvindo com muito interesse as manifestações de V. Ex^a na sessão desta manhã, mas particularmente a parte final de suas considerações, que é sobre um assunto muito interessante, a redivisão territorial deste País. Todos nós podemos observar as enormes e insuperáveis dificuldades que os Estados-continentes têm para resolver os problemas da população. Não faz sentido que um Estado como Mato Grosso, depois de dividido, tenha ficado ainda com mais de 900 mil quilômetros quadrados. Veja como sofre a população com a inexistência de uma infra-estrutura compatível e adequada ao potencial que tem aquela região! O que sofre a população com as dificuldades das transposições de bens e serviços que possam melhorar a sua qualidade de vida! V. Ex^a tem razão, tem capitaneado essa idéia da redivisão territorial do País em muito boa hora, com muita pertinência e com muita competência. Sou solidário à idéia de V. Ex^a, até porque represento, com muito orgulho, o Estado de Tocantins, resultante da divisão territorial do Estado de Goiás. Seguramente, Goiás e Mato Grosso são dois exemplos inquestionáveis de que a redivisão territorial do País é imperativa, é imperiosa, é importante e inadiável. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelas considerações que faz a esse respeito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço enormemente o aparte de V. Ex^a.

V. Ex^a representa um Estado que é mais um exemplo da conveniência da redivisão territorial desses grandes Estados do Centro-Oeste e do Norte do País. Todos sabemos que Tocantins era o Norte de Goiás; Norte abandonado, pouco povoado, pouco assistido. Hoje, é um exemplo para o País, é um Estado que, em apenas 10 anos, está consolidado, desenvolvido e é inclusive exemplo de uma administração enxuta, do ponto de vista tributário e fiscal; é correto e não tem dívidas, ao contrário dos gigantes Estados brasileiros.

Portanto, quero acolher, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Também, com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Lindberg Cury, do Distrito Federal,

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Mozarildo Cavalcanti, é com imensa satisfação que faço este aparte, para parabenizá-lo por abordar a redivisão territorial dos Estados brasileiros. É uma redivisão importante para o País. V. Ex^a, há poucos minutos, fez referência ao Estado de Goiás. É um grande exemplo. A região norte do Estado de Goiás estava completamente fora do contexto governamental. Era um trecho, uma grande faixa abandonada. Com a divisão do Estado de Goiás e com a criação do Tocantins, evidentemente houve progresso e desenvolvimento. Basta observarmos também o que ocorreu com o Mato Grosso, hoje Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Depois de dividido, o Estado se desenvolveu nas duas frentes. Cresceu. Temos que pensar no redimensionamento dos demais Estados. Haja vista, por exemplo, o caso dos Estados Unidos, que é composto de cerca, se não me engano, de 52 Estados, de dimensões pequenas e com autonomia própria. O progresso chegou e os Estados Unidos são atualmente o maior país dentro da base econômica mundial. Portanto, quero louvar essa iniciativa de V. Ex^a, que, creio, merece uma reflexão de todos nós, brasileiros. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Agradeço o aparte a V. Ex^a, Senador Lindberg Cury, que representa o Distrito Federal, também resultante de uma redivisão territorial do País, porque originou-se de um pedaço do Estado de Goiás. Hoje, basta olhar o que é o Distrito Federal, até mesmo como exemplo de desenvolvimento. Planejado para ser um centro administrativo, hoje é também um centro industrial e um centro comercial muito fortes.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero deixar registrado o agradecimento ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ressaltar o trabalho do Governador Neu do Campos e também o empenho dos outros Governadores, que tentaram levar energia para Roraima e não o conseguiram, lamentavelmente. E fazer um último apelo ao próprio Presidente Fernando Henrique, que vai a Roraima segunda-feira. Que Sua Excelência determine à Eletrobrás e à Eletronorte um reestudo da tarifa de energia que está sendo cobrada da população do Estado. A Eletronorte cobrava uma tarifa "x" por uma energia gerada por usina termelétrica; portanto, uma energia cara. Mas, agora, a empresa receberá energia hidrelétrica vinda de Guri por mais ou menos 1/3 do valor da gerada em Boa Vista.

E consta que a Eletronorte pretende continuar cobrando a mesma tarifa.

Já conversei com o Presidente da Eletrobrás, o Governador já esteve inclusive com o Presidente da República. Pretendemos nos unir para não permitir que a Bovesa, subsidiária da Eletronorte em Roraima – a energia vai ser gerada na Venezuela –, seja a distribuidora a ganhar mais dinheiro à custa da população, por receber energia mais barata e por querer continuar a cobrar a mesma tarifa. Não acredito realmente que essa idéia prospere.

Por isso, neste meu pronunciamento, quero fazer um apelo ao Presidente da República e ao Presidente da Eletrobrás, para que determinem urgentes medidas para que o povo de Roraima seja também justicado no que tange ao preço da tarifa de energia que será cobrado a partir de segunda-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta sessão deliberativa de sexta-feira para comentar algumas opiniões que tenho ouvido no interior do meu Estado e aqui em Brasília.

Em toda parte por onde passamos, é generalizada a crítica à situação política do nosso País, principalmente ao Senado e às apurações de possíveis irregularidades cometidas por Senadores.

Ontem à noite, recebi, em meu apartamento, um auxiliar de enfermagem que cuida deste velho, em Brasília, porque ele anda com o pulmão meio bombardeado. Eu estava fazendo uma inalação e, enquanto isso, ele me dizia: "Pois é, Senador, assim não podemos continuar! A população não aceita mais essa situação".

Fiquei pensando naquilo que sempre falo no meu Estado: essas irregularidades que estão perturbando o pensamento da família brasileira ocorrem há aproximadamente 30 anos. Desde a origem da Sudam esses fatos acontecem. Tive participação não nos desvios, mas na vida da Sudam. Eu morava em Mato Grosso do Norte, na que lá é a área da Sudam.

Portanto, hoje, no Governo Fernando Henrique Cardoso, estamos apurando fatos ocorridos no passado. Órgãos do Poder Público não funcionavam adequadamente, senão teriam sido apuradas todas essas irregularidades.

A investigação sobre o Senador Jader Barbalho passou diversas vezes pelo Banco Central, pelo Ministério Público, e cada vez obteve um tipo de decisão. Por que o caso não foi apurado? Por falta de cumprimento do dever de cada área de trabalho.

Insisto sempre no fato de que o maior problema da Nação brasileira é a falta de aprimoramento do desempenho das áreas públicas, em todos os setores e escalões, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Quando o Presidente Antonio Carlos Magalhães decidiu criar a CPI do Judiciário, vim à Mesa e questionei a S. Ex^a: "Presidente Antonio Carlos, V. Ex^a não acha que, em vez de solicitar uma CPI do Judiciário, seria melhor formalizar ao Presidente do Supremo todas as denúncias contidas em documentos que V. Ex^a afirma possuir, a fim de que o Poder Judiciário apure as irregularidades?" E o ele respondeu: "Não, vou dar uma trompada nessa gente! Depois, vamos ver como é que fica".

Então, disse para o Ramez Tebet: "Agora, essa CPI vai apurar que houve falha do Governo brasileiro, como um todo." As irregularidades já estavam sendo levantadas no Tribunal de Contas da União. Todo ano o Judiciário pedia ao Executivo para incluir no Orçamento obras para a construção da quele prédio, e nós, do Congresso Nacional, aprovávamos as verbas. Isso quer dizer que aquelas irregularidades tiveram a participação de toda a área do Executivo, Judiciário e Legislativo. Isso é muito claro.

Estamos assistindo a uma coisa interminável. Há quanto tempo, por exemplo, vem sendo apurado esse assunto do Senador Jader Barbalho? Quem é mais velho se lembra de quando aconteceu esse assunto do Banpará. Ou seja, é necessário que o Poder Público, em todas as áreas, cumpra com as suas responsabilidades, para que possamos dar um término nisso. O nosso serviço no Congresso, agora, é só apurar coisas que aconteceram no passado! Não estamos cuidando nem do presente! Portanto, fico pensando na necessidade de trabalharmos com persistência e com rapidez para tomarmos as decisões necessárias ao encerramento desse estágio.

Fui Prefeito de Campo Grande em duas ocasiões. Na primeira vez, durante o regime militar, a cidade estava um caos: havia quatro ou cinco folhas de pagamento em atraso, ninguém pagava ninguém, o funcionalismo encontrava-se num estado de espírito horrível e as pessoas queriam apurar as irregularidades. Eu lhes disse: "Gente, vamos cuidar do presente, enquanto uma turma cuida do passado." Se cada um de nós cuidasse bem do presente, não continuariam acontecendo fatos que não deveriam ocorrer. Não te-

mos como melhorar as receitas públicas de uma hora para outra e nem como tirar recursos de um Ministério para pôr em outro. Fala-se que a segurança e a saúde estão péssimas, a Oposição todo dia faz críticas as mais fantásticas ao Presidente da República, mas o que precisamos fazer é aprimorar a qualidade do gasto de recursos públicos.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a foi, por duas vezes, Prefeito de Campo Grande. Também o fui, sucedendo V. Ex^a. Uma marca registrada da sua filosofia de administração no nosso Estado está na sua expressão, sempre repetida, de que administrar um país, uma cidade ou um estado é como administrar nossa casa, isto é, se há dinheiro, gasta-se; se não há, não se gasta. Isso, para mim, como administrador e homem público, ficou como uma lição que V. Ex^a nos deixou no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa sua maneira de ser se aprofundou nas suas sucessivas administrações e nos orientou também. Campo Grande, hoje, com André Puccinelli, que faz uma excelente administração, é uma das cidades líderes de uma boa gestão pública em todo o País. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a e fica aqui a minha alegria por fazer esse registro e dizer a V. Ex^a que sou um seu eterno admirador pela sua administração pública em Campo Grande.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado, Senador Juvêncio. O trabalho não é troca de elogio, não; mas o trabalho que comecei – e nós fizemos juntos em quatro administrações – está fazendo de Campo Grande, hoje, a melhor capital brasileira. Não temos recessão em Campo Grande.

V. Ex^a fez uma afirmação sobre o meu comportamento na administração pública. Sempre falo aos meus companheiros que a administração de uma prefeitura é muito semelhante à administração do lar: os princípios são os mesmos. O que uma família faz com o que tem? Dependendo das suas posses, de qualquer maneira, e quanto mais humilde for, a dona de casa procura aplicar os recursos nas coisas que são mais importantes para a manutenção da sua família: primeiro, a alimentação, a saúde, a educação, a moradia, o equilíbrio. Ela não pode gastar, permanentemente, mais do que recebe, sob pena de trazer o desequilíbrio ao lar, de as meninas abandonarem suas casas, a mulher largar o marido. A administração pú-

blica que gasta mais do que pode traz a inflação e esses problemas todos para a sociedade do seu país.

Então, é da mais absoluta importância o controle dos gastos públicos. Um dia desses falei com o Ministro Martus Tavares que essa equipe do Presidente Fernando Henrique – do Malan, do Armínio Fraga e de outros companheiros – está prestando um serviço inestimável à Nação brasileira. Os frutos dessas reformas que o Presidente Fernando Henrique e o Congresso estão fazendo serão colhidos com o tempo. Durante nosso desempenho em Campo Grande, meu e do ex-Prefeito Juvêncio, quando não existia Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprimos todas as exigências dessa lei. Pode-se fazer um levantamento do tempo em que fomos prefeitos e fizemos tudo que essa lei prescreve. É por isso que quando passei a minha administração V. Ex^a, pela primeira vez, lembro-me bem que o compromisso com a amortização da dívida iam apenas a 3% da receita do Município. A nossa folha nunca alcançou 40% e, no entanto, tivemos o apoio permanente do funcionalismo, porque o respeitamos. Eles vestiam conosco a camisa da administração, porque isso é da mais alta importância para uma equipe. O funcionário precisa, também, sentir prazer em ter êxito.

Todos os dias, ouço a Bancada da Oposição fazer as maiores críticas ao Presidente Fernando Henrique. Essas reformas que estão sendo feitas começam a surtir efeito agora. Quando chegarmos ao ano que vem, em que as Prefeituras todas estiverem com as suas finanças equilibradas, começaremos a colher os resultados. De maneira que estou falando para o pessoal do meu Estado que não temos razões para pessimismo. O nosso País conseguiu equilibrar o valor da sua moeda; estamos conseguindo, sem maiores traumas, sem maiores dificuldades, segurar a quebra da inflação fantástica, que chegava até a 60% ao mês. A população brasileira tem muitas pessoas de poucos recursos, mas não está passando fome.

Ouçõ a Oposição falando em fome, mas vejo os preços dos alimentos básicos e simples da população mais humilde, tais como, o arroz, o feijão, a gordura, a carne com preços absolutamente acessíveis. Todos estão comendo o indispensável. Todos possuem eletrodomésticos.

Ontem, comentava em minha casa a respeito da globalização e da modernização dos meios de comunicação. Hoje, essas informações chegam até nos sósiaes com uma velocidade extraordinária e, no entanto, continuamos a ser as mesmas pessoas. Antes não tínhamos informações precisas e imediatas a respeito do que se passava no mundo. Hoje, tendo em vista a

globalização, somos comunicados imediatamente dos fatos que acontecem, principalmente das más notícias: crimes, corrupção. Nessa conversa informal em minha casa, eu ainda comentei que teria enorme audiência uma televisão que só transmitisse notícias boas e agradáveis. Sr. Presidente, a gente não aguenta mais ouvir notícia ruim. Por falar em notícia ruim, um amigo meu faleceu hoje, e minha mulher disse-me para ir ao cemitério. Respondi que eu não iria, porque cemitério quando vê velho o chama. (Risos)

Então, meus Companheiros, temos que ser confiantes para superarmos as dificuldades que se apresentam à Nação brasileira. Vimos o comportamento da família brasileira nessa crise energética. Devido a fatores superiores às nossas forças, a chuva não caiu. Mas o nosso povo está dando a sua colaboração espontânea. Na minha casa, por exemplo, gastávamos R\$900,00 de energia/mês – gastávamos muito. Após um apelo de minha mulher, nos últimos dois meses o valor das contas caiu sensivelmente para R\$200,00 por mês. E não estamos nos sacrificando. Meu Deus do céu, quem foi criado tomando banho em água fria não vai sentir falta de banho quente.

Sr. Presidente, sou otimista e acredito que um povo que faz economia de energia por consciência da necessidade de fazê-lo terá competência suficiente para escolher o próximo Presidente da República, o qual deverá ter competência para bem gerir os destinos da Nação. Deve ser escolhido um presidente da República que esteja preparado para continuar nessa linha de regeneração administrativa, já que esse enorme endividamento foi feito no passado, tempo em que político se apresentava até no “rouba-mas-faz” e contraía empréstimos de qualquer maneira porque o outro pagaria. Por isso, temos tantas obras inacabadas por este País afora. A Nação está fazendo um acerto de contas. Eu sempre disse que quem pagaria todas essas dívidas contraídas seria o povo brasileiro. Não tem fundamento essa conversa fiada de tirar o prejuízo do bolso do rico. Quem a pagar será o pobre, o assalariado, aquele que ganha de um a quatro salários mínimos, aquele que, além de gastar todo o seu salário, ainda está sujeito a impostos. Esse é o grande pagador da dívida pública brasileira. Como é que uma pessoa que gasta tudo o que ganha pode sonegar? Como é que uma pessoa que ganha menos que cinco salários mínimos vai sonegar? Sonegar o quê? Sonega quem ganha o suficiente para guardar. O cidadão que consome – e tudo o que ele consome está sujeito a impostos –, o assalariado, o menor, aquele mais humilde, é o que mais contribui para esse acerto de contas. Estou confiante de

que vamos nos sair bem. Vamos em frente, precisamos ser perseverantes. E nós, aqui, no Senado, precisamos tomar consciência de que, quanto mais tempo durar essa mixórdia aqui dentro, mais a Oposição vai beneficiar-se, porque ela quer atrelar essas dificuldades oriundas do passado ao Governo atual.

Era isso, o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúdio Coelho, o Sr. Pedro Ubirajara, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, o Legislador Constituinte de 1988, entre outras tantas de suas edificantes decisões, consagrou, no Superior Estatuto Político do País, o princípio de que a justiça social há de nortear “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa” para a todos garantir existência digna.

Por isso, ao lado de assegurar “o livre exercício de qualquer atividade econômica”, consignou também que a soma desses postulados deve conduzir à redução das desigualdades regionais e sociais.

É auspiciosa a constatação, portanto, de que o empresariado pátrio, atento a esses mandamentos, mostra-se cada vez mais consciente de sua importância no processo de crescimento do País, sobretudo, de sua maior e mais efetiva participação nos investimentos sociais que a Nação cada vez mais reclama.

De fato, e conforme divulga a revista **Terceiro Setor** – baseado em estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, compreendendo cerca de 1.800 empresas privadas, desde as micro até as de grande porte – há uma crescente destinação de recursos privados para finalidades públicas, principalmente “com a implantação de diversos projetos sociais”.

Quase 70% dessas empresas mantêm ações direcionadas “às camadas mais pobres da população”, segundo essa pesquisa. Em outra, processada pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB, verificou-se que 35% das 810 empresas consultadas informaram a constituição de institutos ou fundações com essa mesma finalidade.

Com isso, pretendem consolidar o processo de investimentos sociais, canalizando recursos para áreas básicas como a educação, com 74%; do meio ambiente, com 37% e da saúde, com 35% das participações.

Reportando-se a elogiado e profundo estudo publicado pelo **Valor Econômico**, de autoria da antropóloga Ruth Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, adverte-se que se essas informações “geram otimismo”, não confirmam “que a cidadania empresarial no Brasil, como todo o processo recente e inovador, tenha superado todas as dificuldades”. Entre os obstáculos que têm de ser vencidos há o de que são poucas as empresas que acompanham de perto e avaliam a eficiência dos projetos, tais como os previstos, em caráter prioritário, pelos programas criados pela Comunidade Solidária.

Outro empecilho observado relaciona-se ao fato de que ainda é pequeno “o universo de empresas que agem além de suas portas”, uma vez que grande número de empreendimentos nacionais têm como destinatários as populações das proximidades de sua área de atuação.

Conseqüentemente, como a maior parte das empresas está localizada nos Estados mais ricos do País, a escolha de um projeto a ser implantado nas redondezas, “por mais positivo que seja”, cria uma série de dificuldades para a “canalização de recursos para as áreas carentes”.

A revista enfatiza que, em face disso, a “realização de ações sociais fora de seu entorno tem sido uma das preocupações dos programas criados pelo Conselho da Comunidade Solidária”. As empresas participantes desses programas, por sua vez, já demonstraram “estar conscientes da necessidade de incentivar projetos fora de sua área de atuação”.

Exemplifica que o Programa Alfabetização Solidária envolve mais de dois terços de empresas com sede na região Sudeste. No entanto, essas empresas encarregaram-se de financiar o atendimento de estudantes em mais de mil cidades das regiões Norte e Nordeste.

Parece claro, assim, que os dirigentes empresariais estão adquirindo uma consciência social que abrange todo o território brasileiro, abrindo caminho para todos os empreendimentos interessados em “compartilhar o combate às desigualdades sociais em nosso País”.

Denota, igualmente, que a elevação de investimentos no terceiro setor confirma a compreensão de que as empresas passam a utilizar o “seu olhar públi-

co“, como forma de “detectar problemas, identificar oportunidades, descobrir alternativas“ e, principalmente, oferecer novas soluções para os impasses não solucionados pelo Governo.

Essa tendência, com outro enfoque, confirma que “a iniciativa privada está cada vez mais ciente de sua responsabilidade social“ e da resposta positiva que esses investimentos oferecem, em termos de bem-estar, em todo o território nacional.

Aantropóloga Ruth Cardoso reconhece que o investimento de capital privado em programas sociais, a coerência de sua destinação e a eficiência de sua aplicação não são apenas caminhos desejáveis para a construção de uma sociedade mais igualitária. Representam, na verdade, a escolha de novos rumos, o sinal positivo de que a cidadania empresarial incorpora-se, de forma definitiva, à magna tarefa de instituir condições de bem-estar social para todos os brasileiros.

A Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, ao concluir o seu aplaudido estudo, a todos conclama para o fortalecimento desse processo, hoje o grande desafio daqueles que reconhecem, no sistema de parcerias, a alternativa capaz de nos conduzir, com maior celeridade, a uma sociedade mais justa.

Estamos concluindo, Sr. Presidente, esta nossa breve intervenção, sintetizando que, felizmente, as relações ou as relatadas distorções não invalidam o fato fundamental de que o empresariado nacional cada vez mais se dedica ao provimento de soluções para os problemas sociais.

Agindo assim, tal como preconiza a Lei Maior, inicialmente referenciada, revela a mesma preocupação despertada pela exigência de crescimento e maior êxito de seu empreendimento, também com o fim de amparar os mais necessitados.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a, antes de encerrar o seu pronunciamento, conceda-me um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Com muito prazer, eminente Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a e eu temos a honra de representar o Estado do Tocantins, um Estado novo, que, por óbvias razões, foi criado justamente para que tivéssemos condições de buscar os nossos próprios destinos e os nossos próprios meios de mitigar o sofrimento de uma parcela enorme da população brasileira que vivia, na região norte de Goiás, legada ao ostracismo, ao abandono, ao esquecimento,

à própria sorte, cheia dos mais diversos problemas e sofrimentos. Quando V. Ex^a aborda as questões de natureza social, e verificamos que efetivamente há um esforço nesse sentido, com vistas a mitigar o sofrimento da população – gostaríamos de destacar os investimentos que estão sendo feitos na área da educação, com resultados extremamente positivos e o esforço do Ministro José Serra, na área da saúde, travando uma verdadeira batalha com as indústrias farmacêuticas nacionais e internacionais, notadamente no que diz respeito ao combate ao câncer –, V. Ex^a está revestido de razão. Precisamos efetivamente dar condições para que as atividades econômicas prosperem e nos ofereçam os mecanismos necessários para o verdadeiro objetivo da ação de todo homem público, que é a ação social, que é a de ver cada vez mais minorado o sofrimento e melhorada a qualidade de vida do povo brasileiro. Cumprimento V. Ex^a pelo tema que aborda nesta manhã.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

Concordo com V. Ex^a. O Estado do Tocantins vem desenvolvendo um trabalho exemplar para que haja a participação das empresas na solução dos problemas sociais, conforme preconiza nossa Carta Magna. Temos assistido aos investimentos em diversos setores. Como citei aqui, o grande empresariado nacional se restringe às regiões Sul e Sudeste do País, que vêm procurando desenvolver meios de fornecer aos seus empregados, na periferia de suas fábricas, o atendimento emergencial àquelas pessoas que necessitam. Mas o Norte e o Nordeste ainda carecem de grandes empresas e, portanto, do trabalho desenvolvido no Sul e Sudeste do País.

Eminente Senador Leomar Quintanilha, entendo que só resolveremos as questões de distribuição de renda e dos problemas sociais do Brasil com a participação de todos os elementos da comunidade. O Brasil, vergonhosamente, a cada ano que passa, vem-se tornando o País com a maior concentração de renda. Isso tem que acabar! Se não acontecer pelos meios democráticos, eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside a sessão neste momento, é bem provável que uma catástrofe aconteça neste País.

Temos de louvar a atitude do empresariado nacional, que vem procurando, de certa maneira, diminuir as questões que envergonham a Nação brasileira.

Cito também o caso da segurança em nosso País. Tenho observado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algo que ocorreu também em meu Estado e que considero um absurdo: quando a Polícia Mi-

litar entra em greve, ninguém sai às ruas, parece que o Brasil é inabitável, que a nossa região é inabitável. No Tocantins, quando houve a greve da Polícia Militar, os colégios não abriram à noite, os bancos abriam rapidamente e fechavam suas portas, o comércio fechava muito mais cedo, ainda à luz do dia. Parece que, se não houver policiamento em nosso País, teremos de sair daqui e ir para outro país. É para isso que estamos chamando a atenção, para que os preceitos constitucionais sejam obedecidos pelo empresariado, que já vem dando demonstração dessa necessidade, e que cada brasileiro se conscientize de que o Brasil resolverá os seus problemas pela via democrática devido à grande solidariedade que encontramos, de maneira geral, no povo brasileiro. Mas, se não houver essa solidariedade, estaremos entrando por um caminho deveras desconhecido.

Ainda há pouco, ouvi o eminente Senador Lúdio Coelho chamando a atenção para a problemática política em nosso País.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Exatamente a V. Ex^a tenho a satisfação de conceder o aparte.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Carlos Patrocínio, estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, uma parte do qual fortalece a confiança que tenho em nosso desenvolvimento, de que iremos superar os nossos problemas. E V. Ex^a menciona o desenvolvimento do Tocantins. Aquilo parece um oásis. Como o oeste americano, é um lugar de esperança e crescimento para os brasileiros que para lá vão. Hoje mesmo, eu estava dizendo a pessoas que não conhecem o norte de Mato Grosso, especificamente a área de transição da Bacia do Paraguai com a Bacia Amazônica, que aquela região está sendo objeto de estudos do Ibama no tocante às dificuldades de exploração da terra. Lá existe uma produção fantástica de tudo o que se planta: soja, arroz, milho, algodão, tudo da mais alta qualidade. Então, penso que a concentração de renda, que tanto nos preocupa, também tem o lado positivo do capitalismo, a geração de empregos, que deve ser motivo de muita atenção por parte desta Nação, com o fim de que toda a população trabalhe e, conseqüentemente, os cidadãos com menores recursos não dependam de doações. Toda família, por mais humilde que seja, tem amor próprio e quer ganhar pelo menos um pouquinho para que ela mesma tenha como comprar o que lhe é necessário. Senador, quando eu era prefeito, tínhamos 123 favelas em Campo Grande. Eu ia muito às fave-

las, e, naquele tempo, mais do que hoje, havia muitas pessoas com renda bem baixa. Eu gostava de visitá-las às 9 horas da manhã e brincava com aquelas famílias dizendo que gostava de aparecer naquela hora porque havia mais mulheres do que homens. E mulher é que sabe "onde lhe aperta o sapato". A dona de casa sem recursos é que conhece o problema dos filhos com fome, doentes, drogados. Como bem disse V. Ex^a, se houvesse um pouco mais de solidariedade humana, certamente teríamos uma vida com menos dificuldades. Muito bom o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte como sempre muito lúcido de V. Ex^a, eminente Senador Lúdio Coelho, homem preocupado com a concentração de renda e que desenvolve atividades com o objetivo de, cada vez mais, oferecer trabalho para o povo.

Creio que temos que estabelecer uma política capaz de diminuir o desemprego em nosso País. São levas e mais levas de brasileiros que a cada ano chegam no mercado de trabalho, mas encontram uma demanda totalmente reprimida. Daí a violência, daí a Constituição de 1988 estimular, sabiamente, as empresas a colaborar com o Governo na solução dos problemas sociais. Por outro lado, sabemos o tanto que essas empresas estão sobrecarregadas com a carga tributária brasileira, das mais altas do mundo. Sabemos também, Senador Lúdio Coelho V. Ex^a, que sempre foi um homem do campo, um agricultor exemplar, de tantos brasileiros que, apesar do conhecimento agrícola, estão hoje de mãos e pés atados porque estão inadimplentes nos bancos, devido a uma política de juros altíssimos, incompatível com a atividade agropecuária.

Nós ainda consideramos os produtos primários, os produtos do campo a âncora verde do Plano Real, o fator mais positivo já havido. Ainda hoje, a comida está muito barata no Brasil. Todavia, as tarifas estão subindo todos os dias. Ouvi o Senador Casildo Maldaner protestando contra o aumento de mais de 20% das tarifas de energia elétrica em Santa Catarina.

Então, eminente Senador Lúdio Coelho, temos que incentivar o povo brasileiro, sobretudo as empresas privadas, a redobrar os seus esforços no sentido de participar com o Governo Federal do processo de solução dos problemas sociais mais angustiantes do País.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero expressar minha apreensão pelo que li nos jornais de hoje: talvez o pacote a ser enviado pelo Presidente para resolver o problema da Polícia em nosso País possa ter o efeito contrário, já que está sendo anunciada pela

corporação uma greve quem sabe de âmbito nacional, por não concordar com aquilo que há pouco foi noticiado pela imprensa.

Penso que o Congresso Nacional deve participar da discussão desses problemas, a fim de que não ocorra uma greve nacional de consequências imprevisíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lindberg Cury.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa para registrar o III Congresso Regional Latino-Americano e do Caribe Hispânico e o XIII CONFAM – Convenção da Federação de Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, realizada nos dias 6 de agosto a 12 de agosto em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Nessa ocasião, Sua Excelência, o Presidente da República, fez uma mensagem apresentada por intermédio do Ministro Ramez Tebet, da Integração Nacional, após um vibrante discurso, aplaudido por todos.

Peço permissão a V. Ex^a para que registre nos Anais desta Casa a leitura que farei da "Mensagem do Senhor Presidente da República por ocasião da XIII Convenção da Federação de Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil e do III Congresso Regional Latino-Americano e do Caribe Hispânico":

É com grande satisfação que envio estas palavras de saudação às participantes do XIII Confam e do III Congresso Regional Latino-Americano e do Caribe Hispânico.

A presença e a participação ativa da mulher são, cada vez mais, aspectos essenciais do panorama de negócios no Brasil. A mulher brasileira soube conquistar o seu espaço e continua a avançar no sentido de assegurar a mais perfeita igualdade de oportunidades e de tratamento para todos, independente do gênero. Em todos os setores da vida nacional, a mulher se faz presente. Mais do que isso, a mulher se faz atuante e sua voz se faz ouvir e se faz respeitar. Pro-

cesso semelhante desenvolve-se em outros países de nossa região, e a realização desse encontro é prova disso.

Um país como o Brasil, que pretende responder de forma eficaz e eficiente aos desafios do novo século, em particular no plano da economia e do desenvolvimento social, não poderia deixar de valorizar a presença de uma expressiva porcentagem de mulheres na população economicamente ativa. Isso é essencial para nossas perspectivas de crescimento econômico e competitividade no plano internacional. Nas empresas, nas universidades, nas escolas, na saúde, nas instituições públicas, na vida política, o Brasil assim como a América Latina e o Caribe tem podido beneficiar-se, cada vez mais, do trabalho e da inteligência das mulheres. Esse é um aspecto central na construção de um país mais próspero e mais justo para todos os brasileiros e brasileiras.

Dou as boas-vindas às participantes estrangeiras e meus parabéns às brasileiras pela continuidade desse esforço de conscientização e fortalecimento da condição da mulher na vida profissional.

Quero apenas citar um trecho de uma mensagem de Maria Inês Garcia Bunning, Presidente da BPW Brasil – que dirigiu, com muita propriedade, esse Congresso –, e pedir que se inclua o seu discurso nos Anais desta Casa.

Em castelhano, ela dizia a todos os participantes – vou ousar traduzir:

Necessitamos ter coragem para sentir o sabor da conquista de um grande sonho, condimentado com dificuldades, ansiedades e sacrifícios.

A vida é uma grande carreira, não uma carreira de velocidade apenas, mas também uma carreira de persistência, de pioneiros, de oportunidades e competência. Ao cruzar a meta, sente-se uma emoção inolvidável, que todos nós poderíamos sentir se quiséssemos.

Feito esse registro, Sr. Presidente, gostaria de consignar também os meus cumprimentos ao povo de Mato Grosso do Sul e aos seus representantes nesta Casa – Senadores Pedro Ubirajara, Lúdio Co-

elho e Juvêncio da Fonseca –, pela conscientização ecológica que existenaquele Estado.

Eu, que participei desse Congresso – tive a felicidade de de com por a mesa principal –, vi as lindas grutas que o Estado possui, a maravilha dos rios de águas cristalinas, verdadeiros aquários, onde se podem observar os peixes circulando em grande quantidade. A conscientização ecológica do povo de Mato Grosso do Sul deveria ser respeitada por todos os outros Estados. Parece que estávamos em contato com a natureza virgem.

Hoje, empresas estão deslocando-se até a cidade de Bonito, pelos seus encantos, pela beleza dos seus recursos naturais. Creio que o Estado, aqui tão bem representado, pode divulgar essas qualidades, essas belezas naturais, em outros países, a fim de intensificar o turismo, uma grande indústria em nosso País que precisamos vender. Faço esse registro com uma satisfação muito grande.

O segundo assunto, Sr. Presidente, diz respeito à cidade de Anápolis. Pelos idos de 1957, um ouso do Presidente da República – refiro-me, evidentemente, a Juscelino Kubitschek de Oliveira – resolve criar, no coração de Goiás, a nova Capital: Brasília. Era um sonho, um gesto audaz e de muita coragem, trazer para cá a Capital. Não existiam estradas, e o material de construção era transportado por aviões até esta região.

Tive a felicidade de participar dessa epopéia. Ainda jovem, para cá me desloquei, entreguei-me de corpo e alma à criação da nova Capital do nosso País. Naquela ocasião, Anápolis foi um ponto básico para o crescimento de Brasília: serviu de apoio para a fabricação de tijolos, para a venda de produtos para construção e de gêneros alimentícios. Por diversas vezes, desloquei-me para cá, atendendo pedidos de compra feitos pelas companhias urbanizadoras que estavam montando seus primeiros canteiros de obra.

Anápolis está localizada numa situação geográfica privilegiada, integrando três grandes centros de consumo: Goiânia, Brasília e a própria cidade. Muitos também deslocam-se para lá das Regiões Norte e Nordeste, para vender produtos e beneficiar cereais em grande escala.

Essa cidade, que, na verdade, teve um posicionamento importantíssimo na solidificação de Brasília, foi, durante longo tempo, a capital econômica do Estado de Goiás. Hoje, a sua indústria é crescente. O seu pólo farmoquímico cresce muito devido ao abastecimento dessas três regiões, mas está ameaçado pela falta de energia, pelas dificuldades por que passa o nosso País. E uma das alternativas é justamente levar o gasoduto até àquela região.

No meu pronunciamento de posse, fiz referência à extensão desse gasoduto, a fim de que passasse por Goiânia, Anápolis e Brasília e contemplasse o Centro-Oeste com um mecanismo que pudesse auxiliar o desenvolvimento econômico dessa região. Hoje, eu a faço novamente, com grande satisfação, trabalhando em benefício de uma cidade que precisa desse apoio logístico, que necessita expandir suas atividades.

Quero saudar a Prefeitura de Anápolis, na pessoa do Prefeito Ernani José Paula, que apresentou uma proposta inedita, que vem funcionando como um bom exemplo para as demais Prefeituras do País: a Prefeitura 24 horas. Em qualquer momento, qualquer pessoa pode procurar a Prefeitura, fazer pagamentos de impostos de uma drugada, ou vir funcionários. Enfim, a Prefeitura trabalha perfeitamente integrada a toda a sua população.

A cidade de Anápolis tem, hoje, cerca de 350 mil habitantes e completa, neste mês, o seu 94º aniversário. Faço este registro como anapolino. Na verdade, há um fato muito interessante dito pela imprensa daquela cidade. Sou o primeiro anapolino a assumir o Senado. É um registro histórico, porque minha família ali chegou por volta de 1928 e ali se radicou. Filho de imigrantes, tive essa satisfação imensa de participar da construção da nossa Capital. E, hoje, represento o Distrito Federal com muita honra.

Eram essas as informações que eu tinha a prestar a esta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SENADOR LINDBERG CURY
EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO
NOS TERMOS DO ART. 210 DO
REGIMENTO INTERNO.**

**Mensagem do Senhor Presidente da República
por ocasião da XIII Convenção da Federação de
Associações de Mulheres de Negócios e
Profissionais do Brasil e do III Congresso Regional
Latino-Americano e do Caribe Hispânico**

É com grande satisfação que envio estas palavras de saudação às participantes da XIII CONFAM e do III Congresso Regional Latino-Americano e do Caribe Hispânico.

A presença e a participação ativa da mulher são, cada vez mais, aspectos essenciais do panorama de negócios no Brasil. A mulher brasileira soube conquistar o seu espaço e Continua a avançar no sentido de assegurar a mais perfeita igualdade de oportunidades e de tratamento para todos, independente de gênero. Em todos os setores da vida nacional, a mulher se faz presente. Mais do que isso, a mulher se faz atuante e sua voz se faz ouvir e se faz respeitar. Processo semelhante desenvolve-se em

outros países de nossa região, e a realização desse encontro é provadíssimo.

Um país como o Brasil, que pretende responder de forma eficaz e eficiente aos desafios do novo século, em particular no plano da economia e do desenvolvimento social, não poderia deixar de valorizar a presença de uma expressiva porcentagem de mulheres na população economicamente ativa. Isso é essencial para nossas perspectivas de crescimento econômico e competitividade no plano internacional. Nas empresas, nas universidades, nas escolas, na saúde, nas instituições públicas, na vida política, o Brasil — assim como a América Latina e o Caribe — tem podido beneficiar-se, cada vez mais, do trabalho e da inteligência das mulheres. Esse é um aspectocentral na construção de um país mais próspero e mais justo para todos os brasileiros e brasileiras.

Dou as boas vindas às participante estrangeiras e meus parabéns às brasileiras pela continuidade desse esforço de conscientização e fortalecimento da condição da mulher na vida profissional.

Brasília, 31 de julho de 2001. — **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente da República Federativa do Brasil.

**MENSAJE DE LA SRA. PRESIDENTA BPW BRASIL
MARIA INÊS GARCIA BUNNING**

SUEÑOS

*“Um hombre no es mas que el otro. Apenas,
hace mas que el otro.”*

(Miguel de Cervantes)

Muchas veces nosotras simples mortales, creemos que la Suerte es responsable por nuestro suceso o fracaso. Esto no tiene sentido. Las personas que no alcanzan sus objetivos por inercia, esperando la suerte o la voluntad de Dios, estan equivocadas. Las personas que no paran de soñar, las desmotivadas, las que no quieren arriesgar aquellas personas que se quedan “encima del muro” esperando sentir de que lado soplara el viento, aquellas que se conforman con el fracaso — estas tambien estan equivocadas.

Necesitamos tener coraje para sentir el sabor de la conquista, de un gran sueño condimentado con dificultades, ansiedad y sacrificios.

La vida es una gran carrera, no una carrera de velocidad solamente, sino una carrera de persistencia de pioneros, de oportunidades y competencia. Al cruzar la meta se siente una emoción inolvidable que todos podriamos sentirla, si quisieramos.

El equipo que organizo este Congreso, soño mucho, algunas de nosotras mas timidamente. otras con osadia. Hubo momentos de desanimo, de devaneos y el regreso a la tierra vino serena, conciente, equilibrada — Este sueño podemos vivirlo, este sueño puede ser realizado.

Estamos hoy en Bonito estas hojeando el “Libro de Trabajo” colocado en tu carpeta y en ella estan impregnadas las informaciones del Congreso Recuerda, que cada detalle fue un sueño y estas aqui, felices, para compartirlo con ustedes.

Sean bienvenidas!

Rie con nosotras, entiende nuestra ansiedad y el enorme deseo que tenemos de agradecerlas.

Vive con nosotros el III Congreso y la XIII Confam.

Estamos en conteo regresivo

10 – 9 – 8 – 7 – 6 – 5 – 4 – 3 – 2 – 1, comenzo!

Un gran abrazo.

Maria Inês

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, nesta manhã, de fazer três registros que considero importantes.

Primeiramente, quero registrar a visita que recebi de membros do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, entre eles o Dr. Rômulo Ferreira, representante de Roraima e um grande oftalmologista do nosso Estado, inclusive com trabalhos sociais importantes prestados à população mais carente do Estado.

Nessa visita, o Conselho me repassou informações extremamente importantes, que demonstram o seu cunho social e filantrópico e o compromisso dos seus membros com a sociedade brasileira.

Entre as parcerias e as ações registradas pelo Conselho estão a Campanha Nacional de Catarata, com a realização de 250 mil cirurgias por ano; a Campanha Nacional de Retinopatia Diabética, com 150 mil tratamentos de raio **laser** por ano; e, em parceria com o Ministério da Educação, a Campanha Olho no Olho, que beneficiou mais de 3,5 milhões de crianças do ensino fundamental, no primeiro ano de atendimento.

Parabenizo os membros do Conselho e, especialmente, o Dr. Rômulo Ferreira, que honra o Estado de Roraima com a sua presença e sua ação.

O segundo registro que quero fazer, Sr. Presidente, diz respeito ao posicionamento do Ministério da Agricultura e da Embrapa sobre a questão da biotecnologia e dos transgênicos no Brasil.

O Ministério da Agricultura e o Governo brasileiro têm tratado esse assunto com muita responsabilidade e com muita seriedade:

O Governo brasileiro vê com bastante preocupação o crescimento do debate não científico em torno da biotecnologia, que tem levado a argumentos inconseqüentes e sensacionalistas, substituindo o debate equilibrado e informado sobre o uso da tecnologia para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

E, sendo assim, a Embrapa, esse órgão que merece o respeito de todos os brasileiros, um órgão técnico com capacidade comprovada, editou, nos últimos dias, várias notas informativas que norteiam

essa questão do debate dos transgênicos e da biotecnologia dentro do Governo brasileiro para a sociedade discutir.

A Nota Informativa da Embrapa nº 1 diz respeito à "Biotecnologia: Ciência para a Competitividade Brasileira"; a Nota Informativa nº 2, à "Pesquisa Biotecnológica na Embrapa – Projetos de P&D, Espécies e Caracteres Priorizados"; a Nota Informativa nº 3, à "Pesquisa Biotecnológica na Embrapa – Produtos em Desenvolvimento e Impactos Antecipados"; a Nota Informativa nº 4, a "Destaques Recentes em Pesquisa Biotecnológica"; e a Nota Informativa nº 5, à "Biotecnologia – Melhoria da Qualidade do Alimento Proveniente de Plantas Geneticamente Modificadas".

Eu gostaria de pedir a transcrição dessas cinco notas, registrando, novamente, que o Governo brasileiro vai debater com responsabilidade a questão da biotecnologia e dos transgênicos e quer que esse debate seja travado em nível técnico, em nível científico, para que o País não fique à margem dessa questão perante o avanço de outros países do mundo.

Por fim, Sr. Presidente, quero também fazer o registro da ida do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao meu Estado, Roraima, na próxima segunda-feira. O Presidente irá inaugurar lá uma obra extremamente importante para o Estado. Já tive o ensejo de aqui me pronunciar a respeito, mas quero novamente registrar a importância dessa obra e parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente da Eletrobras, o Ministério das Minas e Energia e, especialmente, a Eletronorte, a qual tive, inclusive, a oportunidade de levar para Roraima quando fui Governador. Agora vejo a Eletronorte executar uma obra extremamente importante, que finca os pólos de desenvolvimento para o futuro do nosso Estado.

O Estado de Roraima já passou a contar, desde o dia 22 de julho, com a firme manutenção de 200 megawatts de energia para um consumo médio de 56 megawatts. Portanto, há sobra de energia e condição de, como eu disse, fincar os rumos de um novo desenvolvimento.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, na sua proposta de governo, colocou a interconexão da energia da Venezuela para o Brasil. Tivemos condições de defender na nossa campanha, também em 1994, essa ligação. E toda a Bancada Federal de Roraima – é preciso que se diga – lutou por isso, apoiou essa ação e alocou recursos.

É importante dizer também que, independente do financiamento da CAF, a Eletronorte alocou mais de R\$50 milhões para a execução dessa obra.

Portanto, todos nós estaremos lá, na próxima segunda-feira, prestigiando essa ação.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Ouço, com satisfação, o aparte de V. Exª.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Romero Jucá, eu gostaria de pegar uma carona no pronunciamento de V. Exª, para cumprimentar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro de Minas e Energia e, sobretudo, a bancada e o povo roraimense. Parece-me que essa foi a maneira mais inteligente de eletrificar o Estado de Roraima, por meio do acordo binacional entre o Brasil e a Venezuela para buscar a energia de Guri. Sei que alguns problemas de ordem ambiental, com relação à passagem da linha de transmissão em terras indígenas, estavam sendo um empecilho, e fico muito satisfeito, muito feliz, ao ver que hoje Roraima já recebe energia de Guri e que pode repassar para outros Estados da Federação um projeto super inteligente. Não adianta queremos produzir energia caríssima, quando temos outra opção, mais plausível, mais barata, como é o caso de Guri. Quero enaltecer a luta da bancada federal aqui no Congresso Nacional, de V. Exª, da Senadora Marluce Pinto, do querido Presidente Mozarildo Cavalcanti e daqueles que os antecederam aqui, porque essa é uma luta que já vem de muito tempo, como é a da BR-174. Portanto, fico também feliz, como colega de V. Exªs e como membro da bancada do norte do País, ao ver que o Brasil já tem mais esse excedente de energia para oferecer à sua população.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Senador Carlos Patrocínio, agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Exª, que lembrou duas questões importantes que quero frisar também neste meu pronunciamento. A primeira delas diz respeito às dificuldades ambientais que tiveram que ser vencidas, tanto do lado brasileiro quanto do lado venezuelano. Do lado brasileiro, a dificuldade foi vencida com competência pela Eletronorte, que fez um acordo com as comunidades indígenas e executou rapidamente a obra; e, do lado venezuelano, após várias **démarches**, houve a posição firme do Governo venezuelano no sentido de executar a obra e de concluí-la, como aconteceu no mês passado.

Outra questão importante é a continuidade dessa obra para a interconexão com Manaus, com o Estado do Amazonas. A Eletronorte já começa a estudar a interconexão, a continuidade dessa obra, para termos condição de chegar até Manaus. É importante haver um sistema energético da América do Sul inter

ligado o máximo possível, exatamente para equilibrarmos essa situação de oferta e demanda de água. É importante, por exemplo, que Manaus não dependa só de Balbina ou só do gás, mas tenha também uma opção para qualquer questão, e a Eletronorte já está cuidando disso e está fazendo os estudos necessários exatamente para analisar a viabilidade do prosseguimento dessa obra. V. Ex^a lembrou muito bem essa questão, e quero aplaudi-lo por isso.

Quero, por fim, registrar novamente que estamos, na segunda-feira, juntamente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com toda a bancada federal, com o Governador, com a Prefeitura de Jucá, enfim, com todas as forças políticas de Roraima, aplaudindo essa ação do Governo Federal, que, realmente, como eu disse, viabiliza um setor fundamental, que é o setor da energia, para os rumos do futuro do nosso Estado de Roraima.

Muito obrigado.

**(SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ
EM SEU PRONUNCIAMENTO,
INSERIDOS NOS TERMOS DO ART. 210
DO REGIMENTO INTERNO)**

NOTA INFORMATIVA 1

BIOTECNOLOGIA

CIÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA

Pontos de vista sobre a biotecnologia ainda estão sendo formados e influenciados em todo o mundo. Existem diversas questões sendo consideradas em aspectos relacionados à tecnologia em si, especialmente com respeito à segurança, mercados, ética, dentre outros, e diferentes pontos de vista, expressos muitas vezes de forma emocional e ideológica, o que tem tomado o debate público acerca desta nova ciência bastante complexo.

O Governo Brasileiro vê com bastante preocupação o crescimento do debate não científico em torno da biotecnologia, que tem levado a argumentos inconseqüentes e sensacionalistas, substituindo o debate equilibrado e informado sobre o uso desta tecnologia para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

É preocupante que até agora a população brasileira não esteja participando ativamente desta discussão. Quem o discute são facções ideológicas e de oposição que, na busca – legítima – por espaços políticos, usam o expediente – enviesado e ilegítimo – de caracterizar a biotecnologia como uma conspiração de empresas transnacionais, com a conivência do Governo, para auferir lucros à custa de prejudicar o meio ambiente e a saúde da população.

Nada pode ser mais falso. E como tal, não vai impedir o avanço da Biotecnologia. Tais atitudes tem, no presente momento, o único efeito de gerar dúvidas e perplexidades nas pessoas leigas, nos jornalistas e nas autoridades, procurando forçar decisões equivocadas, perda de tempo, de oportunidades e de recursos.

Há que se considerar que por suas relações com questões éticas e ideológicas, o desenvolvimento da indústria de biotecnologia agropecuária no Brasil terá que seguir uma rota diferenciada de outros setores industriais, que via de regra se preocupam primordialmente com questões de mercado. Neste caso, é necessário enfatizar informação precisa ao consumidor sobre todos os aspectos da nova tecnologia, utilizando como referência a mais confiável base científica. A comunidade científica precisa se posicionar de forma equilibrada e isenta para esclarecer aqueles que consideram bizarros os novos progressos da ciência, aceitando apenas a ciência existente como natural, correta e segura.

Não há dúvidas de que a moderna biotecnologia, pela sua capacidade de promover transferência de genes entre espécies, precisa ser utilizada com grande prudência, especialmente no tocante à segurança nutricional e ambiental. No entanto, ao contrário do que se tenta insistentemente propalar, esta tecnologia tem sido desenvolvida, exaustivamente testada e avaliada por diferentes laboratórios públicos e privados, de renome, em todo mundo, desde a década de 70, ou seja, há pelo menos 25 anos. Não é portanto uma coisa de ocasião que se possa acusar de apressada e mal cuidada. E tecnologia tão sólida e segura quanto qualquer outro invento humano. A prova é a não existência de qualquer evidência de danos à saúde e ao ambiente desde o seu lançamento comercial em 1996.

Infelizmente os radicais insistem na exigência de risco zero para esta tecnologia, o que qualquer indivíduo esclarecido e sensato sabe ser impossível garantir ao se introduzir qualquer inovação. Assim como não faria sentido algum descartar a energia elétrica, a energia nuclear, o raio laser, o automóvel e tantos outros avanços científicos em função dos seus perigos potenciais para o homem, desconsiderar a biotecnologia como uma grande revolução para a agricultura, a saúde e o progresso da humanidade será um grande erro.

Assim, é necessário reafirmar que grande número de evidências indicam que a biotecnologia moderna é extremamente precisa, que informações detalhadas são coletadas acerca de cada alteração, e que plantas e animais alterados através desta tecnologia podem até ser mais seguros que aqueles desenvolvidos pelas estratégias tradicionais. Hoje melhoramos plantas e animais com muito maior conhecimento do código genético envolvido, e portanto com muito maior conhecimento de causas e efeitos.

Até recentemente o processo de melhoramento de plantas e animais era baseado apenas na introdução massiva e não controlada de grande número de genes através de cruzamentos genéticos. Na genética convencional, em que se combinam aleatoriamente milhares de genes e a rigor se tem um organismo completamente novo, o risco é muito maior. Hoje estamos introduzindo genes muito bem definidos em organismos cuja biologia é cada vez mais amplamente conhecida e dominada. Portanto, é muito mais fácil prever e monitorar qualquer comportamento anormal quando a modificação genética é completamente conhecida.

A vinda da biotecnologia significa sobretudo que a tecnologia agroquímica, consagrada na chamada Revolução Verde, já não resolve todos os nossos problemas e cobra um alto preço em termos de qualidade ambiental e de saúde humana, pelo uso crescente de insumos químicos. A taxa de crescimento médio no rendimento das safras caiu de 3% ao ano na década de 70 para cerca de 1% ao ano na década de 90. Felizmente, a biotecnologia significa que alcançamos um novo patamar de conhecimento,

um novo paradigma científico e tecnológico, que há de romper estes limites e trazer inúmeros benefícios para o mundo, principalmente para a região tropical do globo, onde estão as nações mais pobres, mas também está a mais rica biodiversidade. Este sim, é o novo capital, o capital do futuro, sobre o qual se assenta a biotecnologia e que pertence essencialmente aos países em desenvolvimento.

Após tantos anos clamando contra os excessos no uso da tecnologia agroquímica, que têm envenenado a terra, as águas, o ar, os alimentos e as pessoas, não é razoável que descartemos a primeira grande oportunidade de reduzir estes excessos, de se fazer uma agricultura ambientalmente sustentável. Por que a Biotecnologia é isto: Como ela se assenta na biodiversidade, ela é natural, ela traz em si os antídotos para qualquer ameaça de desequilíbrio ambiental e infinitas possibilidades de se romper os limites da ciência agrícola tradicional.

Não há dúvida que vai reduzir tremendamente o uso de agrotóxicos. Neste momento, já há plantas transgênicas que resistem a pragas e, em todo o mundo, experimentos bem adiantados que vão nos dar plantas capazes de resistir a doenças causadas por vírus, bactérias e fungos, que prejudicam, frutas, hortaliças e grãos. Há também plantas promissoras capazes de resistir a altas temperaturas, ao frio e a solos contaminados com elementos tóxicos como alumínio e sais.

Vejam por exemplo o anúncio recente do revolucionário desenvolvimento de uma biotecnologia capaz de tornar plantas tolerantes a solos salinizados. Graças à introdução de um único gene capaz de absorver excedentes de sal em plantações de tomate se conseguiu fazer crescer, e desenvolver em água com altos conteúdos de sódio, tomates que são perfeitamente comestíveis, segundo a revista **Nature Biotechnology**, em sua edição de 30 de julho de 2001. A excessiva salinidade de certos solos sempre foi um obstáculo para a produção agrícola, e durante muito tempo se acreditou que a produção de plantas mais tolerantes a solos com excesso de sal precisaria de manipulações genéticas complexas. No mundo todo mais de 60 milhões de hectares, ou seja 25% das superfícies irrigadas, estão danificadas pelo sal, e esse feito revolucionário nos permite vislumbrar a possibilidade de cultivar e colher plantas transgênicas tolerantes ao sal e aptas para a alimentação humana. Dizer não à biotecnologia significa dar as costas a tecnologias como esta, que tem imenso potencial de viabilizar extensas áreas no Nordeste brasileiro, extremamente sujeitas a salinização.

Diante dessa e de tantas possibilidades e realidades benéficas, levanta-se a hipótese de que se introduza numa planta genes que causem intoxicação nas pessoas. Ou de que genes introduzidos pela biotecnologia migrem da planta transgênica, através do pólen, para espécies aparentadas causando danos ao ambiente. Contra estas hipóteses falam os fatos. Há vários anos, a população americana consome cerca de 600 produtos transgênicos dispostos em seus supermercados. A área plantada com transgênicos no planeta cresceu de 1,7 milhão para 40 milhões de hectares. Até agora não há um único registro de qualquer alergia ou dano ambiental. Pela simples e boa razão de que há boas regras e procedimentos seguros para se fazer biotecnologia.

Porque então toda esta celeuma? Porque há perdedores na mudança da agricultura tradicional para a biotecnologia. Porque algumas indústrias agroquímicas européias, que não têm ainda boas patentes de processos e produtos biotecnológicos, estão perdendo mercados para a indústria agroquímica americana

na que tem estas patentes. Tão logo os europeus tenham suas patentes, eles perderão o interesse nesta briga.

Mas não é uma briga que interesse a toda a União Européia. Apesar de todo o barulho, a União Européia continua a importar milhões de toneladas de soja transgênica dos Estados Unidos e da Argentina. Interessa menos ainda ao Brasil que poderia estar participando deste mercado, gerando empregos e renda. E não estamos. Portanto, a briga que interessa é a que vai ajudar a criar a grande revolução biotecnológica brasileira, tropical, que resolva o problema da vassoura de bruxa no cacau, da mancha anelar do mamão, enfrente as doenças e pragas que atacam nossas frutas, grãos, fibras e animais, os problemas de nutrição e de saúde da população, os danos no meio ambiente do Brasil e do mundo tropical. Precisamos brigar para manter aqui a propriedade das patentes destas plantas, pois é assim que vamos assegurar a propriedade de nossa biodiversidade e o usufruto de seus benefícios.

A biotecnologia não interessa a esse Governo como se fora uma bandeira política. É rematada tolice ser contra a biotecnologia porque se é contra o Governo. Quem precisa desesperadamente da biotecnologia é o Brasil, é a sociedade brasileira, particularmente a sua parte mais pobre. Não podemos cometer os mesmos erros que cometemos no passado com os fármacos e com a informática, em que o isolamento imposto ao país, gerou atraso e contrabando. Se o fizermos estaremos mais uma vez permitindo que façam de nós uma colônia econômica, científica e cultural. Estaremos de novo nos comportando como uma colônia comprada que não sabe sequer vender caro suas derrotas, quanto menos valorizar nossos talentos, recursos e nossas conquistas.

NOTA INFORMATIVA 2

PESQUISA BIOTECNOLÓGICA NA EMBRAPA

PROJETOS DE P&D, ESPÉCIES E CARACTERES PRIORIZADOS

A VISÃO DE FUTURO DA EMBRAPA

A Embrapa considera que a competitividade da agricultura brasileira se definirá, cada vez mais pela nossa capacidade de incorporar, de forma contínua e sustentada, inovações tecnológicas que permitam atender às crescentes demandas do mercado interno e de satisfazer os subsídios dos competidores e a tendência histórica de preços decrescentes no mercado internacional de produtos agrícolas. Em futuro próximo as inovações demandadas da pesquisa agropecuária terão que propiciar a incorporação de avanços simultâneos nas vertentes da produtividade e da qualidade, com uma velocidade comparável ou superior à velocidade de avanço tecnológico dos nossos competidores. O uso seguro da biotecnologia permite aumentar a produtividade das culturas e de outros processos do agronegócio, contribuindo para redução de custos e aumento da eficiência global das cadeias; permite desenvolver processos e produtos mais seguros, contribuindo para aumento da sustentabilidade social, econômica e ambiental. No plano mais sofisticado, abre imensas possibilidades de descobertas, como incorporação de novos atributos, tanto aos produtos primários, como transformados, possibilitando incorporar avanços em relação a sabor, composição, cor, tamanho, supressão de atributos indesejáveis ou nocivos, etc.; e, sobretudo, possibilita uma aumento espetacular na velocidade da produção de inovações.

O fundamento para a concretização dessa visão de futuro está na prospecção, descoberta e utilização de genes, estruturas reguladoras de expressão gênica e genótipos, cujas aplicações promovam um processo de inovação tecnológica, de intensa base científica, capaz de dotar o agronegócio brasileiro de vantagens competitivas inéditas e consolidar o País na liderança científica e tecnológica da agropecuária tropical.

AS GRANDES PRIORIDADES DA EMBRAPA EM BIOTECNOLOGIA

O Programa de P&D em Biologia Avançada da Embrapa tem por objetivos oferecer uma base científica e tecnológica que possibilite à agropecuária brasileira, em horizontes de curto prazo, superar suas principais limitações atuais, relacionadas principalmente com os estresses bióticos e abióticos que impactam de forma marcante as regiões tropicais, e dotar-lhe de instrumentos que permitam, no médio prazo, dar saltos qualitativos substanciais, pela incorporação de atributos de qualidade à sua produção primária e agroindustrial, seja pela adição de novos instrumentos aos processos de melhoramento genético convencional, seja pela viabilização de processos mais rápidos e seguros de transgênia. Busca ainda, em prazos mais longos, oferecer meios para a viabilização de biofábricas, entendidas como formas de adaptação, alteração e conformação de processos biológicos (plantas, animais e microorganismos), para produção de biomoléculas e substâncias úteis, de interesse econômico e social.

PROGRAMAS DE P&D

Os investimentos feitos pela Embrapa no desenvolvimento de técnicas modernas para a manipulação segura da variabilidade genética, tais como o Programa "Desenvolvimento de Pesquisa Básica em Biotecnologia" que engloba as ações da empresa no programa de Biotecnologia do PPA (Plano Plurianual do Governo Federal) e o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico da Agropecuária Brasileira (PRODETAB), estão respaldados em diretrizes do Governo Federal e apoiados por vários outros programas que financiam o desenvolvimento científico-tecnológico na área de biotecnologia, especialmente aqueles do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e suas agências.

Para a Embrapa, o programa de Biotecnologia Aplicada é composto de uma série de ações integradas que envolvem o Melhoramento Genético Tradicional para desenvolvimento de variedades e híbridos, a aplicação de marcadores moleculares para potencialização do melhoramento genético, o desenvolvimento de transgênicos e o desenvolvimento de programas em genomas e prospecção biológica para identificação de novos caracteres, genes e processos que possam ser utilizados em programas de transgenia, melhoramento de plantas, manejo integrado de pragas e doenças e expressão de biomoléculas segundo o conceito de biofábricas. O essencial é que estes programas são gerenciados de maneira integrada para que os produtos da biotecnologia possam fluir rapidamente para os programas aplicados que os integram em novas variedades, híbridos, raças e processos aplicáveis à modernização dos setores agroindustrial e agroalimentar brasileiro.

Abaixo são apresentadas as prioridades da Embrapa em Biologia Avançada, incluindo projetos, as espécies em processo de estudo e as características que estão sendo priorizadas:

Projetos de pesquisa em melhoramento genético tradicional
128 projetos

Espécies Vegetais: aveia, guandú, tomate, milheto, soja, feijão, arroz, triticale, girassol, trigo, feijão, caupi, aveia branca, arroz sequeiro, arroz irrigado, milho, milho doce, milho de pipoca, sorgo granífero, sorgo forrageiro, cebola, alho, mandioca, melancia, alface, cenoura, brachiaria, capim elefante, alfafa, algodão, mamoneira, coco, pupunheira, dendezeiro, guaraná, erva-mate, espécies florestais tropicais, eucalipto, macieira, pereira, acerola, maracujá, uva, cupuaçu, citrus, mamão, banana, manga, pêssego, nectarina, ameixa, açaí.

Características: adaptação a diferentes sistemas de cultivo, adaptação a diferentes condições edafoclimáticas, adaptação a baixas latitudes, qualidade nutricional, qualidade funcional, resistência a pragas e doenças, produtividade, tolerância a alumínio, eficiência na absorção e utilização de nutrientes, teores de proteína, qualidade e quantidade de óleo, eliminação de fatores antinutricionais, cor/forma/sabor frutos e grãos, porte de planta, arquitetura de planta, adaptação a colheita mecanizada, etc.

Espécies Animais: bovinos de corte, bovinos de leite, caprinos de corte, caprinos de leite, ovinos, suínos, aves.

Características: potenciais genéticos de crescimento, adaptabilidade, precocidade, resistência a doenças, produção de carne, produção de leite, qualidade de carcaça, etc.

Projetos de pesquisa em marcadores moleculares aplicados ao melhoramento

31 projetos

Espécies Vegetais: milho, soja, arroz, sorgo, eucalipto, batata, coco, cana-de-açúcar, espécies arbóreas tropicais, mandioca, cereais de inverno, dendê, pimental longa, manga, uvas apirênicas.

Características: caracterização de germoplasma, avaliação de diversidade genética, mapeamento de genes de interesse (resistência a pragas e doenças, adaptação, produtividade, qualidade nutricional, qualidade funcional, tolerância a alumínio, eficiência na absorção e utilização de nutrientes, teores de proteína, qualidade e quantidade de óleo, arquitetura de planta, etc.), caracterização de patógenos e pragas, aplicação a processos de seleção assistida para redução do ciclo de melhoramento, etc.

Espécies Animais: bovinos de corte, bovinos de leite, equinos, asininos, bubalinos, ovinos.

Características: caracterização genética, avaliação de diversidade genética, mapeamento de genes de interesse (produtividade, qualidade, resistência a endo/ecto parasitos e doenças, etc.)

Projetos de Pesquisa em desenvolvimento de transgênicos

20 projetos

Espécies Vegetais: milho, soja, feijão, cereais de inverno, sorgo, algodão, eucalipto, mamão, tomate, banana, batata.

Características: desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de regeneração e transformação, introdução de genes para diversas características (resistência a herbicidas, qualidade nutricional, qualidade funcional, resistência a pragas e doenças, produtividade, tolerância a alumínio, eficiência na absorção e utilização de nutrientes, teores de proteína, etc.).

Projetos de pesquisa em prospecção gênica

13 projetos

Espécies: milho, sorgo, milheto, bacillus thuringiensis, bactérias endofíticas, bactérias fixadoras de nitrogênio.

Genes e Caracteres: resistência a pragas e doenças, qualidade nutricional, adaptação a estresses (tolerância a alumínio,

eficiência na absorção e utilização de nutrientes), fixação de nitrogênio, etc.

Projetos de pesquisa em genética genômica

Primeiro projeto em genética genômica animal (bovinos) – resistência a endo e ectoparasitos

Primeiro projeto em genética genômica vegetal (análise funcional de genes de raízes em milho, soja, cenoura, feijão e arroz) – a principal ênfase é a busca de mecanismos de resistência/tolerância a estresses bióticos e abióticos em raízes de plantas.

Projetos de pesquisa em biossegurança nutricional e ambiental.

A Embrapa desenvolve um Projeto Estratégico em Biossegurança destinado a elaborar procedimentos para avaliação de segurança alimentar e ambiental de organismos transgênicos e capacitar o Brasil em recursos humanos e físicos para avaliar alimentos derivados de organismos geneticamente modificados.

NOTA INFORMATIVA 3

PESQUISA BIOTECNOLÓGICA NA EMBRAPA

Produtos em Desenvolvimento e Impactos Antecipados

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – vem se preparando há mais de quinze anos para gerar e adaptar tecnologia agropecuária de ponta e acredita que o uso seguro da engenharia genética desempenhará papel de relevância no desenvolvimento sustentável da economia nacional, pelas possibilidades que traz de redução de custos de produção e de impactos ambientais no meio rural.

Para tanto, a Embrapa classifica a questão das plantas transgênicas em quatro dimensões: i) a relevância da tecnologia do DNA recombinante para o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira; ii) a garantia da disponibilização de tais tecnologias de forma segura para o consumidor e para o meio ambiente, à luz dos conhecimentos científicos de biossegurança existentes; iii) a possível vantagem comercial para o Brasil da certificação de origem de algumas **commodities** transgênicas; e, iv) o direito do consumidor de optar pelo consumo de alimentos não transgênicos.

Apesar dos esforços dispendidos até o momento, tanto pela CTNBio, como pela Embrapa, pelas universidades, centros de pesquisa, verificam-se duas necessidades primordiais para o avanço balizado da biotecnologia no País: i) reforço de investimento públicos em pesquisa básica, treinamento, infra-estrutura nas áreas de segurança alimentar e ambiental; e, ii) aumento de investimentos do setor privado na geração de produtos e processos biotecnológicos que possibilitem melhoria aos consumidores (agricultores e sociedade).

A Embrapa considera que a competitividade da agricultura brasileira se definirá, cada vez mais pela nossa capacidade de incorporar, de forma contínua e sustentada, inovações tecnológicas que permitam atender às crescentes demandas do mercado interno e desafiar os subsídios dos com petidores e a tendência histórica de preços decrescentes no mercado internacional de produtos agrícolas. O fundamento para a concretização dessa visão de futuro está na prospecção, descoberta e utilização de genes, estruturas reguladoras de expressão gênica e genótipos, cujas aplicações promovam um processo de inovação tecnológica, de intensa base científica, capaz de dotar o agronegócio brasileiro de vantagens competitivas inéditas e consolidar o País na liderança

científica e tecnológica da agropecuária tropical. A seguir apresenta-se alguns resultados obtidos pela Embrapa na busca da realização dessa visão:

O Projeto Genoma da Embrapa

A Embrapa iniciou em 2000 o seu Projeto Genoma – PROGEM – como consolidação de atividades multiinstitucionais e multidisciplinares visando a identificação e uso de genes e de produtos da sua expressão, essenciais para assegurar a competitividade do agronegócio brasileiro no Século 21. O Progemitificará e caracterizará moléculas com enfoque central nos estudos da relação estruturamolecular e a sua função biológica específica contribuindo para que o Brasil desenvolva excelência nas tecnologias de genomas funcionais, genética molecular e de bioinformática.

O programa está concentrado na identificação, caracterização e uso sistemático de genes e insumos moleculares para desenvolver processos e produtos a serem ofertados como solução tecnológica para uso pelo setor produtivo e pela sociedade brasileira. Numa primeira etapa, o Progemitirá ação concentrada na prospecção de genes de raízes de culturas prioritárias, tais como arroz, feijão, tomate, milho e soja. Raízes são órgãos fundamentalmente especializados para sustentação e para absorção de nutrientes e de água. Adicionalmente, as raízes diferenciaram funções nas áreas de propagação e de estocagem, e representam o principal foco de interação com o solo, organismos simbióticos, patógenos e pragas. Várias características da agricultura tropical são consequência de processos radiculares. Entre os principais problemas que influenciam o desenvolvimento das raízes destacam-se: a acidez dos solos; encharcamento e seca; eficiência de uso da água como consequência da arquitetura radicular; a interação de plantas com nematoides, fungos bacterias e insetos; a absorção de nutrientes do solo. Desta maneira, é essencial a compreensão os mecanismos biológicos de funcionamento das raízes pois elas influenciam fortemente a capacidade produtiva das plantas.

A plataforma tecnológica para funcionamento do Progemitá montada e nesse momento estão em curso ações para o estabelecimento de práticas científicas em escala nas áreas de genoma funcional, genética química, e bioinformática; o estabelecimento de uma plataforma informatizada armazenamento, processamento, e serviços nas áreas de prospecção gênica; o estabelecimento de um ambiente de interação em rede envolvendo unidades operacionais da Embrapa, assim como de outras instituições parceiras; o estabelecimento de práticas de treinamento e de excelência de desempenho dos recursos humanos em áreas de atuação do programa; e o desenvolvimento de produtos e inovação biotecnológicas de impacto social e/ou econômico para a agricultura e a pecuária.

Vitória – o primeiro animal clonado brasileiro

A Embrapa anunciou em 2001 o nascimento do primeiro animal clonado brasileiro. Trata-se de Vitória, uma bezerra da raça Simental, resultado da tecnologia de transferência nuclear, clonagem. Vitória é o primeiro passo para que, em breve, o Brasil domine completamente essa tecnologia e constitua a base da aplicação prática da transferência nuclear nos programas de conservação e melhoramento animal.

As pesquisas em reprodução animal na Embrapa iniciaram-se em 1984, com o objetivo de viabilizar o Banco de Germoplasma. A clonagem de embriões consiste em produzir, a partir de células embrionárias fetais ou do indivíduo adulto, um número

elevado de indivíduos idênticos. Estudos de simulação demonstram que a combinação da clonagem com as demais técnicas de multiplicação animal permitirá obter, em um ano, o ganho genético equivalente a 12 anos de seleção e multiplicação pelos métodos tradicionais.

A bezerra Vitória é resultado de núcleos transferidos de um embrião de cinco dias coletado de uma vaca Simental pela técnica de transferência de embriões clássica. Tanto a gestação quanto o parto ocorreram normalmente, dando origem à Vitória. O domínio da tecnologia de clonagem animal pelo Brasil possibilitará a reprodução acelerada de animais geneticamente superiores, a evolução de pesquisas de transgênia animal e também a reprodução de raças de animais ameaçadas de extinção no território nacional.

Plantas que produzem hormônio e insulina

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Embrapa milho e Sorgo e o Centro de Bioquímica Molecular e Engenharia Genética da Unicamp produziram plantas geneticamente modificadas de soja que sintetizam genes do hormônio de crescimento humano e insulina, e plantas geneticamente modificadas de milho que sintetizam genes do hormônio de crescimento humano.

O projeto tem por objetivo principal utilizar plantas como biorreatores na produção de fármacos de interesse sócio-econômico, em grande escala, com custos reduzidos e seguros para a saúde humana. As plantas geneticamente modificadas de soja estão sendo pesquisadas nos laboratórios da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, DF, e as plantas de milho nos laboratórios da Unicamp, em Campinas, SP. Análises bioquímicas e moleculares realizadas pelos pesquisadores das duas instituições envolvidas neste projeto confirmaram a presença dos genes introduzidos no genoma das plantas de soja (Embrapa) e milho (Unicamp), e ainda que a produção do hormônio de crescimento humano no milho se dá na mesma conformação encontrada em seres humanos.

As plantas de milho transgênicas levadas dos genes do hormônio de crescimento e proinsulina foram produzidas na Embrapa Milho e Sorgo, Sete Lagoas. A Embrapa Milho e Sorgo é a única instituição brasileira que detém a tecnologia de produção de milho transgênico.

Estas plantas geneticamente modificadas de soja e de milho ainda estão em fase de avaliação dos níveis de produção das proteínas do hormônio de crescimento e da insulina, e estão sendo cultivadas somente em casas-de-vegetação (estufas herméticas) da Embrapa e da Unicamp. Elas visam somente à produção de fármacos e não serão utilizadas na alimentação do homem ou de animais. Todas as etapas deste projeto estão sendo acompanhadas pelos cientistas e técnicos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, de acordo com o que estabelece a Lei de Biossegurança nº 8.974/95.

Maqui resistente ao vírus da mancha anelar

Em todas as regiões produtoras de maqui no mundo, o vírus da mancha anelar é a pior doença da cultura, já que, ao prejudicar o processo de fotossíntese, reduz o tamanho das plantas e das folhas, imputando perdas significativas aos frutos. Em geral, logo após o aparecimento dos primeiros sintomas – quatro a sete meses de cultivo – o vírus pode provocar até 100% de perdas.

Os frutos de maqui contaminados não são aceitos em mercados importadores mais exigentes, como os do Japão e EUA. No Brasil, a doença vem comprometendo seriamente a qualidade das

variedades mais consumidas, como papaya e formosa, nas suas duas principais regiões produtoras: Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, responsáveis por 80% da produção nacional.

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília) e a Embrapa Mandioca e fruticultura (Cruz das Almas, BA) conjugarão esforços num projeto de pesquisa para tornar o maqui resistente à doença e reverter este quadro. O projeto visa a produzir plantas transgênicas resistentes ao vírus da mancha anelar, através da introdução do gene da capa protéica do próprio vírus, para funcionar como se fosse uma espécie de “vacina”.

O vírus da mancha anelar é transmitido por diversas espécies de insetos afídeos (pulgões), de uma forma não persistente, o que torna o controle muito difícil. Os insetos ficam pouco tempo nas folhas e ainda que o inseticida seja aplicado sistematicamente, o controle será pouco eficiente, pois os insetos já terão infectado duas ou três plantas. Não existe nenhuma resistência natural de espécies de maqui ao vírus no Brasil. Algumas espécies do gênero *Carica* apresentam genes de resistência só que não produzem material comestível. A engenharia genética tem se mostrado a única ferramenta capaz de produzir plantas resistentes a este patógeno, o que além de melhorar a produção e a produtividade, vai contribuir significativamente para diminuição da aplicação de defensivos agrícolas nas culturas de maqui.

Feijão tolerante ao vírus do mosaico dourado

O vírus do mosaico dourado é a pior doença da cultura do feijão, já que ocorre em quase todas as regiões brasileiras e pode causar perdas de até 100% na produção. Em todo o mundo, apenas as áreas de clima temperado é que estão livres deste vírus, porque não possuem as condições climáticas favoráveis à proliferação da mosca-branca, inseto-praga que é o seu principal vetor. Assim, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Arroz e Feijão se uniram, em 1992, para desenvolver plantas tolerantes a esta doença, empregando a metodologia de sequência **anti-sense**, que consiste na introdução de um fragmento do vírus do mosaico dourado para bloquear o RNA do próprio vírus, o que funciona como uma espécie de “vacina”.

Esta metodologia possibilitou a obtenção de plantas de feijão tolerantes ao vírus do mosaico dourado, o que significa dizer que elas possuem os sintomas, mas de forma fraca. Os resultados mostram que o vírus conseguiu se reproduzir dentro da planta de forma ineficiente, tardiamente e com baixo índice de infecção. Esta ainda não é uma situação ideal e a Embrapa busca ainda desenvolver plantas imunes à doença, o que está sendo feito através da metodologia de transdominância letal, que consiste na introdução da replicase (proteína que replica o DNA viral) do vírus na planta.

Ostestes desta metodologia em protoplastos (células isoladas sem parede) de feijão foram bastante satisfatórios, já que comprovaram a inibição da replicação do vírus dentro das células. Foram obtidas as primeiras plantas transgênicas que já começaram a ser “desafiadas”, ou seja, expostas às moscas-brancas que possuem o vírus do mosaico dourado. As plantas transgênicas resistentes ao vírus serão introduzidas no programa de melhoramento da Embrapa e novas variedades poderão ser geradas. Estas plantas levarão a uma menor aplicação de agrotóxicos, uma vez que o ví-

rus é transmitido pela mosca-branca, que é combatida preventivamente com inseticidas.

Soja Transgênica tolerante a herbicidas

A cultura da soja é um dos principais produtos da nossa pauta de exportações. Agregar valor ao produto soja, deverá refletir no aumento de competitividade. A possibilidade do desenvolvimento de plantas de soja tolerantes a herbicidas contribuirão para uma redução significativa no custo de produção. Como consequência, um produto que beneficiará diretamente os produtores e nossa competitividade no mercado externo. A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Soja, desenvolveram plantas transgênicas de soja contendo o gene *ahs*, que confere tolerância ao herbicida Imazapir, um dos herbicidas utilizados na cultura da soja. Em relação ao gene *ahs*, as plantas transgênicas foram desenvolvidas utilizando tecnologia de transformação de plantas de propriedade da Embrapa. Plantas transgênicas de soja contendo o gene EPSPS, que conferem tolerância ao herbicida glifosato, também foram desenvolvidas, em decorrência de acordo comercial firmado com os detentores da tecnologia.

As novas cultivares com resistência ao herbicida glifosato serão testadas nos diferentes ecossistemas produtores de soja a partir de 2001. As plantas que apresentam resistência ao herbicida Imazapir precisam, ainda, entrar no programa de melhoramento da soja com o objetivo de transferir as características de tolerância ao herbicida Imazapir para distintos genótipos adaptados às regiões do Brasil respectivamente. As demais etapas requeridas para chegar com o produto ao mercado, que envolvem produção de sementes e segurança alimentar e ambiental estão sendo planejadas.

Milho com altos teores de metionina

Apesar do grão de milho possuir teores protéicos em torno de 10% da matéria seca, a proteína do milho não é considerada adequada para a nutrição de animais monogástricos incluindo o homem. Isto se deve ao fato de que o endosperma, aproximadamente 80% do peso seco do grão, possui uma baixa porcentagem de proteínas ricas em aminoácidos essenciais necessários para a manutenção de uma dieta balanceada.

O Núcleo de Biologia Aplicada da Embrapa Milho e Sorgo – Sete Lagoas/MG desenvolve uma ação multidisciplinar que engloba a utilização conjunta de técnicas de melhoramento genético e de biologia molecular com o objetivo de desenvolver novas linhagens de milho tropical com qualidade nutricional melhorada. Para alcançar este objetivo, genes endógenos que codificam proteínas raras de alta qualidade nutricional tiveram sua regulação alterada via engenharia genética, com adição de promotores de proteínas de reserva de alta atividade de endosperma-específica. Do ponto de vista de biossegurança, a estratégia de transformar milho com seqüências isoladas da própria espécie é desejável, uma vez que se buscará apenas alterar a regulação de genes que já são naturalmente expressos na planta. Na tentativa de aumentar a produção da delta-zeína no endosperma, utilizando técnicas de biologia molecular, um gene quimérico foi construído onde a região promotora do gene das gama-zeínas foi ligada à região codante do gene das delta-zeínas. Como foi exposto anteriormente, a delta-zeína é uma proteína que contém 23% do aminoácido essencial metionina, mas esta proteína corresponde a apenas 5% das prolaminas presentes no endosperma. Por outro lado, um dos promotores de maior atividade no endosperma do milho é aquele dos genes que codificam a proteína de reserva gama-zeí-

nas. Em milhos normais 25% das proteínas de reserva dos grãos são representadas pelas gama-zeínas. As delta-zeína e as gama-zeínas são codificadas por genes presentes em uma ou duas cópias no genoma, o que torna seus sistemas regulatórios ferramentas potenciais para alteração da atividade gênica via engenharia genética. Hipotetizamos que plantas transgênicas de milho, contendo a construção quimérica descrita acima, produzirão uma maior quantidade de delta-zeína no endosperma uma vez que esta proteína está sobre o comando de um promotor de alta atividade endosperma-específico – promotor gama-zeínas. Um aumento da delta-zeína no endosperma acarretará em um consequente aumento do aminoácido essencial metionina no grão do milho, possibilitando o desenvolvimento de plantas de milho tropical transgênicas de alta qualidade nutricional sem a necessidade da utilização de genes exógenos, uma vez que delta-zeína e gama-zeínas são normalmente expressas no endosperma de milhos não transgênicos.

O protocolo de regeneração e transformação de milho tropical foi desenvolvido nos laboratórios do Núcleo de Biologia Aplicada (NBA) da Embrapa Milho e Sorgo. A eficiência de produção de plantas transgênicas de milho conseguida é similar à descrita por vários laboratórios internacionais, trabalhando com milho de zonas climáticas temperadas. O domínio da tecnologia para transformação genética de milho tropical nos insere em um seleto grupo de instituições capazes de executar todas as etapas técnicas necessárias à obtenção de plantas transgênicas de milho. Ressaltando que este conhecimento deverá ser utilizado não apenas para obtenção de plantas transgênicas mas também em processos de avaliação e monitoramento de produtos transgênicos disponibilizados no mercado brasileiro.

As plantas transgênicas obtidas neste estudo, confirmadas por meio da técnica de **Southern Blot**, cresceram normalmente e produziram grãos de milho duros e vítrios. Análises iniciais da proteína do endosperma dos grãos transgênicos mostraram que conforme o previsto, em alguns eventos transgênicos, houve um aumento na produção da Delta-zeína, entretanto um aumento na produção da Beta-zeína, outra proteína rica em aminoácidos essenciais, também foi observada.

Milho e Sorgo resistentes ao alumínio

A acidez do solo é um dos principais fatores que limitam a produção agrícola nos trópicos. O cerrado brasileiro ocupa 205 milhões de hectares do território nacional e apesar de apresentar excelentes qualidades no que se refere à topografia, luminosidade, temperatura e estrutura física do solo, se caracteriza por possuir baixa fertilidade, pH ácido e elevada saturação de alumínio (Al). O Al é tóxico para a grande maioria das espécies de plantas cultivadas, promovendo a paralisação do crescimento radicular e, conseqüentemente, prejudicando o desenvolvimento das plantas.

O uso de cultivares mais tolerantes à toxidez do Al apresenta-se como uma solução sustentável, propiciando ganhos permanentes de produtividade em solos sob vegetação de cerrado. Para tal, diversos estudos têm sido conduzidos no sentido elucidar a genética da tolerância ao Al em milho, trigo, sorgo e soja, espécies cultivadas de grande interesse econômico para o cerrado. Trabalhos sobre genética da tolerância à Al abrangem alguns tópicos envolvendo a identificação de fontes de tolerância, avaliação de populações segregantes em cruzamentos contrastantes, que culminam em estudos de herança e do tipo de ação gênica associada com a tolerância. Com o advento dos marcadores mo-

leculares, tornou-se possível identificar e mapear regiões genômicas associadas com a tolerância, o que pode ser utilizado como estratégia alternativa para clonagem dos genes de interesse e para dar suporte aos estudos sobre os mecanismos envolvidos no processo da tolerância. Dentre os cinco QTL explicando 60% da tolerância ao alumínio em milho, dois deles estavam mapeados próximos aos genes da isocitrato desidrogenase e malato desidrogenase. Esses genes são os primeiros candidatos para serem mapeados em populações segregantes para a tolerância ao Al, assim como fontes para construções gênicas em teste com transgênicos. Baseando na estratégia proposta por Fuente-Martinez *et al.* (1997), onde plantas transgênicas super expressando o gene da citrato sintase (CS) isolado da bactéria *Pseudomonas aeruginosa*, aumentaram os níveis de tolerância ao Al, trabalhos vêm sendo desenvolvidos na Embrapa Milho e Sorgo. Plantas de tabaco e milho estão sendo transformadas com o gene da citrato sintase isolado de *Escherichia coli* e de cenoura (*Daucus carota*), regulados por promotores constitutivos (CaMV 35S) e raiz-específicos. O grande objetivo da pesquisa é gerar uma tecnologia que possa ser transferida para culturas de maior importância para a região do cerrado, tais como o milho e a soja.

Batata resistente ao Vírus Y (PVY)

Uma das principais barreiras para a produção de batata no mundo é a suscetibilidade a diversas viroses, sendo as principais causadas pelo Vírus Y da Batata (PVY) e o Vírus do Enrolamento da Folha da Batata (PLRV). Para evitar a redução da produção desta cultura, o produtor frequentemente recorre ao uso de novos tubérculos-sementes de batata para instalar suas lavouras. Isso eleva o preço final da batata entregue ao consumidor, além de prejudicar o produtor na competição com a batata-semente importada.

Estudos recentes do impacto de batatas transgênicas com resistência aos vírus PVY e PLRV, mostraram que essa tecnologia reduz em 13% os custos de produção, em grandes plantios e, em 32% para pequenos produtores.

Plantas transgênicas de batatas cultivar Achat resistentes ao PVY foram desenvolvidas pela Embrapa Hortaliças e vem sendo testadas em campo nos últimos quatro anos. Simultaneamente, foram desenvolvidas linhagens de batata resistentes ao PLRV, as quais estão sendo testadas para identificação das linhagens com diferentes graus de resistência, o que nos faz acreditar que batatas imunes ao PLRV também serão obtidas.

NOTA INFORMATIVA 4

– DESTAQUES RECENTES EM PESQUISA BIOTECNOLÓGICA –

Tomates transgênicos resistentes ao excesso de sal

PARIS – Graças à injeção de um único gene capaz de absorver um excedente de sal em plantações de tomate, uma equipe de cientistas norte-americanos conseguiu fazer crescer, e desenvolver em água com forte conteúdo de sódio, tomates que são perfeitamente comestíveis, segundo a revista *Nature Biotechnology*, em sua edição desta segunda-feira.

A excessiva salinidade de certos solos sempre foi um obstáculo para a produção agrícola, e durante muito tempo se acreditou que a produção de plantas mais tolerantes em um solo carregado de sal precisaria de manipulações genéticas complexas.

Hong Xia Zhang, do departamento de Botânica da Universidade de Toronto, e Eduardo Blumwald, da Universidade da Califórnia, acabam de descobrir uma solução muito mais simples: in-

troduzir nos tomates um gene que atua sobre uma proteína na qual o filtro capaz de captar e isolar o sódio excedente.

Este gene AtNHX1, extraído da *Arabidopsis thaliana* (a planta experimental dos cientistas de genética), permite ao tomate crescer em um solo com forte conteúdo de sal e a princípio hostil, já que o sódio não é armazenado no fruto, que continua sendo comestível, mas sim em suas folhas.

Tomates não transgênicos que foram plantados no mesmo solo de forte concentração de sódio sofreram severos danos, por causa da salinidade excessiva do meio, destaca a revista britânica.

"A nível mundial, mais de 60 milhões de hectares, ou seja 25% das superfícies irrigadas, estão danificadas pelo sal", afirmam Zhang e Blumwald.

Eles acrescentaram que sua descoberta "permite vislumbrar a possibilidade de cultivar e colher plantas transgênicas tolerantes ao sal e aptas para a alimentação humana".

Tecnologia pode mudar o futuro da agricultura nordestina

Salvador, 20 (Agência Brasil – ABr) – Quais os rumos da agricultura do nordeste brasileiro com a entrada do país na era pós-genômica? Essa foi a questão que norteou os debates sobre o assunto numa das conferências de 4ª feira na SBPC.

Para José Geraldo Eugênio de França, pesquisador da Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuárias (IPA), a caatinga nordestina tem "tesouros inexplorados" que poderiam contribuir na melhoria genética de espécies.

Plantas como o juazeiro, a catingueira, a orelha de onça (forrageira) possuem característica de tolerância a altas temperaturas, a salinidade, a baixa umidade que poderiam ser prospectadas geneticamente e ingeridas em outras espécies. "E preciso trazer o que há de mais moderno na ciência e adaptá-lo às necessidades regionais", sugere França.

Ele afirma que todas as grandes culturas nordestinas – caju, cana-de-açúcar, cacau, melão – passam por um momento de crise e necessitam de incentivos tecnológicos e estruturais para tornarem-se rentáveis.

Antônio Vargas Figueira, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), de Piracicaba, vinculado à USP, e pesquisador da cultura cacaueteira, não acredita numa retomada do setor apenas com avanços tecnológicos. "O investimento em tecnologia só vale a pena se vier combinado a uma mudança de paradigma da cultura. Mudando de atividade praticamente extrativista para empresarial", avalia. A competitividade do mercado é a justificativa para o comentário.

Hoje, o cacau brasileiro responde por cerca de 7% da produção mundial. O maior produtor é a Costa do Marfim, na África, onde a cultura foi introduzida em 1822, levada do Brasil. Mas esse é um mercado dominado pelos consumidores. Derivado predominante do cacau, o chocolate não necessita apenas do fruto para ser produzido. Se o preço do cacau sobe muito, os fabricantes diminuem o percentual de cacau na mistura, forçando a queda do preço. "Se preciso for, eles" detêm tecnologia para fabricar chocolate sem o cacau", confidencia França. Apesar dessas limitações, Figueira acredita no crescimento do setor por meio da absorção de novos mercados como a Ásia e em especial a China.

Dentre os vários problemas que interferem na cultura do cacau, aquele que ataca diretamente no cacaueteiro, a vassoura-de-bruxa, é o mais prejudicial. Segundo Figueira, em função da praga, seu pai, que é agricultor, não consegue colher hoje 1% do que produzia há quinze anos. Para resolver esse problema, o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), em parceria com a

Embrapa Cenargem, em Brasília, desenvolve pesquisas com o genoma da vassoura-de-bruxa. Já na safra de 2001, com o plantio de 50 mil hectares de mudas clonadas de cacau, o Cepec conseguiu aumentar a colheita. “Duplicamos a produção com praticamente a mesma área plantada”, comemora Raul René Valle, presidente do Cepec.

A alternativa para reverter o quadro da agricultura nordestina, acredita França, está na participação das fundações de apoio à pesquisa da região no desenvolvimento de tecnologias que possam ser aplicadas às culturas locais. “Para os **comoditantes** – arroz, milho, soja – já há grupos no mundo pesquisando o genoma; precisamos nos concentrar em resolver os problemas de nossas culturas e que não interessam a mais ninguém. Algo como a Fapesp fez com a Xylella fastidiosa, praga que ataca os cítricos paulistas”, avalia o pesquisador. No entanto, essa alternativa não está próxima de se concretizar. Dos nove estados nordestinos, apenas Pernambuco e Alagoas têm fundações de apoio à pesquisa. A da Bahia começa a ser articulada agora. (Herbert França)

fonte: Agência Brasil (ABR)

ONU/FAO

824 milhões de pessoas passam fome no mundo

Em todo o mundo, 824 milhões de cidadãos são vítimas da fome. Paralelo a este quadro, segundo a direção da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o apoio ao desenvolvimento agrícola tem se reduzido em 15%.

Enquanto a ajuda ao desenvolvimento agrícola caiu 15%, o drama da fome atinge 824 milhões de pessoas no mundo. A informação foi dada, ontem, em Dacar (capital senegalesa), pelo diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Jacques Diuf.

Ele atribuiu a persistência da fome e da pobreza “à falta de uma vontade política por parte dos estados”. Diuf visitou Dacar como parte da preparação da cúpula mundial para a alimentação que acontecerá em Roma, no próximo mês de novembro.

O diretor-geral da FAO reconheceu, no entanto, que as disposições tomadas pelos países do G-8 (os sete países mais industrializados do mundo e a Rússia) na cúpula de Gênova (Itália), com relação à ajuda para o desenvolvimento destinada aos países do sul, são “um claro sinal” das mudanças atualmente em curso.

“Pela primeira vez os problemas de agricultura foram inscritos na ordem do dia da cúpula do G-8 e o comunicado final da cúpula reflete a importância da luta contra a pobreza”, afirmou Diuf. Ao ser indagado sobre o regresso à agricultura biológica e utilização dos organismos geneticamente modificados (OGM), ele respondeu que essas opções não são, no momento, uma prioridade.

Para Diuf, “a prioridade é o acesso à água, a intensificação da agricultura, o aumento da produtividade e a utilização nos países do sul de variedades agrícolas para aumentar os rendimentos em pequena escala”. Na África, o acesso à água só é efetivo em 7% de terras cultiváveis, frente aos 34% da Ásia.

Os conflitos, guerras e problemas sócio-político, aos quais se somam os fatores climáticos, complicam os problemas agrícolas da África, onde cerca de 34% da população são mal alimentados, conforme o diretor da FAO, que fez um apelo para o apoio aos programas da Organização, que pretendem reduzir até 2015 a fome no

mundo. Diuf chegou a Dacar na terça-feira (31) e deixará a cidade hoje.

Cientistas descobrem genes de resistência a pesticidas Bt

Insetos com essa característica poderiam atacar milho e algodão transgênicos

Herton Escobar

Antes mesmo que os insetos possam desenvolver resistência aos pesticidas orgânicos Bt-usados em culturas transgênicas de milho e algodão, cientistas já estão estudando maneiras de minar esse mecanismo biológico de defesa. Em estudos publicados na **Revista Science**, pesquisadores revelam como genes mutantes conferem resistência a essas toxinas no verme *C. elegans* e na lagarta *heliopsis virescens*, uma das principais pragas do algodão.

A resistência ainda não foi detectada no campo, mas os cientistas sabem que é apenas uma questão de tempo – assim como com qualquer pesticida. “Há insetos no ambiente com variações genéticas resistentes às toxinas Bt, só que, felizmente, são muito poucos para causar problemas”, afirma o pesquisador Raffi Aroian, da Universidade da Califórnia em San Diego, que coordenou a pesquisa com o *C. elegans*. O verme não é uma praga agrícola, mas o estudo indica que o mesmo gene de defesa pode estar presente em outros parasitas e insetos.

As toxinas Bt, isoladas da bactéria *Bacillus thuringiensis*, são usadas há décadas em plantações orgânicas. Mais recentemente, foram incorporadas às versões transgênicas de milho e algodão. Ao todo, variações resistentes de 11 espécies de insetos já foram isoladas em laboratório. A traça das crucíferas, lagarta que ataca hortaliças, é a única com resistência ao Bt no ambiente. “Mas não por causa das plantas transgênicas e sim pelas pulverizações com Bt, disse ao Estado o pesquisador David Heckel, da Universidade de Melbourne, na Austrália.

Trabalhando com cientistas nos EUA, Heckel identificou um gene de resistência ao Bt na lagarta *Heliopsis*. “Agora sabemos qual proteína devemos procurar para detectar a resistência no campo o quanto antes”.

Cientistas desenvolvem novas fontes biológicas de proteínas

Animais e plantas modificadas são usados para produzir moléculas humanas

Newark, EUA – Pequenas lagartas, normalmente conhecidas por comerem folhas, formam casulos e transformam-se em mariposas, que perturbam a vida dos fazendeiros – estão ganhando novas utilidades sob os cuidados de cientistas de Maryland, nos EUA. Em incubadoras da empresa Chesapeake Perl, as larvas são produzidas em colônias e infectadas com vírus para tornarem-se fábricas biológicas de proteínas. O experimento faz parte de uma onda de pesquisas que procuram fontes biológicas de moléculas para uso em medicamentos e testes de diagnóstico. A empresa busca proteínas para a formulação de anticorpos, enzimas e vacinas de interesse para a indústria. Futuramente, o objetivo é desenvolver novas drogas para a medicina.

Os biofármacos, feitos a partir de proteínas e outros compostos orgânicos, são o segmento que mais cresce na indústria farmacêutica. Das 603 drogas aprovadas nos últimos 20 anos nos EUA, 78 pertencem a essa categoria, assim como um terço de outras mil em fase de testes clínicos. Hoje, proteínas são produzidas em biorreatores nos quais células modificadas podem crescer em grandes quantidades – um método complicado e ex-

tremamente caro. A técnica da Chesapeake consiste em infectar larvas com vírus que induzem as glândulas a excretarem determinadas proteínas.

Outra tecnologia promissora envolve os animais geneticamente modificados. A PPL Therapeutics, por exemplo, criou vacas transgênicas que produzem no leite uma proteína humana que pode ser usada no tratamento da fibrose cística. A empresa agora pretende clonar as vacas e usá-las para produzir a droga. A Embrapa, que clonou sua primeira vaca este ano, desenvolve um projeto semelhante no Brasil.

O mesmo princípio vale para os vegetais. Outra empresa nos EUA produz plantas de batata que se cretam proteínas humanas quando suas folhas são cortadas. (The Washington Post)

NOTA INFORMATIVA 5

BIOTECNOLOGIA

MELHORIA DA QUALIDADE DO ALIMENTO PROVENIENTE DE PLANTAS GENETICAMENTE MODIFICADAS

Marília Regini Nutti¹

Vivemos numa época de mudanças, onde os avanços nas ciências biológicas podem ser considerados tão significantes como os avanços nas áreas de comunicação e informação, que tornaram o mundo sem fronteiras.

Nos dias de hoje, enquanto populações de países como o Brasil ainda não podem se beneficiar das vantagens fornecidas pela utilização de plantas geneticamente modificadas, nos Estados Unidos da América estão autorizados 7701 testes de campos para o estudo de novas variedades de plantas geneticamente modificadas. E importante ressaltar que destes 7701 testes de campo 1486 são referentes a plantas com algum tipo de melhoria na qualidade do produto, quer seja pela alteração da composição nutricional da planta, quer seja pelas suas características de pós colheita.

Como exemplos de produtos em desenvolvimento, com melhoria da qualidade nutricional, nos Estados Unidos, temos:

milho: – modificação no perfil lipídico para obtenção de óleo mais nutritivo,

– modificação no perfil de aminoácidos, com aumento dos teores de triptofano e lisina implicando em proteína de maior valor biológico,

– aumento do teor de carotenoides para aumento de Vit. A

– alteração no metabolismo dos carboidratos,

– redução do nível de fitatos otimizando o produto para ração animal.

soja: – modificação no perfil lipídico para obtenção de óleo mais nutritivo,

– modificação no perfil de aminoácido, com aumento do teor de metionina.

batata: – aumento do teor de amido e sólidos para redução da absorção de gordura na fritura.

mandioca: – modificação no perfil de aminoácidos para obtenção de proteína de maior valor biológico.

arroz: – modificação dos teores de amido e outros carboidratos,

– produção de novas proteínas para fins farmacêuticos.

café: – redução do teor de cafeína.

canola: – modificação no perfil lipídico para obtenção de óleo mais nutritivo.

¹ Chefe Geral da Embrapa Agroindústria de Alimentos Membro do Grupo de Peritos da FAO/OMS para Segurança Alimentar de Plantas Geneticamente Modificadas.

trigo: – modificação no perfil de antinutrientes para melhoria de qualidade nutricional

– melhoria da digestibilidade,

– produção de novas proteínas para fins farmacêuticos,

girassol: – melhoria na qualidade nutricional para ração animal

alfafa: – redução do teor de lignina para otimização do uso em alimentação animal

uva: – aumento do teor de açúcares para melhoria na qualidade do fruto.

maçã: – alteração no teor de açúcares para melhoria na qualidade do fruto.

melão: – aumento do teor de açúcares para melhoria na qualidade do fruto

tomate: – aumento no teor de sólidos e açúcares para melhoria na qualidade do fruto.

Como exemplos de produtos em desenvolvimento com melhoria nas características pós colheita temos:

uva: – modificação no tempo de amadurecimento (longa vida)

maçã: – modificação no tempo de amadurecimento (longa vida)

melão: – modificação no tempo de amadurecimento (longa vida)

tomate: – modificação no tempo de amadurecimento (longa vida)

ameixa: – modificação no tempo de amadurecimento (longa vida)

morango: retardo do amolecimento, modificação no tempo de amadurecimento

pimenta: retardo do amolecimento, modificação no tempo de amadurecimento

A deficiência em Vitamina A é um sério problema nos países em desenvolvimento, ocasionando cegueira em milhares de crianças no mundo e o aumento da ingestão de pró-vitamina A ou carotenoides é uma das formas preconizadas para combater esta deficiência. O desenvolvimento do “arroz dourado” por pesquisadores das Universidades de Zurique (Suíça) e Freiberg (Alemanha), com o apoio da Fundação Rockefeller é mais um exemplo de como a moderna biotecnologia pode gerar produtos de alto valor nutricional. No momento este produto está sendo multiplicado para que sejam efetuados os testes de segurança alimentar e ambiental.

No Brasil, a Embrapa está desenvolvendo o milho com maior teor de metionina, aminoácido essencial que hoje é adicionado à ração animal a base de milho e soja. O lançamento do milho com alto teor de metionina não só proporcionará uma melhoria nutricional na dieta da população brasileira como também poderá reduzir o custo da ração animal a base de milho.

Já está disponível no mercado dos Estados Unidos da América e Canadá, o óleo de soja com alto teor de ácido oleico

(com 80% deste ácido graxo versus 24% nas variedades convencionais). Está provado que a diminuição da ingestão de gorduras saturadas e aumento da ingestão de gorduras mono e poliinsaturadas reduz o risco para doenças cardiovasculares, (Hu et al. NEJM 1997, 337 (21)).

Outro produto já disponível nos Estados Unidos da América e Canadá é o óleo de canola com maior teor de ácido esteárico, largamente utilizado pela indústria de biscoitos, gelados comestíveis e margarinas. A utilização deste óleo diminui a necessidade de hidrogenação da gordura, diminuindo assim a ingestão de ácidos graxos trans, tão prejudiciais para saúde quanto as gorduras saturadas. (Huet al. demonstrou que aumento de 2% da ingestão de ácidos graxos trans na dieta, acarreta um aumento de 80% no risco de doenças cardiovasculares).

Também a batata com alto conteúdo de amido, já disponível na América do Norte, reduz a absorção de óleo durante a fritura, fazendo com que as batatas fritas tenham um menor conteúdo de gordura.

É importante ressaltar que nestes casos poderá ocorrer uma mudança do perfil nutricional da população, sem necessidade da mudança de hábitos alimentares ou preço no produto final.

Concluimos ressaltando que esta nova tecnologia oferece grandes benefícios e seus riscos inerentes devem ser cuidadosamente avaliados através dos testes de segurança alimentar e ambiental, realizados pela avaliação particular de cada caso.

Referências bibliográficas:

1-) *Biotechnology and the future of Food* – Position of American Dietetic

Association, J Am Diet Assoc. 1995;95: 1429-1432, upted in 2000.

2-) *Benefits and Concerns Associated with Recombinant DNA Biotechnology – Derived Foods* – IFT Expert Report on Biotechnology and Foods, Food Technology. October 2000, 54(10): 61-80.

3-) *Potrykus 1, Golden Rice and Beyond*, Plant Physiology. March 2001, 125:1157-1161 www.plantphysiol.org

4-) Hu et al, *Dietary fat intake and the risk of coronary heart disease in woman*, New England Journal of Medicine. November 1997, 337 (21):1491-1499.

5-) Du Pont Petition 97-008-0lp for Determination of Nonregulated Status for Transgenic High Oleic Acid Soybean Sublines G94-1, G94-19 and G168.

Environmental Assessment and Finding of No Significant Impact. May 1997.

APHIS-USDA.

6-) Results of Search for All Field Tests in the Field Test Releases Database for the US, no site www.nbiapt.vt.edu/cfdocs/fldtestsl.cfm

7-) *Permitting, Notification, and Deregulation*, Biotechnology Permits Branch, USDA Animal and Plant Health Inspection Service no site www.aphis-usda.gov

8-) Carneiro A. A et al, *Milho Transgênico – Melhoria da qualidade nutricional do grão*, Biotecnologia Ciência e Desenvolvimento, julho/agosto de 2000, 15: 42-46.

Campanhas do CBO: maior projeto de Saúde Pública na América Latina

A Saúde Ocular, dentro do contexto da Saúde Pública, é uma constante preocupação dos oftalmologistas. O Conselho

Brasileiro de Oftalmologia (CBO), engajado numa visão de compromisso social, participa, freqüentemente associado aos Ministérios da Saúde e da Educação, de ações voltadas para a assistência oftalmológica, mediante programas educativos ou assistenciais dirigidos especialmente às comunidades mais necessitadas desses serviços.

Em parceria com o Ministério da Saúde:

Campanha Nacional de Catarata: aproximadamente, 250.000 cirurgias/ano.

Campanha Nacional de Retinopatia Diabética: 150.000 tratamentos com raio laser/ano.

Em parceria com o Ministério da Educação:

Campanha "Olho no olho": 3,5 milhões de crianças, do primeiro ano do ensino fundamental, atendidas em 99. Doação de óculos às crianças que deles necessitam.

Ameaça à vista ... e à visão

A educação da comunidade é sem dúvida um objetivo importante a ser perseguido. Culturalmente, as pessoas estão habituadas a pensar que o exame para óculos é suficiente para atender suas necessidades imediatas de visão. Não são apenas as pessoas menos cultas que pensam assim. Vemos que mesmo pessoas econômica e culturalmente diferenciadas se contentam em buscar correção da sua refração, no comércio, sem se aperceberem que essa oportunidade de correção "do grau" constitui-se na melhor chance de avaliar a saúde ocular e mesmo sua saúde, como um todo.

Infelizmente, há aqueles dispostos a tirar partido dessa visão distorcida e lutam para se habilitarem a realizar o exame da refração (prática exclusiva do médico), atendendo às pessoas que necessitam de correção (miopia, hipermetropia, astigmatismo e vista cansada), e que não estão conscientes da importância do exame realizado pelo oftalmologista. Hoje, que várias profissões, como dentistas e advogados conseguiram a coibição de praticantes ilegais, tenta-se implementar, na Oftalmologia, essa irregularidade.

Nos Estados Unidos, há cerca de 100 anos, surgiu o optometrista, leigo que realizava o exame e receitava óculos. Essa iniciativa foi motivada pelo pequeno número de especialistas, naquela época. Embora essa prática tivesse funcionado no início do século, os optometristas logo perceberam que poderiam captar clientela para vender óculos e lentes, obtendo grande lucro financeiro. Hoje a Academia Americana de Oftalmologia busca frear os abusos dessa atividade por meio de diversas ações. Tenta-se, no Brasil, implantar a optometria sob a fálacia da carência de médicos para o atendimento de toda a população. Com a criação do Sistema Oftalmológico Nacional, com quase 10 mil oftalmologistas plenamente capacitados, tal retrocesso não se justifica.

O legislador brasileiro tem sido pressionado em favor de reconhecimento da optometria. É interessante que a lei brasileira, já há cerca de 7 décadas, proíbe o médico de praticar ou aliar-se ao comércio de remédios, próteses ou quaisquer recursos de tratamento que venham a ser vendidos aos pacientes. A lei sempre se preocupou com os desvios que a atividade econômica e o lucro poderiam exercer sobre as decisões do médico. O optometrista não estará preocupado em sobreviver com os honorários eventualmente cobrados por seus exames. Sua remuneração mais significativa, e daí o "olho grande", adviria da venda dos óculos, que ele próprio receitaria, prática que hoje admite gran-

des margens de lucro. E é bom lembrar que essa prática – a “venda casada” – não é admitida em nossos países.

O Brasil tem médicos em número suficiente para atender à população. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é necessário haver um oftalmologista para cada 20 mil habitantes. No Brasil, existem 10 mil profissionais. Contamos com um grande número de serviços de referência. A excelência dessa formação pode ser comprovada pela projeção e reconhecimento da qualidade técnica de nossa Oftalmologia, em todo o mundo. Podemos atender 200 milhões de pessoas. Não há motivo para a formalização de novas categorias profissionais. E preciso apenas melhorar as condições de trabalho dos oftalmologistas e estimular a sua interiorização, para que ele possa oferecer ao povo brasileiro uma assistência baseada na excelência ética e profissional.

Conclusão

Todos nós, a sociedade e o poder público, somos parceiros de um mesmo projeto de valorizar a cidadania através de medidas que visem a promoção e a defesa da saúde dos brasileiros. Diversas profissões buscam o exercício ético com esse objetivo. A Oftalmologia é uma delas. Se, além do que já foi explicitado, levarmos em conta que 60% das cegueiras são evitáveis, que 40% delas têm conotação genética, que 25% são de causa infecciosa e que, finalmente, 20% das cegueiras instaladas são recuperáveis, nada justifica criar uma profissão eminentemente mercantilista e dividir com seus praticantes a assistência oftalmológica ao cidadão brasileiro. Essa opção, sem dúvida, representa uma grave ameaça à saúde de nosso povo e nada há que a justifique.

Em recente reunião em São Paulo, representantes da PROCON, da Procuradoria do Estado, dos Ministérios da Educação e do Trabalho, da Comissão de Direitos do Consumidor da OAB – de São Paulo, e da APAMAGIS (Associação Paulista dos Magistrados), do CFM, do CRM-SP e do Sindicato dos Médicos, nos orientaram a prestar à sociedade brasileira os seguintes esclarecimentos;

Retinopatia Diabética:

O diabetes leva a alterações dos vasos retinianos, iniciando-se uma cadeia de eventos catastróficos para o olho e a visão:

hemorragias, descolamento da retina e cegueira. A cegueira causada pelo diabetes é irreversível. A gravidade da retinopatia é proporcional ao tempo de duração e à qualidade do controle clínico do diabetes. Estima-se que no Brasil existam 12.480.000 adultos diabéticos, dos quais a metade tem risco potencial de cegueira. O tratamento adequado do diabetes e o diagnóstico precoce da retinopatia são decisivos na prevenção dos danos à visão.

Glaucoma

Sua incidência aumenta nos grupos etários mais elevados. A elevação da pressão ocular é o principal, mas não único, fator que leva à lesão do nervo óptico e à perda visual. A doença é insidiosa em geral, assintomática, e apenas o exame oftalmológico periódico e cuidadoso permite o seu diagnóstico. O tratamento precoce e bem orientado pelo oftalmologista é, em geral, altamente eficaz para prevenir a cegueira.

Degeneração Macular Relacionada à Idade

Ocorre a perda da visão central impedindo a leitura, direção de veículos, e a maioria das atividades. Há uma degeneração da mácula (parte da retina onde tem lugar a visão de forma e de cores) com destruição das células visuais. A prevalência da

doença é muito alta e estima-se que haja, no Brasil, mais de um milhão de pessoas portadoras da degeneração macular relacionada à idade. Atualmente vêm sendo testados novos recursos (clínicos e cirúrgicos) para o tratamento da doença.

Automedicação e efeitos oculares adversos de tratamentos sistêmicos

A educação e o exame oftalmológico são as melhores armas para prevenir a prática da automedicação e suas consequências desastrosas para o olho. Por exemplo, o glaucoma e a catarata são frequentes nos usuários de corticóides tópicos. A úlcera de córnea pode ocorrer nos usuários de colírios anestésicos. Muitos medicamentos usados no tratamento de outras doenças sistêmicas podem causar problemas oculares graves e irreversíveis. O oftalmologista pode detectar os sinais incipientes de intoxicação medicamentosa e passar as informações que ajudem a reorientar o tratamento.

Ambliopia (vista preguiçosa)

É um nome genérico para a baixa visual. Sua forma mais importante, porque pode ser evitada, é a ambliopia por falta de uso do olho, presente nas crianças estrábicas ou que apresentam diferenças de grau de um olho para o outro. O diagnóstico precoce da ambliopia, permite tratamento e recuperação. O exame com médico oftalmologista é fundamental nas crianças assim que iniciam sua ida à escola.

Miopia

Existe uma forte relação estatística entre a miopia e o descolamento de retina. A retina do míope é normalmente mais frágil (maior incidência de degenerações). Calcula-se que existam no Brasil 16 milhões de míopes. A identificação dos focos degenerativos, das roturas e buracos retinianos, através de exaustivo exame oftalmoscópico e biomicroscópico, é importante para que se tome medidas preventivas contra o descolamento de retina.

Catarata

A catarata senil tem sua maior incidência em pessoas acima de 65 anos, chegando a alcançar mais 50% da população. A cegueira causada pela catarata é reversível, se não houver outras doenças associadas, através da sua remoção. A catarata incipiente pode levar a modificações na refração (óculos) do paciente. E o exame oftalmológico que permite a identificação da causa dessa alteração e orienta o paciente quanto a necessidade de realização de cirurgia.

Vista cansada

Muitas pessoas só procuram um oftalmologista por volta dos 40 anos, quando surgem os primeiros sinais da vista cansada (dificuldade para o trabalho ou leitura). Essa é uma importante oportunidade para que o paciente seja submetido a um exame oftalmológico completo (por trás da caixa de vista cansada podem existir indícios de outras doenças oculares ou sistêmicas, que ameacem a saúde). Esse exame tem, portanto, enorme significado médico e social: por que deixar passar esta oportunidade de prevenir doenças e a cegueira.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Ubirajara, por 20 minutos.

O SR. PEDRO UBIRAJARA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, faço uso desta tribuna para, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, a delicadeza que teve em me convidar para presidir a mais alta Corte legislativa do País enquanto V. Ex^a fala à Nação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, parabeno V. Ex^a, o Senador Romero Jucá e a Senadora Marluce Pinto pelo alcance que vai produzir ao Estado de Roraima a energia elétrica em excesso. Isso se dá graças à administração deste País por parte de um homem ilustre, um homem compreensivo, um homem que, talvez, afora Juscelino, esteja mais dentro do coração dos brasileiros pela responsabilidade, neste momento por que passa o Brasil, de corresponder, com sua cultura, paz de espírito e solidariedade, aos anseios dos Estados e de todos os brasileiros.

Há pouco, Sua Excelência o Senhor Presidente da República esteve no meu Estado por duas vezes. Visitou a República da Bolívia, trazendo de lá o gás para suprir as usinas energéticas termelétricas do nosso País, que se encontra em regime de contenção de despesas com relação a esse tipo de energia, a hidrelétrica.

Nós, que pertencemos a um Estado eminentemente agropecuário como Mato Grosso do Sul, temos ao longo da fronteira dos Estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, no chamado bolsão sul-mato-grossense, uma zona de florescimento de novas indústrias, de novos parques industriais. No entanto, no momento em que se implantam essas indústrias – e temos exemplo em Três Lagoas – enfrentamos esse problema da energia elétrica gerada pelas hidrelétricas, ou seja, há um retrocesso já no início, assim como acontece com a saúde em relação à natalidade e à perinatalidade neste País.

Não se pode deixar morrer, no início, indústrias vicejantes e importantes para a economia do Mato Grosso do Sul como está acontecendo em Três Lagoas. E cito como exemplo, Sr. Presidente, o caso de uma indústria têxtil que utiliza máquinas importadas da Alemanha, Holanda – máquinas de primeira geração – e que há três anos mais ou menos vem sendo implantada em Três Lagoas. Ao pedir o seu alvará de licença, colocou em seu projeto uma determinada quantidade de energia que iria consumir após a fábrica começar os seus trabalhos, a sua produção. Responsável por grandes financiamentos internacionais, responsável pelo financiamento do FCO, esse industrial, no momento em que liga as suas máquinas, é solicitado a diminuir o seu consumo de energia elétrica.

Não tiro a razão das autoridades competentes, mas tenho me empenhado bastante para que essas autoridades olhem com um pouco mais de carinho para esse setor que começa a nascer. Há pouco mais de um mês fiz uma solicitação ao Sr. Ministro das Minas e Energia no sentido de que não deixássemos morrer, no nascedouro, a indústria que começa a aumentar a economia combatida da agropecuária no Estado de Mato do Sul.

Estamos certos de que a medida é correta, mas temos uma denúncia a fazer, Sr. Presidente, da mais alta gravidade: na medida em que aumenta a distância das fontes fornecedoras, paga-se maior quantia pelo preço dos combustíveis, do cigarro, dos insumos para a agricultura e a pecuária, etc. Assim também acontece ao solicitarmos a implantação de uma termelétrica no Município de Anastácio, ao lado do Município de Aquidauana: vimos que o mais impossível a pedido é o custo do gás, que tem o mesmo preço ao sair da Bolívia e ao chegar no Rio Grande do Sul. V. Ex^a falou da energia elétrica seu Estado. Graças ao último arranjo que fez Sua Excelência, o Presidente da República, a energia virá da Venezuela. Ao contrário disso, o roraimense tem que pagar três vezes mais pelo mesmo produto, que é o preço cobrado pela Eletro-norte.

Precisamos equacionar nossa economia em termos de regionalização para que não venhamos a sofrer a imposição dos preços caros que vêm dos Estados mais desenvolvidos. Chegando essas indústrias em nossas localidades, poderemos ter um custo de vida mais baixo para o nosso povo.

Depois desse alerta e da solicitação no sentido de que se olhe com mais cuidado o problema da energia elétrica, quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que as sobras de energia de uma indústria, adquiridas por outra a fim de suprir as suas necessidades emergenciais, deveriam ser compradas em uma bolsa, tipo bolsa de valores, o que encarece em mais de 1.000% o custo do quilowatt. Isso quer dizer que se uma indústria como a Nelitex Sul Três Lagoas fechasse a empresa e vendesse a sua cota de energia, teria mais lucro do que se funcionasse utilizando a energia disponível. Porém, não podemos nos esquecer de que o fato de parar uma indústria significa, muitas vezes, aquilo que o Senador Lúdio Coelho falou: o desemprego. O brasileiro não é mendigo, não quer, portanto, esmola, e sim trabalho. Todo homem tem dignidade e precisa de um emprego que lhe propicie uma vida digna, para que possa espalhar essa dignidade à sua família e aos seus descendentes.

Por último, Sr. Presidente, quero olhar para o meu Estado, Mato Grosso do Sul, para a minha cidade, para a cidade de Bonito e agradecer ao Senador Lindberg Cury pelos elogios tecidos àquela terra e à cidade de Bonito. Digo a S. Ex^a que, somente se for visitá-la, poderá ver o quanto significa essa cidade para o turismo nacional e internacional. São grandes hotéis, grandes rios e um grande povo. É a natureza em festa e, como disse, um verdadeiro aquário em termos de recursos hídricos e de fauna ictiosa. O Município de Bonito destacou-se de longe, despontando no Mato Grosso do Sul e no mundo como Município interiorano de maior poder de turismo.

Através do Prefeito Municipal, Sr. Felipe Orro, envio minhas congratulações à cidade de Aquidauana, cidade centenária que fez história. Inclusive, veio dela um Presidente desta Casa, o ex-Senador José Fragelli, o qual se sentou na cadeira do Senhor Presidente da República por alguns dias. Grandes políticos saíram de Aquidauana para o Governo do Estado e, de lá, para o Governo Federal, para o importante cenário da política nacional. Queremos parabenizar nossa cidade pelo seu aniversário, queremos parabenizar o Sr. Prefeito da cidade de Bonito, Sr. Geraldo Alves Marques, pelo elogio que lhe teceu o Senador Lindberg Cury, do Distrito Federal. Queremos também agradecer V. Ex^a, Sr. Presidente, pela educação, pela gentileza, pelo coleguismo pela oportunidade que meu deu de, nesta tribuna, começar a me soltar em um ambiente tão diferente do nosso, de V. Ex^a e meu, que é uma ambiente de hospital, de clínica, de plano de saúde familiar, inclusive desse grande plano de saúde do Ministro José Serra.

Muito obrigado e que Deus o abençoe na sua carreira, na sua vida, na sua família.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (Bloco/PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelas leituras que faço e pelas visitas que já realizei, tenho observado que os países desenvolvidos só alcançaram o nível de desenvolvimento que têm depois de organizar o seu setor primário. Aqui no Brasil também esta máxima é verdadeira: os Estados mais desenvolvidos só alcançaram esse desenvolvimento exuberante depois que organizaram o seu setor primário.

Mas um Brasil de dimensões continentais, de diversidades tão acentuadas impõe uma dificuldade

muito grande ao seu setor primário, que ainda não conseguiu organizar-se. Ao longo da sua existência, o País privilegiou basicamente a modal rodoviária, sabidamente a modal mais cara, deixando em segundo plano o sistema ferroviário e o hidroviário. Essa opção gera um custo mais elevado de bens e serviços, de insumos que trafegam basicamente pelo sistema rodoviário.

Seguramente, em razão dessa situação e do apoio dado mais às urbes, objeto do maior volume de investimentos, o Brasil experimentou um fenômeno interessante, acentuado nos últimos trinta anos: o êxodo rural. Até bem pouco tempo, ainda na década de 70, o Brasil era um país eminentemente rural – cerca de 70% da população vivia no campo e 30%, nas cidades. Decorridos pouco mais de trinta anos, atraídos pelas luzes das cidades, pelos benefícios, pelas organizações, pelo apoio que o homem tem na cidade, em detrimento do que acontece com o homem do campo, o homem rural iniciou uma jornada que parece não ter mais fim e se desloca, de qualquer forma, para as cidades. Aqueles que não têm condição material, aqueles de menor preparo intelectual, sem qualquer qualificação profissional vêm se acotovelar nas periferias das cidades e têm uma subvida, uma vida com menos qualidade do que aquela que tinham no campo. Mas vêm atraídos para as cidades.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a produção brasileira continua crescendo graças ao aprimoramento, o desenvolvimento das suas atividades agropastoris, principalmente, com destaque para a agricultura. Os avanços da ciência e da tecnologia colocados a serviço da agricultura têm permitido que não só as qualidades dos nossos produtos, mas também os níveis de produtividade alcancem índices bastante elevados, ampliando a produção brasileira, que hoje quebra novamente o recorde de mais de 90 milhões de toneladas de grãos.

Naturalmente o País, com as suas condições edafico-climáticas extremamente favoráveis têm meios, têm condições de produzir muito mais do que isso. Se compararmos territorialmente o Brasil com os Estados Unidos, que têm extensão territorial parecida – a produção americana é de mais de 400 milhões de toneladas de grãos, com condições edafico-climáticas inferiores às condições brasileiras, já que aqui não temos efeitos climáticos tão adversos como tufão, furacão, tremores de terra –, verificamos que o setor primário lá foi cuidado com muito carinho, com muito mais atenção.

Mas, seguramente, foi graças aos avanços científicos e tecnológicos que conseguimos, no Brasil, alcançar os patamares que hoje temos.

Gostaria de destacar a importância da biotecnologia neste momento que vive a atividade agropastoril brasileira. Conseguimos um avanço tecnológico acentuado, principalmente com os organismos geneticamente modificados, que estão sendo objeto de uma discussão, de uma polêmica que foge do plano meramente científico, para alcançar interesses no plano comercial. Trata-se de uma discussão relativamente desinformada, desfocada, que não ressalta os benefícios que a biotecnologia tem trazido para o povo brasileiro e para o País. Primeiro, contribuindo para a melhoria da qualidade dos nossos produtos; segundo, criando organismos resistentes a doença, a pragas; terceiro, reduzindo o custo de produção.

Louvável é o esforço hercúleo que o Governo e o Ministério da Agricultura vêm fazendo, por meio, principalmente, desta extraordinária instituição, a Embrapa. O povo brasileiro deve sentir orgulho dessa instituição em razão do trabalho inestimável que ela vem prestando à população brasileira, principalmente no que se refere ao setor de produção. Trata-se de uma empresa que goza de muita credibilidade e que dispõe de cientistas patriotas, devotados que têm feito um trabalho extraordinário, principalmente no campo da biotecnologia.

Quando falamos em organismos geneticamente modificados, vale lembrar que no território brasileiro temos encontrado uma resistência quase que inexplicável ao assunto. Essa resistência se esconde em uma motivação que não tem sustentação necessária, de que o organismo geneticamente modificado poderia causar danos à saúde ou ao meio ambiente. Ora, o transgênico começou a ser cultivado há pouco mais de seis anos em diversas regiões deste planeta. Hoje, já é cultivado em mais de 40 milhões de hectares.

Por que essa resistência no Brasil? Por que criamos esse constrangimento ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, impedindo a ampliação da produção brasileira, dando um prejuízo aos nossos produtores, que não podem recorrer a esse recurso científico, comprovadamente válido, que pode reduzir o seu custo de operação, já que ele enfrenta toda a sorte de adversidades na sua faina diária para suprir a mesa do povo brasileiro de um elemento essencial à vida, que é o alimento?

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos permitir que no campo da biotecnologia o Brasil repita os exemplos desastrosos, o atraso que se impôs na questão dos fármacos, na questão da in-

formática, quando vimos crescer o contrabando, ao invés de permitirmos que a indústria brasileira se inserisse nesse processo moderno da produção da informática.

Agora, estamos diante da biotecnologia, que tem sofrido uma resistência sem explicação, a qual não podemos aceitar, não podemos permitir. Vamos apoiar as ações que o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo, capitaneadas pela Embrapa, para que possamos efetivamente dar ao povo brasileiro os benefícios que a ciência e a tecnologia têm oferecido ao seu sistema de produção e o País possa entregar à população brasileira um alimento seguro, saudável e mais barato.

Eram essas considerações, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer a esta Casa nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1-B, DE 1995

(Incluída em Ordem do Dia nos
termos do art. 281 do Regimento
Interno, Requerimento
nº 424, de 2001)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (limitação à edição de medidas provisórias), tendo

Parecer favorável, sob nº 729, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no **caput** do art. 358, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas em fase de discussão. Entretanto, em face do despacho apostado à matéria e aprovado pelo Plenário na sessão do dia 2 do corrente, o regime de tramitação da mesma é o definido nos arts. 285 a

287, do Regimento Interno, não sendo, portanto, suscetível de emendas.

Transcorreu hoje a segunda sessão de discussão. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão, que terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, primeiramente, agradecer a gentileza do meu prezado amigo, Senador Luiz Otávio, do Pará, em ceder o seu tempo.

Estava inscrito, mas, na hora em que fui chamado, não estava presente e, normalmente não teria mais oportunidade de falar aqui. Sou descontente de libanê se acreditou muito no **maktub**: “o que está escrito”. Inscrevi-me para falar, não estava presente na hora e não ia falar. Mas o bravo companheiro, Senador Luiz Otávio, cede-me o seu lugar e, então, eu vou falar.

Vou falar sobre o PMDB. Não sei se é hora, mas vou falar sobre o nosso Partido.

Como V. Ex^{as} sabem, estou disputando uma vaga de candidato à Presidência da República pelo PMDB. Para quem não me conhece, pode parecer algo muito estranho eu, de repente, aparecer como pré-candidato à Presidência. Não é bem assim. O PMDB dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná – em uma reunião presidida pelo Senador Roberto Requião –, de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, reuniram-se, convidaram-me e lançaram o meu nome.

Meditei muito. Não é do meu estilo. Quando jovem, eu tive oportunidades de ser candidato pelo PMDB. Poderia ter sido candidato na aquela eleição da qual o Dr. Ulysses participou. Houve um momento dramático em que os 23 Governadores chegaram à conclusão de que o Dr. Ulysses não deveria ser candidato porque não tinha chances de ganhar. Qualidades tinha, valor tinha, mas, eleitoralmente falando, não era o seu momento. Houve apenas um momento em que os Governadores reuniram-se e decidiram que eu deveria ser o candidato. O Álvaro Dias retirou sua candidatura; o Tasso Jereissati disse que havia falado com o Presidente José Sarney e que Sua Excelência teria afirmado que apoiaria a minha candi-

datura; o Iris Rezende, candidato do Presidente José Sarney, disse que retirava sua candidatura; e o Valdir Pires, candidato da Bahia, também retiraria a sua. Havia uma unanimidade a meu favor. Mas não aceitei, porque tenho princípios muito rígidos. Afinal, no dia anterior, os Governadores do PMDB haviam chegado à conclusão de que o candidato do PMDB não deveria ser o Dr. Ulysses Guimarães, porque ele não teria condições de ganhar, e haviam decidido que deveria ser eu a comunicar-lhe o fato. Foi uma missão muito difícil, foi uma hora e meia muito dramática para mim. E, no dia seguinte, queriam voltar para comunicar-lhe que eu seria o candidato, o que me levou a reagir dizendo-lhes que, então, não deveriam ter me mandado lá no dia anterior, pois o Dr. Ulysses poderia interpretar que eu havia ido preparar o caminho para minha candidatura. Por isso não aceitei.

Veio o **impeachment** do Presidente Collor. Modéstia à parte, no meu gabinete é que se fez todo o trabalho, todo o esquema para o afastamento do Collor. Assumiu o Itamar. Não aceitei as suas missões para os quais fui indicado, nem o da Fazenda, cujo titular o PMDB tinha o direito de indicar, e não indicou. Não queria nem mesmo ser líder, por uma razão muito simples, que as pessoas também não entendem, mas é meu estilo: nós, do Rio Grande do Sul, sofremos muito com o suicídio do Dr. Getúlio, que foi levado a isso, derrubado pelo Lacerda. E os que o derrubaram, tendo à frente Café Filho, foram para o poder e abocanharam os cargos – o Brigadeiro Eduardo Gomes e outros mais. Na deposição de João Goulart, os que o derrubaram também abocanharam os cargos. Isso nós comentamos muito, principalmente no Rio Grande do Sul.

Então, eu pensei: “Já disseram que fizemos uma CPI e derrubamos um presidente. E se eu for Ministro nesse novo governo vão dizer que eu comande a derrubada para depois pegar um cargo?” Não aceitei.

Tive muita honra em ser Ministro do Itamar. Creio que o Itamar fez um governo excepcional, é um homem bem, correto. É complicado, não há dúvida disso, mas ele tem do que se honrar, e nós temos do que nos honrar do Itamar Franco na Presidência da República.

Ao final, falou-se no meu nome. O próprio Itamar dizia que os candidatos eram o Antônio Britto, o Pedro Simon e o Fernando Henrique. E houve uma mobilização, nós achávamos que não devia ser o Fernando Henrique, mas o Itamar parece que se apaixonou pelo Fernando Henrique. Eu avisei-lhe várias vezes que Fernando Henrique não era o homem, prin-

palmente quando buscamos o então Governador de Minas para ser candidato a vice. Ele tinha sido vice do Tancredo, pertencia ao PTB e entendíamos que era uma boa aliança, mais para o lado do social. O Covas, quando foi candidato a Presidente da República, esfaqueou-se porque não teve sustentação. O PSDB era muito complicado, não deixava ninguém subir no palanque do Covas e, assim, dificultou a sua caminhada e ele acabou perdendo a eleição.

E Fernando Henrique achava que o PFL daria a estrutura de que ele precisava, não tanto os votos, mas a estrutura e a solidez que ele queria. Parece piada, mas aconteceu em uma reunião no gabinete do Presidente no Palácio – estávamos presentes o Governador Itamar Franco, Fernando Henrique e eu – o Fernando Henrique teve o topete e a coragem de votar, dizendo que já tinha um candidato a vice do PFL; não deu o nome, mas disse que já tinha candidato. O Governador de Minas saiu chateado, dizendo: "E aí, Pedro?" E eu respondi: "Tu és Presidente da República, estás fazendo esse homem Presidente. Se não fosses tu, ele não se elegeria Senador". Fernando Henrique tinha-se comprometido na campanha do Collor de que ia ser Ministro. Ele e o Serra já estavam escolhidos Ministros do Governo Collor, um das Relações Exteriores e o outro do Planejamento. Quem virou a mesa foi o Covas, que, numa reunião no Partido, fez um daqueles discursos fantásticos que costumava fazer e conseguiu mudar tudo, o PSDB não participou do Ministério do Governo Collor. E o Fernando Henrique não foi ser Ministro. Após a CPI e a derrubada do Collor, o Fernando Henrique se queimou junto, tanto que ele não teve nenhuma participação na CPI; a única participação que teve durante foi às escondidas, querendo visitar o Itamar e começar a se reaproximar dele. Como ele tinha feito com Tancredo, só que o Tancredo não o escolheu como Ministro; como ele tinha feito com Sarney, só que Sarney não o escolheu como Ministro; como ele tinha feito com Collor e ele quase conseguiu.

Essa é uma especialidade do Fernando Henrique. Fez com Tancredo, por pouco não sai Ministro; fez com Sarney, que o deixou falando sozinho; fez com Collor, por pouco não sai Ministro; e fez com o Itamar, e saiu Ministro. Não fora isso, não se elegia nem Senador por São Paulo. O Itamar morreu de amores pelo Sr. Fernando Henrique, apesar das minhas advertências e de outras pessoas e saiu a candidatura de Fernando Henrique. Ali, eu podia ter sido candidato. Se eu tivesse defendido a minha candidatura, até o Itamar eu tenho certeza de que me apoiaria. Não aceitei.

Então, se em duas circunstâncias o cavalo passou na minha frente e eu não montei, por que estou aceitando agora participar de um debate em circunstâncias muito mais adversas? É que, quando fui convidado, entendi que não podia me furtar, com meus 70 anos e mais um, eu que já cumpri a minha meta e fiz o que fiz, nos erros e nos acertos. Se me aparece uma oportunidade numa hora como esta, eu devo aceitá-la. Não posso voltar para casa criticando como venho criticando, batendo como venho batendo, pensando que tive uma chance de fazer alguma coisa e não tive coragem de fazer.

Esta coragem eu tenho: de enfrentar, de apresentar uma proposta diferente do que está aí, totalmente diferente, baseada em uma longa vida pública de 40 anos, que começou como líder estudantil. Fui presidente da Junta Governativa da UNE. Exerci várias funções, ainda assim, a minha vida é uma só.

E a minha proposta social, as doutrinas de Alberto Pasqualini*!? A minha proposta, centrada na angústia deste País, vou apresentar. Vou apresentar esse plano e divulgá-lo pelo Brasil afora. Vou fazê-lo.

Eu gostaria de ser o candidato. Eu gostaria de debater com o Lula, que considero um grande nome; de debater com o Ciro, com quem tenho divergências; com o Garotinho, que não entendo direito, e com o próprio Itamar Franco, se ele sair do PMDB e for para um outro partido.

Não tenho preocupação. Muitos podem dizer: "Mas o Pedro Simon tem zero nas pesquisas, não aparece nas pesquisas". É verdade. É porque, no Brasil – o único País no mundo que conheço que age dessa forma –, os grandes jornais, as rádios, a televisão e os institutos de pesquisa querem forjar uma vitória para determinados candidatos. Eles dizem quem será eleito.

Posso me queixar de que tenho zero nas pesquisas. Nem apareço. E o Ciro Gomes está lá em cima. Se medirem, no jornal **O Globo**, em centímetros quadrados, quantas vezes o Ciro Gomes aparece e o quanto se fala nele, o resultado será surpreendente. Poder-se-ia falar do Garotinho, do Lula ou do Itamar, mas fala-se do Ciro porque esse não tem nenhum cargo. Sou Senador, e ele não é nem Senador; os outros são Governadores, e o Lula é um Presidente.

Quantos centímetros quadrados são utilizados para eles aparecerem nos jornais **O Globo**, **Folha de S. Paulo**, **Estadão** ou no **Jornal do Brasil**? Quantas notícias lhes são destinadas ou quantos minutos de notícia, durante o mês, eles têm no **Jornal Nacional** ou na **TV Globo**; no **SBT**, de Silvio Santos; na **Bandeira**

rantes ou na Record? Em quantas capas eles aparecem nas revistas semanais e quantas vezes eles apareceram nas emissoras de rádio?

Eu disse para um diretor de um instituto de pesquisa que eles deveriam publicar, de um mês para o outro, quantas notícias foram publicadas daquele candidato. "No mês de junho, tiveram tanto e, no mês de julho, tanto". Deveriam publicar – aí, sim, seria certo – o quanto cada um apareceu, em centímetros quadrados, nos principais jornais e revistas; o quanto foram ouvidos, em minutos, nas principais emissoras de televisão e nas principais emissoras de rádio.

Nesse caso, ninguém poderá fugir da estatística. É o Garotinho porque é o Garotinho; é o Lula, justiça seja feita, porque tem uma trajetória e uma história; é o Ciro porque querem que seja o Ciro.

Fui lançado como candidato a Presidente, em Santa Catarina, Florianópolis. Todos os prefeitos, todos os vereadores e todos os deputados estavam presentes. A assembléia estava lotada. Foi uma aclamação emocionante. Não saiu nenhuma linha a respeito em jornal nenhum do Brasil. Estavam lá os representantes de todos os jornais, e não saiu uma vírgula sobre o assunto em jornal nenhum. No dia seguinte, domingo, e na segunda-feira, páginas inteiras foram destinadas ao Sr. Ciro Gomes, que fez uma palestra, a convite do Congresso de Cirurgiões-Dentistas, nas águas do rio quente. Foram páginas inteiras com a notícia, em todos os jornais.

Portanto, o que tenho a dizer é o seguinte: não aceito a tese de que os grandes jornais e os institutos de pesquisa, que respeito, querem fazer no sentido de impor candidatos. Não entendo por que o meu nome não aparece. As propostas, os discursos e as palestras que faço não aparecem; e, quando aparecem, é no sentido de deboche.

Assim, teenho dito ao meu Par tido: "Isso não me preocupa. Se eu for candidato do PMDB e se eu tiver os oito minutos do PMDB gratuitos no rádio e na televisão, na campanha eleitoral, esse problema será resolvido facilmente". Afinal, o Fernando Henrique tinha 2% em abril do ano em que foi lançado candidato; era o único que não tinha nenhuma expressão. O Collor, em maio, tinha 2%.

Isso reflete a seguinte imagem, em nível interno: "O Pedro Simon não está nas pesquisas".

Essa é a primeira questão. Não tenho essa preocupação e quero falar aos convencionais do PMDB, não com vaidade nem com pretensão, mas com singeleza e com simplicidade, que eles têm a obrigação de analisar essa questão. Podem escolher o candida-

to Itamar. Eu mereço ser candidato e ele merece; tem grandes condições, é um grande companheiro. Mas não por causa do resultado das pesquisas que estão aí, por esse boicote, que muito me honra, por que eles devem ter algo contra mim. E não deve ser pelos meus defeitos que estão fazendo esse boicote.

Concorrerei à convenção com um grande nome, que é o de Itamar Franco. A meu ver, isso fortalece o PMDB. Creio que é bom para o PMDB ter o Itamar e o Pedro Simon. Será uma convenção no mais alto nível, por que vou dizer que o Itamar é um grande nome, um grande cidadão. E tenho certeza de que o Itamar me tratará com o maior respeito e com a maior simpatia. Será uma convenção de debates, de disputas, de teses. Vou expor que proponho praticamente uma revolução na maneira de fazer política; e tenho condições de fazer isso. Vou governar este País de uma forma diferente. Não terei amigos, não terei outra rede que não seja a busca do bem comum. Meu Ministério, por exemplo, não terá a cota de amigos do Fernando Henrique. Detesto cota de amigos. O meu Ministério terá cota de competentes.

Alguém me perguntou, por exemplo: "Com que tipo de pessoa o senhor governará, Senador? De que forma, que tipo de pessoa o senhor convidará?" Dei um exemplo singelo para exemplificar o que penso. Sendo Presidente da República, o meu Ministro da Fazenda será o Senador José Alencar. Por quê? Porque é um grande empresário, veio do nada e conserva a mesma dignidade, a mesma correção. É voltado para as suas indústrias e não está ligado nem com o setor empreiteiro, nem com o setor de bancos e nem com empréstimos. Quer fortalecer a indústria nacional, entende que o social é importante e quer uma independência com relação ao Fundo Monetário Internacional. É o homem que me interessa.

Não quero banqueiro no Ministério da Fazenda; não quero banqueiro no Banco do Brasil; não quero banqueiro no Banco Central – aliás, como o Itamar.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Agradeço a V. Exª a oportunidade que me dá de participar dessa discussão brilhante que traz a esta Casa. V. Exª comenta, com muita intimidade, as questões internas do seu Partido, que não integro. Represento o PPB, o Partido Progressista Brasileiro, que, historicamente, no meu Estado, é adversário do seu Partido. No meu Estado, a disputa ferrenha que o agrupamento político que integro enfrenta é justamente com

o Partido de V. Ex^a, o PMDB. No entanto, aqui, nesta Casa, temos uma convivência muito boa. Somos vizinhos de bancada inclusive. Temos convergido e divergido em várias questões e temos tido oportunidade de conversar sobre elas. Por exemplo, sobre a coincidência das eleições, algo que defendo e a que V. Ex^a é contrário. Eu gostaria que, no Brasil, houvesse eleições coincidentes apenas a cada quatro anos; V. Ex^a entende que isso não contribui. Porém, neste momento em que o sistema partidário brasileiro expõe as suas vísceras e mostra a sua fragilidade, ele deixa, de forma inquestionável, a visão de que é preciso robustecer, encontrar a forma de fortalecer o sistema partidário, para que possamos extrair o individualismo, o caciquismo de dentro dos partidos. Não podemos permitir que alguém mande nos partidos. É importante que os programas, idéias e ações dos partidos sejam resultado de discussão. Podem ser fruto, talvez, da inteligência brilhante de um dos seus membros. Mas que sejam essa inteligência, essa sugestão, essa idéia abraçadas pelo partido, para que o País possa, efetivamente, encontrar o seu curso. Se o preceito constitucional, nobre Senador Pedro Simon, confere a qualquer cidadão a possibilidade de ser candidato – a Presidente da República, inclusive –, essa legitimidade, de forma muito mais clara e acentuada, V. Ex^a tem, porque, ao longo da sua trajetória, da sua bonita vida pública, deixou transparecer vários traços significativos e importantes do seu caráter, que deveriam ser marcantes e basilares para qualquer pessoa que quisesse ser representante do povo em alguma coisa. V. Ex^a é um homem probo, coerente, corajoso e transparente, que expõe com muita clareza e franqueza os seus pensamentos e sentimentos, que já tem uma larga folha de serviços prestados ao seu Estado e a este País. V. Ex^a tem, efetivamente, legitimidade para postular, dentro do seu Partido, esse cargo tão importante. Aplauda V. Ex^a por essa decisão, já que deixou passar essa oportunidade outras vezes. Vá em frente. Não estou, com isso, assumindo o compromisso de votar em V. Ex^a para Presidente da República. Represento um outro Partido, o Partido Progressista Brasileiro, que, possivelmente, terá candidatura própria ou fará algum tipo de articulação para ter candidatura própria, mas quero cumprimentá-lo pela sua história, pelo seu trabalho, pela sua contribuição e pela sua decisão de, analisando a situação do seu Partido, enfrentar, na convenção, a disputa para ser o candidato do Partido a Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, muito obrigado. Agradeço muito o fruto da

gentileza e da amizade que não é apenas nossa, mas das nossas famílias e dos nossos filhos, o que faz com que tenhamos um carinho e um respeito tão grande um pelo outro.

Quero salientar o que está acontecendo hoje na imprensa. Um grande e brilhante jornalista, Franklin Martins, comentando na Rede Globo, disse o seguinte, ontem à noite: "O PMDB governista joga na expectativa de ver o que vai acontecer. Se o Governo for bem, vai apoiá-lo. Se o Governo for mal, tem candidato, que não será o Itamar, será o Pedro Simon, para perder."

Respeito-o muito e penso que as fontes de informações daquele brilhante e íntegro jornalista são muito grandes, mas me atrevo a divergir dele e até das fontes que possa vir a ter de membros do Governo ou membros do PMDB que estejam com o Governo. Hoje, há um sentimento universal no PMDB: o Partido tem que ter candidato próprio. O PMDB sente os equívocos que cometeu ao longo do tempo, desde a morte do Dr. Tancredo até hoje. O PMDB é um partido a quem este País muito deve.

Na luta pela anistia, pela Constituinte, pela eleição direta, pela busca do regime democrático, o PMDB comandou este País. Foi uma campanha fantástica, em que Tancredo, Teotônio, Ulysses, eu e tantos percorremos o Brasil inteiro, em meio a uma ditadura militar de violência, e conseguimos transformar o País numa democracia. O auge foi a eleição de Tancredo, mas parece que Deus quer para o PMDB o destino dos judeus na Terra Prometida: quarenta anos caminhando em busca e não chegando lá.

Com a morte do Dr. Tancredo, veio a posse de José Sarney, que era presidente do PMDB. Na verdade, havia uma disputa permanente entre ele e o Dr. Ulysses e, com isso, o PMDB começou a praticar os seus grandes erros: era Governo e não era Governo. O resultado disso foi o fracasso da eleição do Dr. Ulysses. Quêrcia assumiu o comando no lugar de Ulysses – erro histórico que o PMDB fez. O Dr. Ulysses era o homem mais extraordinário da história deste País, mas tinha um defeito: queria ser Presidente a qualquer custo. Na Presidência do Partido, não deixava se aproximar ninguém que pudesse ser seu concorrente: nem Tancredo, nem Teotônio, nem Arraes, nem quem quer que seja. Deixando de ser candidato a Presidente, ele era o grande Presidente Nacional do Partido.

O Quêrcia impôs a sua candidatura à Presidência e convidou-me para ser seu primeiro candidato à Vice-Presidência, porque eu o era do Dr. Ulysses. Não aceitei e disse-lhe que ele não devia fazê-lo. Ele

fez e foi candidatado à Presidência. Esse foi o segundo fracasso do PMDB.

O terceiro fracasso foi na convenção. Votei no Itamar, que era nosso candidato à Presidência da República, mas os governistas usaram, abusaram, violentaram a convenção e arrancaram o apoio a Fernando Henrique, derrotando Itamar.

Hoje, as bases do PMDB analisam todas essas questões.

O Senhor Fernando Henrique está cometendo um equívoco tremendo: ele não quer só o apoio ao seu Governo, mas impor ao PMDB que apoie o candidato do Governo, como se isso existisse. Ele não está nem procurando dialogar e discutir com o PMDB, ele não quer o apoio das bases, mas determinação. O apoio tem que existir ao seu candidato.

Isso não vai acontecer. O PMDB vai ter candidato próprio. E, na medida em que isso acontecer, precisará se afastar do Governo. O afastamento já deveria ter sido feito e penso que, nessa convenção, deverá acontecer. Apoio o Itamar quando S. Ex^a diz que, na convenção do dia 09, devemos decidir o afastamento do Governo e a candidatura à Presidência.

Para mim, esse afastamento não deve ser radical, com os integrantes do Partido dizendo horrores e fazendo guerra com o Governo do Senhor Fernando Henrique. Não! Penso que deve ser um afastamento respeitoso, afinal, o PMDB participou do Governo com o Ministro dos Transportes, que passou até hoje sem um tostão, com o atual Ministro Ramez Tebet e também com uma Secretaria Nacional. Parece-me que um Partido, o maior Partido que integra o Governo, é uma representação ridícula, e se formos analisar o percentual da responsabilidade do PMDB no conjunto do Governo, vamos verificar que são esses três Ministérios. Alguém coísa com o PFL e o restante disposto entre o PSDB e os amigos de Fernando Henrique, algo que, se Deus me ajudar, eu, como Presidente da República, não vou ter. Amigo meu no Governo, não. Claro que pode ser amigo meu e estar no Governo, mas pela sua capacidade, pela sua competência e porque o Brasil reconhece que ele é capaz e competente, e não, de repente, tirando do fundo do baú um nome que nunca ninguém ouviu falar: "Mas de onde veio esse nome? Ah, ele é amigo de Fernando Henrique. Ah, esse foi amigo não sei de onde. Ah, esse foi amigo não sei do quê." O PMDB deve se afastar do Governo serenamente.

Eu não tenho problema, porque nos oito anos de governo do Sr. Fernando Henrique, embora eu tenha sido um dos primeiros nomes que ele convidou para a Liderança da Bancada – "Simon, tu vais ser

meu Líder. Continua na Liderança" –, eu rejeitei, numa boa, dizendo-lhe: "Olha, Fernando, posso ajudar, conta comigo no que for necessário, mas não posso ser teu Líder, porque tu fizeste uma base muito cosmopolita, tu abriste muito o leque. Fui até o leque do Itamar, agora tu não, tu trouxeste o PFL, tu tens aí Ministros dos quais discordo totalmente. Perdoa-me, Fernando, esse teu Ministério é mais liberal do que social-democrata; eu vou te atrapalhar. Então, para nós continuarmos amigos e eu não ter que renunciar dizendo o sei lá o quê, eu não aceito. Infelizmente, nesses 8 anos eu tenho ocupado esta tribuna muito mais para criticar – e tenho votado nos projetos mais polêmicos muito mais como a Oposição –, então, para mim não vai mudar. Mas eu tenho que respeitar os companheiros do PMDB que defenderam os projetos de Governo nesta Casa, e tenho que respeitar quando o Padilha diz que ele aceita a decisão do Governo: se afastar do Ministério. Mas ele quer ter o direito de ir ao Presidente, abraçá-lo e dizer-lhe que continua seu amigo, que tendo sido uma decisão de Partido, ele não pode mais ajudá-lo, mas que ele vai se afastar. Eu acho correto. Acho que isso é bom que se decidisse agora no dia 9 para que o Sr. Itamar pudesse disputar e tivesse a convicção e a certeza dessas duas teses. Aí eu digo novamente ao meu amigo Franklin Martins que ele está equivocado. Eu posso ganhar ou perder a Convenção, mas não vai ser por que o Governo estará de um ou de outro lado; forte ou fraco. A decisão do PMDB é uma só meu amigo Franklin Martins! Ninguém, ninguém – nem que o Governo pressione dez vezes mais como fez no passado – conseguirá influenciar a Convenção do PMDB em apoiar um candidato de que não seja de uma candidatura própria do PMDB. E digo mais: ninguém convencerá o PMDB de não se afastar; ele se afastará do Governo. Pode não ser no dia 9 – eu acho que deve ser no dia 9 –, mas tendo uma candidatura própria, que será uma candidatura independente. Acho isso, importante.

Digo à imprensa nacional o equívoco que ela está cometendo. Se alguém está falando, se algum Líder do PMDB fala aqui, se algum Líder de Bancada, Líder de Partido, Presidente, seja lá o que for está falando diferente do que eu estou falando aqui está falando da boca para fora, porque não tem autoridade, não tem poder, não tem vez e não tem voz!

Fui convidado para uma reunião do PMDB na casa do Governador Roriz, quando eles decidiram lançar a candidatura do Michel Temer à presidência do Partido. Fui convidado, e fui. Falaram vários representantes. Falaram os Ministros; falaram os dirigentes partidários; falamos Governadores. Muita gente

falou. Houve unanimidade. Jarbas Vasconcelos – um dos que defendia – era um dos nomes mais extraordinários do PMDB: sua bandeira, sua história, sua biografia. Jarbas Vasconcelos é daqueles nomes com dignidade, com correção; ele é o que é. Ele era, até pouco tempo, favorável a continuar com o PSDB, e apoiar o PSDB, candidato pelo PSDB. Na reunião ele falou: – Todo mundo me conhece. Todo mundo sabe que eu sempre fui defensor do acordo com o PSDB. Quero dizer que as minhas bases, em Pernambuco, não admitem. Eles querem e exigem candidatura própria. Então, quero dizer, aqui, que sou favorável a candidatura própria. E acho que, tendo candidatura própria, com dignidade, devemos nos afastar do Governo. Não podemos ter candidato próprio e permanecer no Governo. Na reunião das Lideranças do Governo, estavam lá todos eles – Ministro Padilha, Ministro Tebet – ratificando que devemos ter candidatura própria. No momento em que decidirmos pela candidatura, teremos de nos afastar do Governo. No momento em que nos afastarmos do Governo, automaticamente deixaremos o Ministério.

Meu amigo querido Franklin Martins e demais jornalistas, radialistas e homens de televisão que estão querendo colocar o PMDB numa posição grosseira, vulgar, ridícula, estão dando um vexame. Achem que o Itamar é a salvação, porque o Itamar, candidato, está lutando para ser candidato e salvar o PMDB. Se o candidato for o Pedro Simon, ele está com o Governo no sentido de fazer de conta, de se mentirinha. Não acredito nisso! O Itamar ganhando, eu estou ao seu lado – e será uma grande candidatura, com grande competência! Mas eu ganhando, eu não tenho medo nem de cristianização. Porque quando houve a cristianização não havia rádio nem televisão. A cédula era individual. E o boicote feito pela cúpula do PSD que apoiou Getúlio Vargas e traiu Cristiano Machado pôde ser feito e ele não pôde fazer nada! Agora não! A cédula é única! Tem-se o espaço gratuito de rádio e televisão. Eu terei meus sete minutos diários para falar e para decidir. Eu não tenho medo nem de cristianização. Minha candidatura não vai ser motivo de deboche. Vai haver um programa, uma idéia, uma filosofia, uma doutrina. Perdoem-me a sinceridade: mas aos 71 anos de idade, alguém que já passou por tudo o que se possa imaginar no Governo e na Oposição – minha biografia está à disposição para ser analisada –, posso pregar o que eu pretendo, dizendo o que eu fiz no governo do Rio Grande do Sul, ou no Ministério, ou nas várias vezes em que comandi o PMDB, o que eu fiz como cidadão, com dignidade, com correção,

com idéias, com os meus princípios e a minha maneira de ser.

Há pessoas que pularam de partido para lá e para cá. Deixei de ser governador, em 1982, porque não acompanhei o Brizola, fiquei no PMDB. Pensei que ele estava no esquema do Golbery*: dividir para continuar.

Não acompanhei o PSDB, governador, porque achei que o Covas deveria ficar conosco. Se o Covas tivesse ficado conosco ele seria o candidato e ele ganharia a eleição, e não o Collor.

Quando ficaram Collor e Lula, no segundo turno, eu fui o único Governador a subir no palanque do Lula – eu e todo o meu governo – dizendo que eu era Lula, que tinha que ser, que entre o Collor, que eu conhecia, e o Lula, que eu conhecia, o Brasil tinha que votar no Lula.

Nunca regateei o que eu penso nem o que eu defendo. Quando fui contra Quêrcia, e defendia que o Partido deveria averiguar o Quêrcia, vim para esta tribuna, fiz uma série de pronunciamentos abertos, dizendo o que deveria ser feito. Fui rifado? Pode ser. Mas fiz o que eu achava que deveria fazer.

Há uma mágoa que guardo de certos jornalistas que me tratam com desrespeito e alguns grandes articulistas que não citam o meu nome senão para debochar. Quero dizer que eles estão enganados. Eu mereço respeito pela minha biografia, pelo que eu sou e pela minha história. Não estou aqui como um Dom Quixote maluco querendo falar não sei o quê, sem saber o que quer!

Pode ter candidato à Presidência que tenha uma visão como eu, que tenha uma proposta como a minha, mas duvido que tenha algo mais do que eu!

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – No bre Senador Pedro Simon, felizmente estou há seis anos e meio nesta Casa e aqui pude conhecer melhor e observar bem o comportamento de V. Ex^a. Esse leque que V. Ex^a abre hoje diante de nossa atenção é o leque transparente de uma vida que nada tem a temer, uma vida sem narcisismo, uma vida sem egoísmo, uma vida sem traição, uma vida sem ambições desmedidas. Acompanho os projetos de V. Ex^a e, algumas vezes, houve coincidências entre as iniciativas de V. Ex^a e as minhas, e eu, reconhecendo a prioridade, a preferência e a antecipação de V. Ex^a, retirei projetos meus para apoiar, no seu projeto, aquilo que

eu pretendia modificar. No que se refere à questão da mídia, à qual V. Exª aborda no seu leque de hoje, é muitíssimo importante. Ou seja, como os institutos de pesquisa querem produzir resultados eleitorais, querem favorecer certos candidatos, fazer milagres, às vezes, como foi o "milagre Collor". Como é que se pode fazer alguma restrição a uma biografia como a de V. Exª e permitir que um sujeito sem biografia, uma pessoa desconhecida, uma pessoa que surgiu de uma gestação espontânea, como Collor de Mello, assumisse a Presidência da República? Desse modo, aos brasileiros que querem, realmente, tranquilidade, calma – por que a sociedade não vai se acalmar com a eleição de ninguém, ela vai continuar efervescente, vai continuar frustrada, vai continuar pré-revolucionária, como se encontra –, V. Exª, não tenho dúvida alguma, dá uma felicidade, como candidato – felicidades que são tão raras e difíceis neste País. V. Exª não é um candidato da aventura, do narcisismo; é um candidato da seriedade, é um candidato de uma biografia respeitabilíssima. Portanto, o que creio que temos de feliz, desta vez, é a possibilidade de que cidadãos brasileiros de alto nível possam se apresentar, para que nós, eleitores, escolhamos entre os virtuosos, entre os merecedores. Será que o Brasil não merece poder escolher entre pessoas que realmente estejam abalizadas a se apresentarem ou a serem apresentados, como é o caso de V. Exª, à candidatura máxima neste País? Eu teria muito a dizer, mas fiquei aqui aprendendo com a vasta experiência histórica de V. Exª e até mesmo pensando se deveria ou não fazer de cair o nível desta manhã, interrompendo, para um aparte, V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª fez muito bem ao meu sentimento e ao meu espírito com seu aparte.

V. Exª é um patrimônio do Senado, pela sua dignidade, correção, cultura, inteligência e independência. As palavras espontâneas que V. Exª proferiu a meu respeito, em uma hora tão difícil que estou vivendo, confortam-me bastante. Do fundo do coração, digo-lhe muito obrigado.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Exª com prazer.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, tenho nutrido nesta Casa um respeito e um carinho muito grande por V. Exª. Enquanto V. Exª fazia esse discurso apaixonante e apaixonado, eu estava aqui de cabeça baixa lendo o texto de uma carta que o Betinho escreveu para a sua esposa, Maria, e

que somente poderia ser lida ou publicada um ano após a sua morte. Por esse meu comportamento, as pessoas poderiam pensar que eu estava sendo desrespeitosa com V. Exª enquanto faz seu discurso, por não estar olhando para V. Exª. Mas Deus me deu o dom de ficar em vários canais. E eu estava aqui em dois canais similares: lendo essa linda carta do Betinho, que me emocionou sobremaneira – nem sei se vou conseguir lê-la, pois ontem foi aniversário da morte dele –, e ouvindo o discurso de V. Exª. E esses dois canais me permitiram fazer a fusão de um homem que se foi e de V. Exª, um homem que, graças a Deus, ainda temos nessa tribuna, e teremos por muito tempo. V. Exª está colocando toda a problemática de seu propósito em ter uma candidatura pelo PMDB. Friso a palavra "propósito" e não as palavras "desejo, vontade", porque, muitas vezes, as vontades e os desejos são mesquinhos, individuais, personalistas, narcisistas, enquanto os propósitos são grandiosos. Quero dizer que V. Exª está colocando um "propósito", porque, talvez, se fosse por narcisismo, vaidade, não o estaria fazendo, porque não está tendo retorno para esses fins; pelo contrário, está tendo um retorno – eu diria – quase que de calvário, de mártir, porque não está sendo compreendido, em parte pelo seu Partido, em parte pelos meios de comunicação, diante dos fatos que V. Exª acaba de colocar. Penso que, quando um homem está seguro dos seus propósitos éticos e morais, e quando estes são verdadeiros, não há por que se preocupar em querer desagregar e destruir o propósito dos outros. Quando ouço V. Exª falar com tanto carinho e respeito do meu companheiro Lula, fico pensando: só mesmo uma pessoa que está bastante agredida em si mesma, em sua inteireza moral, fala de um possível adversário, caso venha a ser candidato, da forma como V. Exª está falando. De sorte que, para mim, que aprendi a amar e a respeitar o Lula, seria muito bom ter V. Exª como adversário dele, porque sei que V. Exª seria um adversário leal, do qual eu não teria nenhum receio de que viessem a acontecer as velhas baixarias, os processos perversos que são praticados. Haveria, sim, uma disputa de idéias, de projetos, de pensamentos diferentes, mas com o respeito devido. Com essas palavras, também quero colher para mim o que disse o Senador Lauro Campos, não quero prejudicar o brilho do pronunciamento de V. Exª, apenas manifestar o carinho, o respeito e a gratidão que tenho por V. Exª existir nesta Casa como legislador, como político, como uma pessoa real. Muitas vezes, quando se diz que "todo político é safado", sempre cito alguns exemplos para demonstrar que isso não é verdade. E, na minha lista,

além do Senador Eduardo Suplicy, com certeza, sempre tem figurado V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a. Tenho aprendido a ter um carinho muito grande por V. Ex^a, pela maneira de falar, pelo misticismo que representa. Sinto muito orgulho de ser amigo de V. Ex^a e posso dizer que eu, Presidente da República, vejo em V. Ex^a uma das pessoas que: ou em cargo, ou na amizade, ou escutando, gostaria que tivesse influência profunda em meu governo, pela maneira com que V. Ex^a sente na alma os problemas sociais e os vive. É como sinto, e é a diferença profunda desse Governo que aí está. Penso que deve ser um governo que se identifique com o povo, que vá debater, que vá lá. E, se eu for candidato agora, se no dia 9 sair a minha candidatura, pretendo, durante um ano, percorrer o Brasil, andar, ficar um mês na Amazônia, outro no Nordeste, outro no Centro-Oeste, ir, conversar, fazer o levantamento e com eles fazer a proposta. Haverá uma proposta para o Nordeste que seja diferente, dessas que todos fizeram e ninguém cumpriu; uma proposta para a Amazônia, que V. Ex^a tão bem conhece, que começa por preservá-la como território brasileiro.

V. Ex^a se referiu ao Betinho e ao Lula. Posso citá-los também. Embora o Governo não fosse eu, eu era o Líder do Governo, o Lula me procurou para entregar um projeto que o PT tinha de combate à fome para que eu mostrasse ao Ministro da Fazenda. Eu o li e fiquei impressionado. Fui ao Itamar e disse: "Esse é um projeto importante". "Mas é do PT!" "Não importa, Itamar. Vamos chamá-los aqui para virem expor e, se for o caso, vamos adotar esse projeto". O Lula se assustou quando falei que havia uma audiência marcada com o Itamar, que iria reunir seis Ministros, e que ele levasse quem quisesse. O Lula levou toda uma equipe. Debateu-se o assunto horas e horas e lançou-se o projeto da fome, no qual trabalhei, tendo participado de todas as reuniões. Escolhemos o Betinho, que era um algoz do Governo, para Presidente, como também buscamos o D. Mauro Morelli, lá de Duque de Caxias, para ser o Secretário-Executivo. O projeto saiu e foi talvez um dos mais profundos no combate à fome. Como dizia o Betinho, não era um projeto definitivo; era um projeto que poderia até envergonhar nós queremos é dar dignidade para que o cidadão ganhe para se sustentar, mas, num País em que se está morrendo de fome, era um projeto inicial, do qual tive a honra de participar, articulando-o e vendo sua execução.

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte, primeiramente dirigindo-me ao meu Partido, o PMDB: Sr. Pre-

sidente Maguito Vilela, Srs. Líderes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Diretório Nacional, dos Diretórios Regionais, Srs. Convencionais, levarei meu nome à Convenção. Apresentarei a minha plataforma e vou disputá-la. Seganhar, serei um candidato que procurará honrar a história do Partido. Não terei compromisso com ninguém senão com a história do meu Partido e com o futuro do meu País. O meu Partido, com a minha candidatura, traçará o seu destino e, de certa forma, voltará no passado à eleição de Tancredo Neves. Traçaremos a proposta do que deve ser feito, e que ninguém fez até agora. O PMDB titubeou, mas ninguém conseguiu fazer o que deveria ser feito.

O meu Partido pode votar em mim. Primeiramente, não se assustem com essas pesquisas, com medo de que a minha candidatura não empolgue. Tentarei deixar a modéstia, dizendo que, com sete ou oito minutos nas emissoras de rádio e televisão e indo para os debates, estarei em condições de igualdade, jamais de inferioridade. E aí o bloqueio da grande imprensa não me atingirá, porque chegaremos nos lares de todos os brasileiros, numa versão direta da campanha.

Quero dirigir-me aos membros do meu Partido para dizer quem eu sou e eles o sabem muito bem. Busco uma candidatura sem ódios e sem vinditas, mas com respeito e com dignidade. Jamais serei um Governo de centro-direita! Nisso me diferenciarei radicalmente do Senhor Fernando Henrique Cardoso, que, embora sendo social democrata, fez um Governo absolutamente neoliberal. O meu Governo será voltado para os que mais precisam e para os que mais necessitam. Poderei respeitar o Fundo Monetário Internacional, poderei respeitar a dívida externa e os compromissos que temos; mas sempre colocarei na balança, sempre terei, diante dos meus olhos, a fome e a miséria do povo brasileiro e as injustiças que estão aí, para as quais temos a obrigação de dar resposta. Para isso, debataremos até mesmo com as entidades internacionais, em vez de tomarmos a mesma posição do nosso Ministro da Fazenda, que é o mais fiel escudeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário ele que, a esta altura, teria autoridade até para dizer ao Fundo Monetário e ao Banco Mundial: "Alguém já deu lucro tão grande para vocês quanto o Brasil, nesses dez anos em que estou no comando da economia? Considerando o mundo inteiro, sou o homem que mais deu lucro ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial nesses dez anos, dois como Ministro do Itamar e oito como representante do Fernando Henrique". Ele poderia dizer: "Vamos dialogar. Está certo que vocês não me darão os 4% que os

americanos têm para rolar a sua dívida, mas a taxa não precisa ser de 20%, roubando-me a imensa maioria do Orçamento, ou seja, R\$120 bilhões num orçamento de R\$300 bilhões! Não me sobram R\$40 bilhões para investir e não me sobram R\$6 bilhões para investimentos diretos!”

Sr. Presidente, isso tem que ser mostrado e debatido com o povo brasileiro. Se tiver que pagar, pague-se; mas que se grite, proteste-se, analise-se a situação! E o povo brasileiro ficará sabendo que, se depender do Governo, ele tentará fazer algo diferente. Não podemos aceitar tudo passivamente, pacatamente. O Papa não está aceitando! O Papa disse ao Bush que não pode continuar assim, que as nações mais pobres não podem continuar vivendo a miséria e a fome, à custa do lucro das grandes organizações! O Papa disse isso ao Bush há um mês, na visita que este lhe fez.

E vou adiante: para mim, ganhar não é o importante. Não cederei uma vírgula. Os companheiros disseram-me:

– Senador, V. Exª precisa de uma equipe de imprensa para publicar suas notícias!

– Não tenho.

– Senador, V. Exª tem avião à sua disposição, um jatinho para lá e para cá para fazer suas viagens?

– Tenho avião de carreira.

– Senador, V. Exª tem que montar um comitê para existir.

– Não quero.

Estou no porão, no meu Gabinete, com minha gente, com minhas cotas de passagens, agindo assim. Se é para eu mudar para chegar lá, prefiro não chegar lá. Ou chego como eu sou, ou não chego, porque é exatamente na campanha que começa a corrupção de um governo!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Pedro Simon, pediria a V. Exª que encerrasse o seu pronunciamento. Ainda há dois Senadores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB RS) – Sr. Presidente, já encerro, pelo amor de Deus! Primeiramente porque estou aqui devido à gentileza de V. Exª, que me cedeu o seu lugar. Agradeço e peço desculpas pelo exagero e pela maneira de ter falado, uma espécie de desabafo. Contudo, posso dizer a V. Exªs, com muita sinceridade, que saio da tribuna bem mais tranqüilo do que subi.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário,

deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos, do PDT do Distrito Federal. Logo após o pronunciamento do Senador Lauro Campos, falará a próxima oradora inscrita, a Senadora Marina Silva, do PT do Acre.

Lembro aos Srs. oradores que a nossa sessão será encerrada às 13 horas.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parece-me que qualquer pronunciamento em sequência à fala do nobre Senador Pedro Simon é um pronunciamento menor, ofuscado pelo brilho e pelo peso da inteligência e da experiência política que o Senador do Rio Grande do Sul possui.

Obviamente, S. Exª fala como pré-candidato à Presidência da República. Nós, que o conhecemos, sabemos que S. Exª não é um candidato qualquer, produto da aventura, da esperteza, de ambições individuais.

Tenho pouquíssima experiência política. Este é o meu primeiro mandato, nunca exerci outro na minha vida. Aos 72 anos, sou um ano mais idoso do que o jovem Senador Pedro Simon e dois anos mais idoso do que o juvenil Presidente da República, que consegue ser um septuagenário com todas as características da juventude.

Contudo, gostaria de referendar que essa questão do instituto de pesquisa – que procurei num projeto de lei alterar, mas não consegui – é um problema para os candidatos que não comprem, não pagam, não custeiam os institutos. De que vivemos esses institutos de pesquisa? Obviamente, daqueles que contratam e pagam os seus serviços. Nunca paguei nada, portanto nunca tive a simpatia, nem a empatia da imprensa e dos institutos de pesquisa.

Na primeira vez em que foram a minha casa para pedir que eu fosse candidato a Senador – e o meu Partido, nos 20 anos em que estive filiado a ele, não me forneceu uma folha de papel em branco, só promessas; não me ajudou em nada, nem com uma folha de papel em branco –, senti na pele o que são esses institutos de pesquisa, esses que eliminam, por exemplo, o nome do Senador Pedro Simon, que não o colocam lá. Olhem os jornais de Brasília: divulgam os candidatos a Senador e esquecem o meu nome.

Na minha primeira candidatura ao Senado, quando havia três vagas, fui o segundo mais votado

numa eleição majoritária, mas fiquei de fora. Não tomei posse, embora fosse o segundo mais votado, com três vagas, numa eleição majoritária. Só neste País mesmo podem acontecer coisas assim.

Depois que fui eleito Senador, tive, na televisão, durante o tempo de exposição partidária, a promessa de 20 segundos. Falei, então, que não queria, que podia socializar os meus 20 segundos, porque não aceitaria falar nesse tempo. Então, disseram que eu teria um minuto. Com esse tempo, estaria bem. Fui lá e gravei por um minuto, mas cortaram, deixando-me no ar por apenas 20 segundos. Se somarem milhares de fatos como esse, entenderão por que não sou mais do Partido dos Trabalhadores.

E, na última pesquisa de opinião, publicada na minha terceira e vitoriosa candidatura, o que aconteceu? Não apareci entre os 20 candidatos ao Senado mais votados. Dez dias depois, fui o primeiro mais votado. Repito: 20 dias antes, as pesquisas não me colocavam entre os 20 candidatos mais votados, e fui o primeiro na apuração das urnas e não nas contas lavradas desses institutos comprados.

Muito mais experiência, muito mais sofrença, tem o Senador Pedro Simon do que eu; portanto, tem toda razão em estranhar esse fato a que estou reportando-me.

No entanto, diante do sugestivo leque aberto aqui, com a maestria que possui o Senador Pedro Simon, até me desviei de possíveis assuntos que trataria desta tribuna.

Gostaria de fazer aqui, porque me está incomodando, uma declaração e um esclarecimento a respeito do ponto de vista que externei, quando a Casa era presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. A cadeira da Presidência não se havia transformado ainda em cadeira elétrica. Quem senta ali é torrado.

Cuidado, Sr. Presidente! Que sua passagem seja rápida por aí! Esse lugar é perigosíssimo.

Naquela ocasião, tive oportunidade de fazer três discursos – é pena que o filho de S. Ex^a não esteja aqui –, nos quais procurei mostrar o caráter dual do poder no Brasil. E esse dualismo foi ocupado, em uma de suas partes, em um dos seus pólos, pelo então Presidente Antonio Carlos Magalhães, que, no Brasil, já sofreu outras formas de dualidade, de repartição do poder, de divisão da ditadura.

Eu disse a ele três vezes: "O Presidente Fernando Henrique Cardoso não é um ditador. O que existe no Brasil é uma ditadura compartilhada. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é meio ditador, e V. Ex^a é

50% ditador". Falei isso três vezes, aqui desta tribuna. E falei mais, sem ter bola de cristal e sem que algumas pessoas acreditassem na possibilidade de o futuro ser apenas partejado, nascido do presente. Basta olhar o presente, diz Leibniz, para percebermos qual é o futuro, porque este é o desdobramento do presente. Desse modo, não é mágica, não é dom divinatório antever, dentro de certos limites temporais, sem data – a data é impossível, do meu ponto de vista –, o que vai acontecer.

Então, eu disse nesses três pronunciamentos: na hora de separar essa unidade que contém a diversidade entre Antonio Carlos Magalhães e Fernando Henrique Cardoso, na hora de separar os irmãos siameses, xifópagos – essa foi a palavra que usei –, vai haver problema. A operação de separação de irmãos siameses costuma ser um desastre, já que, às vezes, eles têm em comum um fígado ou um pulmão.

Já no término do período do Senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Senado Federal, ninguém queria ser candidato e receberam seu apoio. E havia, pelo PMDB e por outras correntes, a candidatura do Senador Jader Barbalho, uma candidatura que polarizou violentamente, até mais do que o decoro Parlamentar que talvez permitisse, com o Presidente de então, Antonio Carlos Magalhães.

Pois bem, de repente, não mais que de repente, o outro ditador quis ocupar o espaço todo, quis ser o ditador exclusivo e, ao invés de esperar o término do mandato na Presidência do Senado do Sr. Antonio Carlos Magalhães, ele, Fernando Henrique Cardoso, se tomou de um açoitamento infante-juvenil, ficou alucinado com o que estava ocorrendo com a participação do Presidente Antonio Carlos Magalhães, que, por mais que fosse criticado e criticável, eu tinha de reconhecer nele uma qualidade: ele preservou o espaço do Legislativo, ele preservou o espaço do Senado Federal. E eu ficava preocupado: será que o sucessor dele vai ter as qualidades necessárias para que isso ocorra, para dividir a ditadura, ter uma parte da ditadura, colocar os limites impostos a uma personalidade que não respeita a Constituição, que não respeita a ética, que não respeita os limites do período eleitoral, que ampliou para a reeleição? E acho que ele é o candidato dele mesmo a um terceiro mandato, a não ser que fique evidente que a opinião pública já não o suporta mais.

Naquele momento, o que acontece? O Presidente Fernando Henrique Cardoso quer ocupar o espaço todo e se torna um inimigo fidalgo do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Dá o apoio incondicional ao candidato Jader Barbalho. Obviamente, esse aço-

da mento do jovem Presidente da República – por isso que, entre outras coisas, o candidato Pedro Simon, com 71 anos de idade, dá mais essa tranquilidade, caso seja eleito Presidente da República – a pressa de ocupar o palco inteiro, o espaço inteiro do poder fez com que ele, o Presidente da República, continuasse a intervir e pudesse intervir, como sempre fez, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário, a não ser quando em contralá algum Marco Aurélio de Mello, alguns presidentes que defendem a dignidade, a integridade e o Poder Judiciário no Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Só um momento, Senador, pois estou terminando a minha tentativa de colocar a minha visão desses fatos.

Muita gente achou que eu ia votar contra a cassação do Presidente Antonio Carlos Magalhães, porque eu sempre reconheci nele alguém que pelo menos esse grande papel estava exercendo. Eu não vim aqui elogiar, fazer encômios, como partidos de oposição fizeram. Quando ele lançou, por exemplo, os R\$180 de salário mínimo, eu lembrei, entre outras coisas, que o Dieese, órgão que orientava o PT, havia colocado R\$1.030. Citei, entre outras coisas, também que uma pesquisa feita no Japão, em 1995, detectou que um cachorro japonês gastava, em média, com alimentos, remédios, massagens, banhos relaxantes e passeios US\$360 por mês. Eu falei isso aqui quatro vezes. E partidos que se dizem socialistas e que choram pelo social, lágrimas de crocodilo, propõem seguir os R\$180 que o PFL, via Antonio Carlos Magalhães, havia lançado.

De modo que ele viu, escutou as minhas críticas aos R\$180. Que dirá os R\$151! A Dona Teresa Ter-Minassian, empregada do Fundo Monetário Internacional, falava que o Brasil não podia colocar como seu piso salarial mínimo se não R\$151. A Dona Teresa Ter-Minassian! Nem era o Michel Camdessus ou não sei quem lá do FMI, um **pezzo grosso** do FMI. Foi a Dona Teresa Ter-Minassian.

Pois bem, só para terminar, nesse aodamento, nesta **volonté de puissance** do Presidente francês, digo, Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, houve uma vontade grande de se apoderar também do Legislativo ou influenciar muito mais no Legislativo do que ele estava fazendo, com as inúmeras medidas provisórias, com a compra de

votos para a reeleição, por exemplo, e outros disparates equivalentes.

Assim, não tendo conhecido, escolhido o candidato, ele se transformou no maior cabo eleitoral do Presidente atual Jader Barbalho, elegendo-o e influenciando também na cassação ou na defenestração do Sr. Antonio Carlos Magalhães.

Bem, então ele tem 90% da responsabilidade de estarmos há seis meses parados, fingindo que estamos trabalhando aqui neste Senado. Quem é o responsável de toda essa confusão que se criou? Para mim, o primeiro responsável é “sua majestade” o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Concedo, com satisfação, o aparte ao eminente colega Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está fazendo um pronunciamento da maior importância, e só me atrevo a fazer o aparte porque quero colaborar com V. Ex^a e dar o meu depoimento sobre esse fato histórico. Essa operação que aconteceu na eleição da Mesa e na cassação do Sr. Antonio Carlos foi um esquema – olha, é difícil encontrar o termo – preparado pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso. O Senhor Fernando Henrique Cardoso e parte do PFL não suportavam o Sr. Antonio Carlos; aquele grupo de Marco Maciel, do Bornhausen, o Líder na Câmara, o Líder aqui, que tocavam por música. De repente, veio o Senador Antonio Carlos e implodiu tudo, ficou dono sozinho, levando o partido para um caminho muito complicado. E o Senhor Fernando Henrique tinha dados que diziam que sua queda frontal nas pesquisas, no ano passado, devia-se mais ao deboche, à ironia de Antonio Carlos sobre ele, do que a todo o PT, CUT e companhia. Então, ele queria se ver livre de Antonio Carlos. O que ele fez? Primeiro, a eleição do Senador Jader Barbalho. O Senador Antonio Carlos, na sua vaidade, disse: “Eu veto o Jader Barbalho. Tem que ser o Sarney.” E nos deixou em uma posição de constrangimento, porque ele queria ser o dono da Pátria. Naquela altura, como diz V. Ex^a, ele era 50% ditador. A Bancada do PMDB se reuniu, e o Senador Jader Barbalho fez uma exposição enorme, de muitas horas, mostrando que tinha razão. E a Bancada do PMDB, por maioria, votou nele, mas quase com a convicção de que o PSDB não votaria. O PMDB cumpre a sua parte e deixa para o PSDB fazer o resto. O que acontece? O Presidente Fernando Henrique determina ao PSDB que vote em Jader Barbalho, e, para surpresa de todos, no meio de to-

das aquelas manchetes, o PSDB fecha com o Senador Jader Barbalho. A partir daí, o Senador Antonio Carlos procura o PT para fechar com uma candidatura do próprio PT. Apoiaria o PT aqui, e o PFL apoiaria Inocêncio Oliveira na Câmara. Mas o Senhor Fernando Henrique veta. O PFL só poderia votar em candidato da base, não em candidato de fora da base. O que faz então o Senador Antonio Carlos? Volta ao PT e pede, pelo amor de Deus, que votem em alguém, que poderia ser o Senador de Minas Gerais, para derrotar o Senador Jader Barbalho. Mas o PT não aceita. Vai-se para a votação. O Senhor Fernando Henrique Cardoso trabalha, coage, pressiona Senadores do PSDB que não queriam votar no Senador Jader Barbalho, e no próprio PMDB força para que votem no Senador Jader Barbalho, que foi eleito. O Senhor Fernando Henrique age também na Comissão de Ética, pressionando o PSDB a votar favoravelmente à abertura do processo de cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães. E o próprio PFL, à exceção dos dois Senadores da Bahia, também votaria favoravelmente na questão fundamental. Por 15 votos a dois é aprovada a abertura do processo de cassação. Eu estava na Comissão de Ética e vi a ação do Governo no PSDB e no PFL, forçando a cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães, que veio a renunciar para não ser cassado. O Senador Jader Barbalho ficaria, então, como Presidente do Senado, seria a grande vedete. Dois dias depois, o Banco Central lança um terceiro relatório que já estava na gaveta. Se aquele relatório tivesse sido lançado antes, o Senador Jader Barbalho nem teria sido candidato à Presidência. Por que então o Senhor Fernando Henrique deixou que aquele relatório saísse apenas depois da eleição do Senador Jader Barbalho para a Presidência desta Casa? Porque foi macabro. Destruíu os Senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, além de desmoralizar o Senado. Foi o grande responsável por uma das nossas páginas mais tristes, onde somos humilhados pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso. Meus cumprimentos ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que veio corroborar todo o meu juízo. Eu, independentemente de partido ou de interesse pessoal, nunca exerci a liderança do meu partido quando tinha direito disso e nunca fui diretor nos 36 anos que lecionei na Universidade de Brasília. Em certo momento, havia 32 PhDs, somente eu era titular. Nunca exerci função nenhuma e, portanto, nunca fui responsável pela de-

terminação de receitas e de despesas. Se nunca roubei, não há muita vantagem nisso, porque nunca tive dinheiro sob a minha responsabilidade, nunca fui testado, porque fui professor, e exclusivamente professor, de sala de aula e biblioteca durante a minha vida inteira.

Assim, V. Ex^a tem toda razão ao dar-me razão, porque não pode haver duas pessoas com óticas não tão idênticas que examinem esse processo com isenção, como V. Ex^a e eu, e acabem por concordar em vários pontos.

O que não se sabia – ou não queriam saber – é que essa separação dos irmãos siameses seria o desastre que foi: o Presidente Fernando Henrique Cardoso, principal eleitor do Senador Jader Barbalho – não sei em que momento ele se arrependeu...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Na minha opinião, ele não se arrependeu em momento nenhum, já está precavido: "Livro-me do Senador Antonio Carlos, elejo o Senador Jader Barbalho Presidente do Senado, publico o relatório do Banco Central, queimo o Senador Jader Barbalho e desmoralizo o Senado".

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Penso que essa antecipação de V. Ex^a é impecável. Realmente, sabiam que o Legislativo seria invadido, desmoralizado, paralisado; uma paralisia geral, já falei disso aqui antes. Entramos em recesso. Recesso do quê, se não chegamos a trabalhar?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E abrimos os trabalhos. Trabalho do quê, se não estamos trabalhando?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Portanto, a invasão do Legislativo, principalmente do Senado, foi uma invasão praticada com essa arrogância, com esse poder, com esse poderio de fogo tão grande que nem o cavalo de Átila poderia conquistar de uma forma tão arrasadora a Presidência do Senado, essa cadeira que se transformou em uma cadeira elétrica. Muitos Senadores estão com medo de sentar-se nela e em outras cadeiras relevantes, como, por exemplo, a cadeira da Comissão de Ética, que também parece-me que há alguns fiozinhos; não sei qual a voltagem.

Senador Pedro Simon, meu pai foi professor universitário a vida inteira, ele só foi isso, com exceção de dois períodos em que foi deputado. Basicamente, nasci em uma universidade e não queria nada na vida a não ser ser professor universitário – a universidade não se havia decomposto como ela

se encontra hoje; ela era outra coisa. Eu não tinha motivo algum, portanto, para não admirar o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele não era político ainda. Depois ele se transformou em político e mandou esquecer tudo, mas eu havia pago os livros dele, gastei horas e horas estudando os seus livros. Devolva-me as horas que perdi e o dinheiro que gastei; não é assim, esqueçam tudo, não!

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Procon nele!

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Aí começaram as minhas decepções com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não tenho ira alguma, ódio, rancor contra ele, mas uma grande e profunda decepção, porque o conhecimento que ele tinha do processo, do capitalismo subdesenvolvido e periférico, a consciência que ele tinha dos nossos problemas não lhe permitiriam fazer um desgoverno entreguista, antinacionalista, destruindo todo o aparelho de Estado, destruindo o parque industrial, fechando empregos e causando o empobrecimento, com mais essa dose de FMI nas nossas costas descarnadas, com as nossas costas emagrecidas. Então, é óbvio que não gosto dele. Mas não é por isso que eu faço uma análise crítica a respeito do comportamento dele, perturbando inteiramente a atividade parlamentar ao impor esse cabresto...

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite, Senador Lauro Campos?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Pois não, cedo com prazer.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Primeiro, peço à Mesa que prorogue a sessão por, pelo menos, uns 15 minutos, para que V. Ex^a conclua o seu discurso e eu possa fazer o registro do aniversário da morte do Sociólogo Herbert de Souza; e, segundo, para também poder apresentá-lo, ainda que brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – A Presidência atende a Senadora Marina da Silva e prorroga a sessão por 15 minutos, a fim de que o Senador Lauro Campos possa concluir o seu discurso, o que, aliás, está nos trazendo grande prazer.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado. Mas eu não vou usar muito do tempo.

Concedo o aparte à Senadora Marina Silva.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Lauro Campos, achei o raciocínio de V. Ex^a e do Se-

nador Pedro Simon bastante elucidativo, bem como a análise do que aconteceu aqui durante esses últimos meses, envolvendo o ex-Presidente do Senado e o atual Presidente, afastado, e todo o desgaste que a instituição está atravessando. Agora, espero que o ponto de vista que quero trazer aqui não seja compreendido como em socorro ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entendo, até, que todo esse maquiavelismo – se é que podemos falar assim – pode ter acontecido. Mas nós, também, não podemos perder de vista que esses acontecimentos ou uma ação maquiavélica não poderia ocorrer se não tivéssemos problemas, aqui, dentro da Casa; se o Senador Antonio Carlos Magalhães, juntamente com o Líder do Governo, o Senador José Roberto Arruda, não estivessem envolvidos no episódio da violação do painel e se o Presidente Jader Barbalho não tivesse todo o envolvimento que nós estamos observando e que estão vindo à tona, tanto no caso da Sudam como no caso do Banpará – todos esses processos lamentáveis. Então, o que aconteceu é politicamente criticável e a identificação e a análise que V. Ex^{as} acabaram de fazer é brilhante. Mas nós também temos que resgatar a responsabilidade. Por que não fizeram isso com V. Ex^a, que, como já disse, nunca administrou dinheiro, com o Senador Pedro Simon e com outras pessoas? Porque não existiu o fato. Então, a melhor forma de não ser usado para tais fatos é, realmente, não os praticar. E, se tudo isso for mentira, como sou uma mulher de fé, acredito que, quando se paga injustamente por um erro não cometido, acumula-se outros tesouros que não terminam aqui na terra. Mas eu quero apenas fazer esse registro, no sentido de que, lamentavelmente, nós tivemos uma ação externa ao Congresso, uma ação que tem todos esses matizes que V. Ex^{as} acabaram de colocar e que são criticáveis, não desejáveis; manobras com as quais jamais poderemos concordar. Porém, o processo interno da Casa, realmente, precisava fazer toda essa depuração e lamento muito que todos esses episódios estejam desgastando a instituição. Mas se as pessoas não tivessem praticado erros que levassem à desmoralização da instituição, a menos que uma mentalidade diabólica comesse a caluniar todo mundo, isso não estaria acontecendo. Entendo que as duas coisas são abomináveis. Não estão isentos aqueles que, de forma maquiavélica, podem ter agido de forma desleal, como também os que, por erros praticados, deram margem a que tudo isso acontecesse e estivéssemos vivendo hoje essa crise.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Nobre Senadora Marina, quase sempre concordo

com os pronunciamentos tão equilibrados de V. Ex^a, mas, desta vez, não posso concordar. Não se trata de julgar. Nunca julguei ninguém, não gosto de julgar as pessoas. Essa questão de ética também é muito difícil. Estudo isso há tantos anos... Qual será realmente a essência da ética? Eu poderia agora, neste término rápido do meu pronunciamento, dizer que a ética, no sentido diário do comércio dos homens, das relações humanas normais, talvez fosse apenas regida por aqueles princípios da antiga sabedoria romana que afirmava que o supedâneo desse comportamento ético estava em dar a cada um o que é seu (**suum quique attribuere**), viver honestamente (**honeste vivere**) e não lesar o próximo (**alterum non laedere**). Se esses princípios fossem seguidos, estaríamos dentro de padrões éticos aceitáveis.

Mas a questão da ética é muito mais sutil do que isso. Não posso concordar com Emmanuel Kant, que afirma que devemos agir de tal maneira que a nossa conduta individual possa se transformar numa norma universal de comportamento. Esse é o imperativo categórico kantiano, prático. Devemos agir de tal maneira que a nossa ação possa se transformar numa norma universal de conduta.

Sem entrar, sem aprofundar a ética do poder e as relações entre a ética e a política, entendo que aqui não analisei, não falei nada a respeito do que veio acontecer com o Senador Jader Barbalho, o que apareceu e pode aparecer, levando-o até mesmo à perda de seu mandato. Não falei nada disso, não quero julgá-lo, por enquanto, e não preciso julgá-lo quando menciono as relações espúrias entre Fernando Henrique Cardoso e o Senado Federal. Refiro-me à ocasião em que Sua Excelência, ignorando o funcionamento e a administração da Casa, apresentou seu candidato para derrotar aquela pessoa por quem Sua Excelência encheu-se de ódio, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com ódio não se pode fazer justiça. Com ódio na cabeça e com o fígado carregado, não se pode dirigir uma ação ética, uma ação que dê bons resultados. Um dos princípios do Direito é que a pena não pode ultrapassar a pessoa do criminoso. E agora, o que aconteceu? O meu companheiro, o meu amigo de Belo Horizonte, o Paulo de Tarso Flecha de Lima, uma pessoa que vi dar saltos fantásticos na sua juventude, foi o mais jovem a ingressar na carreira do Itamaraty, não precisou fazer o curso Rio Branco, foi logo o mais jovem Primeiro-Secretário, uma carreira brilhante, preocu-

pada com os interesses nacionais. Ele estava lá, na Embaixada Brasileira em Roma, aos 68 anos, com a saúde prejudicada por acidentes somáticos, e foi simplesmente demitido. A raiva fez com que não se enxergasse aquela brilhante carreira que Sua Excelência apreciou e freqüentou até muito pouco tempo atrás.

Foi demitido sumariamente da Embaixada em Roma, porque era muito amigo do Senador ACM. O ódio não se satisfaz com a cassação, com a retirada da presidência, com os Ministérios que foram recolhidos por "sua majestade" o Presidente da República. Nada satisfaz ainda. Tinha ódio até o fundo da alma e esse ódio foi lançado injustamente contra quem tinha sido Embaixador nos Estados Unidos, na Inglaterra e prestou relevantes serviços ao Brasil. Nada valeu. Paulo Tarso foi demitido, porque havia se solidarizado com um amigo.

A solidariedade a um amigo é uma virtude. Tem que ser reconhecida mesmo entre inimigos, quando um se solidariza com o outro. Isso é óbvio. Porque o Embaixador Paulo Tarso foi solidário com o seu amigo Antonio Carlos Magalhães ele pode ser demitido da Embaixada em Roma aos 68 anos de idade?

Não tenho dúvidas de que não estou cometendo nenhuma injustiça para com "sua majestade" o Presidente da República. Conhecemos a sua atuação no Congresso Nacional de há muito tempo, desde quando comprou o voto de alguns Deputados na ocasião da reeleição a R\$200 mil cada. Não é calúnia nem injúria. Isso foi confessado. Não faço calúnia, injúria nem fofoca. Se falo, tenho certeza do que estou falando. Abro mão da minha imunidade parlamentar se quiserem me processar por injúria, calúnia ou difamação. Muitas coisas que tenho falado são perfeitamente corretas.

O que aconteceu foi um episódio muito lamentável e que entre outros efeitos secundários paralisou o Senado Federal durante esses últimos sete ou oito meses. Nesses seis anos que estou aqui, esta foi a primeira vez que houve um reces so de trinta dias, que veio na hora certa para jogar uma água fria na efervescência provocada por essas ações, por esse comportamento que, de início, privilegiaram o Presidente atual Jader Barbalho e, agora, obviamente, estão se voltando contra S. Ex^a.

Os Senadores do Governo já estão retirando – todos os jornais publicam isso – o apoio ao Senador Jader Barbalho. Está, mais uma vez, voltando ou traindo o caminho que antes havia percorrido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Ubirajara.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente agradeço a V. Ex^a a sua complacência, porque o tempo já está esgotado. Mas considero relevante fazer o registro da passagem do 4º aniversário de morte do sociólogo Herbert de Souza, nosso querido Betinho.

Eu gostaria de deixar registrada nos Anais da Casa a carta que Betinho escreveu para sua esposa, Maria. Trata-se de uma carta muito bonita e emocionante, que entendo deva ser lida pelas pessoas que lidam com o drama humano. Confesso que fiquei bastante tocada pelas palavras e por ver alguém que, com tanta vida espiritual, estava morrendo pelo corpo físico, degradado pela Aids, uma doença para a qual, lamentavelmente, ainda não há cura.

O Betinho fez um trabalho belíssimo no Movimento em Defesa da Vida, de combate à fome daqueles que vivem em situação de penúria. Esse trabalho é reconhecido em todo o País e replicado das mais diferentes formas, tendo como inspiração inicial a luta do Betinho. Foi a partir da sua luta que tivemos uma maior visibilidade para ações de combate à fome. É claro que já havia o trabalho humanitário por parte de pessoas voltadas para a problemática da exclusão social, mas, foi a partir do movimento promovido por Betinho que tivemos, realmente, uma maior visibilidade em torno do problema. Os frutos dessa luta não pararam com a morte do Betinho, ainda hoje surgem várias iniciativas, principalmente quando vivemos uma das situações mais dramáticas da exclusão no nosso País. Em que pesem as divergências entre os dados divulgados pelas instituições de pesquisa, como o Ipea e a Fundação Getúlio Vargas, os últimos dados dão conta de 50 milhões de pessoas vivendo na linha de pobreza. São pessoas que precisam de algum "porta-voz" para lutar pela reversão desse processo perverso.

Tenho no Betinho uma pessoa que nos inspira a continuar essa luta, das mais diferentes formas, com os mais diferentes matizes ideológicos, com um esforço que não deva ser fechado, nem particularizado em uma corrente política, em um pensamento, mas que todos aqueles que têm como utopia de belar a pobreza e a exclusão social devam estar imbuídos dessa luta.

De sorte que, nesse breve espaço de tempo, faço aqui uma homenagem à memória de Betinho, pois, assim, estaremos, de certa forma, assumindo o compromisso de manter viva essa memória. E a melhor forma de fazer isso é dando continuidade a seu trabalho, a suas realizações de combate à fome e à exclusão social. Não existe outra forma. Ele poderá ganhar os melhores poemas, a melhor biografia, os melhores filmes, mas, se tudo isso não tiver uma repercussão na realidade da exclusão social, poderá ser apenas uma ilusão ou um engodo de homenagem.

A melhor forma é fazer com que todos esses esforços—poesias, biografias, filmes—sejam no sentido de tocar mais mentes e corações, para que se continue com o desafio do combate à fome, ao desemprego, ao analfabetismo, a todas as formas de exclusão social, cultural, moral e política, em todos os aspectos da dimensão humana.

Sr. Presidente, agradeço e registro aqui a carta de Betinho destinada a Maria. Espero que o Congresso Nacional possa dar continuidade à luta em defesa de uma ação de uma ação mais apropriada para o combate à exclusão social, ampliando os recursos para essa prática, e que o Congresso Nacional aprove as diferentes iniciativas, o que, com certeza, seria uma grande contribuição aos sonhos do Betinho, que continuam vivos, que é o Projeto de Renda Mínima, do Senador Eduardo Suplicy.

O meu projeto foi apresentado por intermédio da Comissão de Combate à Pobreza, que cria o Orçamento Social. Há muitas outras iniciativas que precisam de consequência prática, e não apenas discursiva, a fim de que sejam viabilizadas para que as instituições públicas dêem a resposta necessária à problemática social do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA MARINA SILVA EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

**Betinho é lembrado em vários eventos no Rio
15:50 – 9-8-2001**

Os quatro anos da morte do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foram lembrados hoje, nesta capital, com várias homenagens. Pela manhã, o Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP) desenvolveu atividades com alunos de escolas municipais. Mais de 100 crianças presenciaram o descerramento da placa da futura Praça da Cidadania, localizada na rua Lauro Müller, em Botafogo, e o lançamento de um carimbo dos Correios em comemoração ao Dia Nacional de Mobilização pela Vida. Depois do evento, os alunos assistiram a uma palestra na

Uni-Rio, com o tema "O Betinho que existia em mim". A última do sociólogo, Maria Nakano, também assistiu à palestra.

A Ação da Cidadania homenageou seu criador, Betinho, na data de aniversário de sua morte, com a inauguração da Escola de Cidadania Herbert de Souza e a abertura da Escola de Informática, ambas no Armazém de Cultura e Cidadania, na Av. Barão de Tefé, 75, no bairro Portuário da Saúde, que atenderão, inicialmente, 200 jovens carentes.

A gente não quer só comida...

Herbert de Souza, Mineiro. Sociólogo, mestre em política e em lutas pela vida — a sua e a de milhões de famintos deste imenso Brasil sofrido e desesperançado. Betinho. Homem-de-ação. Da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Herbert-Betinho. Pai de Daniel (30, do primeiro casamento) e de Henrique (14) e marido de Maria Nakano.

Uma Carta Para Maria

Carta escrita por Herbert de Souza (o Betinho) para sua mulher Maria e lida, um ano após sua morte, pelo ator Jonas Bloch, durante a cerimônia no CCBB: "Este texto é para Maria ler depois da minha morte que, segundo meus cálculos, não deve demorar muito. É uma declaração de amor.

Não tenho pressa em morrer, assim como não tenho pressa em terminar esta carta. Vou voltar a ela quantas vezes puder e trabalhar com carinho e cuidado cada palavra. Uma carta para Maria tem que ter todos os cuidados. Não quero triste, quero fazer dela também um pedaço de vida pela via de lembrança que é a nossa eternidade.

Nos conhecemos nas reuniões de AP (Ação Popular), em 1970, em pleno Maoísmo. Havia um clima de sectarismo e medo nada propício para o amor.

Antes de me aventurar andei fazendo umas sondagens e os sinais eram animadores, apesar de misteriosos. Mas tínhamos que começar o namoro de alguma forma. Foi no ônibus da Vila das Belezas, em São Paulo.

Saímos em direção ao fim da linha como quem busca um começo. E aí veio o primeiro beijo, sem jeito, espremido, mas gostoso, um beijo público. A barreira da distância estava rompida para dar começo a uma relação que já completou 26 anos!

O Maoísmo estava na China, nosso amor na São João. Era muito mais forte que qualquer ideologia. Era a vida em nós, tão sacrificada na clandestinidade sem sentido e sem futuro. Fomos viver em um quarto e cozinha, minúsculos, nos fundos de uma casa pobre, perto da Igreja da Penha. No lugar cabia nossa cama, uma mesinha, coisas de cozinha e nada mais. Mas como fizemos amor naquele tempo!

Foi incrível e seguramente nunca tive mais tanto prazer.

Tempos de chumbo, de medo, de susto e insegurança. Medo de dia, amor de noite. Assim vivemos por quase um ano. Até que tudo começou a "cair". Prisões, torturas, polícia por toda a parte, o inferno na nossa frente. Fomos para o Chile. E ali, chamado por Garcez para elaborar textos, acabei no agrado de Allende, que os usou em seus discursos oficiais.

Foi a primeira vez que eu vi amor virar discurso político... Depois passamos por muita coisa até voltar. Até que a anistia chegou e nos surpreendeu. E agora, o que fazer com o Brasil? Foi um turbilhão de emoções: o sonho virou realidade! Era verdade, o Brasil era nosso de novo. A primeira coisa foi comer tudo que não havíamos comido no exílio: angu! com galinha ao molho pardo, quiabo com carne moída, chuchu com maxixe, abóbora,

cozido, feijoada. Um festival de saudades culinárias, um reencontro com o Brasil pela boca.

Uma das maiores emoções da minha vida foi ver o Henrique surgindo de dentro de você. Emoção sem fim e sem limite que me fez reencontrar a infância.

Depois do exílio, nos saímos das parecidas normas. Trabalhávamos; viajavamos nas férias, visitávamos os amigos, o lbase funcionava, até a hemofilia parecia que havia dado uma trégua. Henrique crescia, Daniel aos poucos se reaproximava de mim, já como filho e amigo.

Mas como uma tragédia que vem às cegas e entra pelas nossas vidas, estávamos diante do que nunca esperei. A Aids. Em 1985, surge a notícia da epidemia que atingia homossexuais, drogados e hemofílicos, O pai não foi geral. Eu, é claro, havia entrado nessa. Não bastava ter nascido mineiro, católico, hemofílico, maoísta e meio deficiente físico.

Era necessário entrar na onda mundial, na praga do século, mortal, definitiva, sem cura, sem futuro e fatal. E foi aí que você, mais do que nunca, revelou que é capaz de superar a tragédia, sofrendo, mas enfrentando tudo e com um grande carinho e cuidado. A Aids selou um amor mais forte e mais definitivo porque desafia tudo, o medo, a tentação do desespero, o desânimo diante do futuro. Continuando apesar de tudo, o beijo, o carinho e a sensualidade.

Assumi publicamente minha condição de soropositivo e você me acompanhou. Nunca pôs um "senão" ou um comentário sobre cuidados necessários. Deu a mão e seguiu junto como se fosse metade de mim, inseparável. E foi. Desde os tempos do cólera, da não esperança, da morte do Henfil e Chico, passando pelas crises que beiravam a morte até o coquetel que reabria as esperanças. Tempo curto para descrever, mas uma eternidade para se viver.

Um dos maiores problemas da Aids é o sexo. Ter relações com todos os cuidados ou não ter? Todos os cuidados são suficientes ou não se deve correr riscos com a pessoa amada? Passamos por todas as fases, desde o sexo com uma ou duas camisinhas até sexo nenhum, só carinho. Prefiro a segurança total ao mínimo risco.

Parei, paramos e sem dramas, com carências, mas sem dramas, como se fosse normal viver contrariando tudo que aprendemos como homem e mulher, vivendo a sensualidade da música, da boa comida, da Literatura, da invenção, dos pequenos prazeres e da paz. Viver é muito mais que fazer sexo. Mas para se viver isso, é necessário que Maria também sinta assim e seja capaz dessa metamorfose como foi.

Para se falar de uma pessoa com total liberdade é necessário que uma esteja morta e eu sei que este será o meu caso. Irei ao meu enterro sem grandes penas e principalmente sem trabalho, carregado. Não tenho curiosidade para saber quando, mas sei que não demora muito.

Quero morrer em paz, na cama, sem dor, com Maria do meu lado e sem muitos amigos, porque a morte não é ocasião para se chorar, mas para celebrar um fim, uma história. Tenho muita pena das pessoas que morrem sozinhas ou mal acompanhadas, é morrer muitas vezes em uma só. Morrer sem o outro é partir sozinho. O olhar do outro é que te faz viver e descansar em paz. O ideal é que pudesse morrer na minha cama e sem dor, tomando um saquê gelado, um bom vinho por tuques ou uma cerveja gelada. Te amo para sempre, Betinho, Itatiaia, janeiro de 1997"

Extraída do **Jornal da Orla** de Santos, SP, ao dia 24 janeiro 1999.

"Temos sociólogos bons e medíocres. Uns acabam professores, outros presidentes da República".
(Herbert de Souza, sociólogo)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Sobre a Mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº P-192/2001 – CMPOPF

Brasília, 10 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 31/2001-CN, que "Altera o Plano Plurianual para o período 2000/2003", tendo em vista a decisão do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento nesta comissão, em reunião realizada no dia oito do corrente, na sala de reuniões desta presidência.

O pleito em questão justifica-se pelo fato de que a revisão do PPA 2000/2003, no entendimento do referido colegiado, deverá ter sido apreciada pelo Congresso Nacional antes do encaminhamento, pelo Poder Executivo, da proposta orçamentária para 2002.

Assim sendo, seguem abaixo os novos prazos para a tramitação do projeto:

1) Publicação e distribuição de avulsos até o dia 10-8.

2) Apresentação de emendas perante a comissão, do dia 13 ao dia 17-8.

3) Distribuição do Parecer do Relator, dia 27-8 (exatamente 24 horas antes da votação na comissão).

4) Votação do Parecer do Relator na Comissão, dia 28-8.

5) Votação do Parecer da Comissão no Congresso Nacional, dia 29-8.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – O ofício lido vai à publicação.

Os Srs. Senadores Gilvam Borges, Lúcio Alcântara e Francelino Pereira enviaram discursos à Mesa para se republicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é quase redundante falar sobre a importância que as questões ambientais assumiram no mundo contemporâneo globalizado. Se há hoje uma causa capaz de mobilizar pessoas

das mais diversas ideologias e das mais diferentes culturas essa causa é a da preservação ambiental.

Só para se ter uma idéia da capacidade de mobilização que a questão ambiental provoca, lembremos o recente mal-estar internacional provocado pela rejeição do Presidente Bush ao protocolo de Kyoto. Que a Casa Branca "trafega na contramão" ficou evidente, no mês passado, quando 178 países, reunidos na cidade alemã de Bonn, chegaram a um acordo para colocar em prática o protocolo de Kyoto, isolando os Estados Unidos.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, quando se reafirmam, em todo o mundo, as ações em defesa do meio ambiente, causou certa perplexidade a recente iniciativa governamental de transferir para outro órgão, e centralizar em Brasília, as atividades do Centro Nacional de Quelônios da Amazônia – CENAQUA, sob a justificativa de estender a bem-sucedida experiência realizada com tartarugas-da-amazônia e tracajás à proteção e ao uso sustentável de répteis e anfíbios.

O Centro Nacional dos Quelônios da Amazônia – Cenaqua era uma unidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pela conservação e manejo dos quelônios amazônicos. Ao longo dos últimos 21 anos, o Cenaqua vinha conseguindo recuperar os estoques populacionais das espécies de tartarugas, assegurando sua conservação e trazendo benefícios diretos à população ribeirinha que depende dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo Cenaqua vem ao encontro dos anseios da sociedade em geral, que tem exigido uma atuação mais eficaz dos órgãos públicos no que diz respeito à perpetuação da fauna e flora silvestres no Brasil.

O Cenaqua coordenava e executava atividades em 115 sítios reprodutivos, trabalhados prioritariamente no período da vazante dos rios da bacia amazônica e das sub-bacias Araguaia-Tocantins. O Cenaqua maneja e devolveu à natureza aproximadamente 30 milhões de filhotes das espécies conhecidas como tartaruga-da-amazônia e tracajá.

Por sua atuação, o Cenaqua se consolidou como uma das mais importantes iniciativas ecológicas de cunho social do Brasil, garantindo não só a sobrevivência das diferentes espécies de tartarugas, como também auxiliando a preservação dos seus ecossistemas e da cultura das populações locais inseridas, na medida em que oferecia uma alternativa econômica para a região, na forma de criação comercial de quelônios.

A estrutura do Cenaqua foi constituída para executar as atividades técnicas de proteção e manejo, criação em cativeiro, pesquisa e educação ambiental, mantendo bases avançadas distribuídas por toda a região Norte, além dos Estados de Goiás e Mato Grosso. Atualmente, existem 80 criadouros registrados, com 700.000 animais, no sistema de criação.

Os trabalhos de Educação Ambiental eram realizados principalmente junto às comunidades ribeirinhas, aos turistas e público em geral, por meio de palestras, seminários e exposições em escolas da rede pública estadual e municipal, com o objetivo de valorizar a busca de novas formas de manejo sustentado em harmonia com a natureza.

Apesar dos bons resultados obtidos e do reconhecimento pela relevância do trabalho realizado, o Cenaqua viu suas atribuições e atividades transferidas para o Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios Nacionais (RAN), criado pela Portaria nº 58, de 24 de abril de 2001, assinada pelo Presidente do Ibama.

A decisão nos traz uma série de inevitáveis interrogações, Sras. e Srs. Senadores. Em primeiro lugar, é difícil deixar de estranhar a disposição centralizadora que a medida revela, com a criação de um órgão com sede em Brasília para a execução de uma tarefa que, por sua própria natureza, deverá ser feita em outras regiões. Em segundo lugar, receia-se que a transferência do Cenaqua, de Goiânia para Brasília, venha a causar transtornos de tal ordem que possam comprometer os resultados de um trabalho já consolidado e que se serve de parcerias locais e da infraestrutura já estabelecida. Isso sem falar nos desarranjos que tal mudança acarreta para a vida dos funcionários do Órgão, o que, fatalmente, poderá comprometer o desempenho profissional deles.

Não são infundadas, portanto, a insegurança e apreocupação que a intemperividade da medida gerou em todos aqueles que estão envolvidos com o trabalho que o Cenaqua vinha desenvolvendo de forma tão satisfatória. Teme-se pelo futuro do que foi conseguido até aqui. O Cenaqua tornou-se um fator determinante na preservação dos ecossistemas onde ocorrem os quelônios. Além de promover formas ambientalmente corretas de uso dos recursos naturais, o Centro também se notabilizou, como vimos, pelo desempenho de atividades de educação ambiental entre as populações ribeirinhas.

Se a intenção é aproveitar a experiência acumulada pelo Cenaqua na recuperação de tartarugas, estendendo-a aos répteis e anfíbios, não se compreende as razões que obstariam a criação de outra unidade

de análoga ao Cenaqua a eles dedicado, o que evitaria os transtornos da transferência.

Não se questiona, em nenhum momento, a criação de um centro dedicado ao trabalho com répteis e anfíbios, segmento da fauna silvestre considerado um dos mais diversos do mundo e detentor de grande potencial de exploração econômica. O que se lamenta, Sras. e Srs. Senadores, é que tal trabalho venha a ser desenvolvido com prejuízo de outro já realizado com sucesso.

Espera-se, entretanto, que isso possa ser evitado e que sejam oferecidas aos servidores do Cenaqua as condições necessárias para assegurar a continuidade e preservar a qualidade do excelente trabalho que desenvolvem. Espera-se, ainda, que as mudanças estruturais promovidas pelo Ibama tenham sido motivadas por razões exclusivamente técnicas e que não venham a comprometer a bem sucedida experiência do Cenaqua na tarefa de recuperação e conservação de uma espécie tão representativa da já ameaçada fauna brasileira.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a morte do geógrafo Milton Santos, ocorrida em 24 de junho, deixou uma imensa lacuna nos meios científico e intelectual brasileiros. Mais do que isso, provocou uma orfandade nos mais diversos segmentos da nossa sociedade, especialmente entre aqueles que se dedicam a entender o Brasil e a contribuir de alguma forma para promover a cidadania entre os nossos concidadãos.

Autodidata até os dez anos, esse baiano de Brotas de Macaúbas, nascido em 1926, percorreu longa trajetória até morrer, em decorrência de um câncer. Estudou com os pais, professores primários, antes de fazer o antigo curso ginasial. Formou-se em Direito, em 1948, mas logo se dedicou ao estudo da Geografia e das ciências humanas em geral. Desta cou-se de tal modo, como geógrafo e pensador, que, ao comentar sua profícua vida, o filósofo e cientista político Emir Sader assim se expressou: "Ele buscou espaço tanto na vida quanto nas ciências. E impressiona que tenha conseguido sendo baiano, negro, pobre e aluno de escola pública".

Seus amplos conhecimentos e sua proposta de utilizar os espaços de forma a obter melhor qualidade de vida levaram-no, em certo momento, a exercer uma função política, a de Sub-Chefe da Casa Civil, na Bahia. Nada de se estranhar, em se tratando de alguém que praticava a "ética da militância", que objetivava a transformação do mundo em um mundo melhor.

Professor da Universidade Federal da Bahia, perdeu seu emprego quando eclodiu o golpe militar

de 1964, o que o levou a asilar-se em Paris, onde se formaria Doutor em Geografia pela Universidade de Estrasburgo.

Com mais de 40 livros escritos e 14 títulos de Doutor **honoris causa**, concedidos em diversas partes do mundo, Milton Santos, no dizer do geógrafo, professor aposentado e pesquisador Aldo Paviani, "foi um colecionador de prêmios nacionais e internacionais".

A socióloga pesquisadora do CNPq Sueli Carneiro, que nos anos 70 e 80 trabalhava em São Paulo, destacou, em artigo publicado no **Correio Brasileiro**, a autoridade que tinha Milton Santos em todas as áreas relacionadas com planejamento urbano:

"Arquitetos, engenheiros, cientistas sociais, gente de todas as colorações políticas e ideológicas empenhavam-se no desafio de planejar a maior cidade da América Latina. As disputas teóricas e práticas em especial, entre arquitetos e engenheiros, e as diferentes visões que os orientavam em relação à concepção e ao futuro da cidade tinham em comum apenas um nome, presente em todas as bibliografias dos planos e projetos urbanos: Milton Santos. Uma unanimidade, referência obrigatória para todos os que se dispunham a pensar e a agir sobre aquele território".

Para Sueli Carneiro, Milton Santos pagou um preço por sua inteligência rara, pela originalidade do seu pensamento e por sua independência intelectual. "Ousou ser um intelectual no sentido mais plano da palavra – atesta; um produtor de conhecimento de alta excelência, numa terra em que pretos deviam contentar-se apenas em ser objeto de estudo".

Esse aspecto racial, Sras. e Srs. Senadores, é abordado também por Muniz Sodré, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conterrâneo de Milton Santos. "Apesar de ser um negro da elite, aceito por ela, falante do francês, era um negro, e isso devia incomodar muita gente", disse, referindo-se às perseguições políticas de que Milton Santos fora vítima.

Ao lamentar a morte do geógrafo, em artigo publicado no jornal **Correio Brasileiro**, o Professor e ex-Governador Cristovam Buarque salientou que o nosso homenageado "fez uma geografia total, da qual os seres humanos fazem parte, e fez uma escolha moral sobre o propósito das mudanças que os homens provocam. Com isso – observou – ele se fez parte da própria geografia viva e tentou influenciar os rumos da evolução dessa geografia".

No seu extenso rol de publicações, encontram-se obras publicadas em várias línguas, nas quais Milton estabelece sólida metodologia científica e traça as bases de uma geografia crítica. Entre elas, destacam-se "O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo"; "Por uma Geografia Nova"; "Pensando o Espaço do Homem"; "Espaço e Sociedade"; "Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana"; "Território e Sociedade no Início do Século XXI", entre outras. O professor Aldo Paviani, comentando a extensa produção bibliográfica de Milton Santos, afirma que obras como "O Espaço Dividido – Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos" e "A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo; Razão e Emoção" ultrapassam o tempo do geógrafo e pensador, consistindo em notável contribuição ao desenvolvimento desses temas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil inteiro homenageou Milton Santos por ocasião de sua morte, reconhecendo-lhe o talento, o amor ao País, a disposição de lutar para fazer da comunidade humana um espaço de convivência fraterna. Não admira que um intelectual do porte do Professor Antônio Cândido assim se tenha referido a ele: "Nos seus trabalhos, o rigor científico nunca foi obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil".

Esse foi Milton Santos, um homem, pesquisador e intelectual respeitado que, felizmente, teve em vida o reconhecimento do seu valor. Um negro para quem a negritude não carecia de afirmação, na expressão da socióloga Sueli Carneiro; um brasileiro que foi laureado com o Prêmio Vautrin Lud, o mais importante do planeta na sua área de conhecimentos; um pesquisador do Terceiro Mundo que, sem rejeitar sistematicamente o processo de globalização, fez-lhe críticas contundentes e fundamentadas. Um homem, enfim, que lutou pela eliminação da pobreza, pela liberdade de pensamento e pela dignidade das pessoas, e que, por tudo isso, tornou-se um exemplo para todos nós e para as futuras gerações.

Muito obrigado!

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estaremos na próxima terça-feira, em Diamantina, com o senhor Ministro da Saúde, José Serra, para o lançamento do Projeto Alvorada.

Diamantina é terra de JK e portal de entrada do Vale do Jequitinhonha. Recentemente foi erigida à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade.

O Projeto Alvorada alcança 389 municípios de 24 dos 27 Estados brasileiros, sendo que 275 municí-

pios pertencem a Minas Gerais. Atenderá a cinco milhões de pessoas, inclusive 3,7 milhões de mineiros. Até o final do próximo ano o repasse de recursos previstos será de um bilhão e 600 milhões de reais.

Os 275 municípios mineiros que fazem parte do Projeto Alvorada estão principalmente no Norte de Minas e nos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri. Todos já integram a área de jurisdição da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene – instituição que substituiu a extinta Sudene.

São atendidos pelo Projeto Alvorada, que prevê diversas ações assistenciais, todos os municípios brasileiros que apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – abaixo de 0,500.

O IDH é um índice medido pela Organização das Nações Unidas que varia de um a zero. Mede os avanços de um país em três dimensões: esperança de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto – PIB – **per capita**. Isso quer dizer que, quanto mais próximo do número **um** for o índice, mais alto é o desenvolvimento humano.

Em termos mundiais, o Brasil está no septuagésimo quarto lugar no **ranking** do IDH, com 0,747, abaixo de países como o Peru, Costa Rica e outros 15 nações da América Latina e do Caribe.

Em Diamantina, e nos demais municípios mineiros atendidos pelo Projeto Alvorada, os recursos serão aplicados principalmente nos programas de Bolsa-Escola ou garantia de renda mínima; erradicação do trabalho infantil; saneamento básico com vistas à redução da mortalidade infantil; saúde em família e agentes comunitários. Também serão aplicados recursos na redução da mortalidade materna e neonatal; capacitação de mão-de-obra; ações no ensino fundamental para jovens e adultos; energia em pequenas comunidades; apoio à agricultura familiar e programas com vistas a desenvolver o turismo ecológico.

Uma das mais importantes ações do Projeto Alvorada é o programa de Garantia de Renda Mínima, também chamado de Bolsa Escola. Seu objetivo é garantir renda mínima para famílias carentes, possibilitando a permanência dos filhos de sete a 14 anos na escola.

Diamantina tem sido alvo de outras ações do governo.

Ainda no dia cinco de julho último, os Ministros da Educação, Paulo Renato de Souza, e da Previdência, Roberto Brant, estiveram na cidade, para o lançamento da pedra fundamental do Campos II da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina, que leva o nome do mais ilustre filho da cidade, Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Na mesma ocasião, os Ministros, acompanhados do deputado Cleuber Carneiro, uma das mais expressivas lideranças políticas da região, inauguraram o edifício das Ciências Básicas "Professor Pedro Pa-

ulo Penido". Também participaram da assinatura de convênio no âmbito do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Os dois ministros, acompanhados das principais lideranças políticas, também se reuniram com os prefeitos da região para o lançamento do Programa Nacional Bolsa Escola.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, desta tribuna, formular veementemente o apelo ao Ministro da Aeronáutica, em favor da complementação do projeto de construção do aeroporto de Diamantina. Refiro-me, principalmente, à ampliação da pista de pouso e seu balizamento, para permitir a operação de aeronaves maiores. A medida torna-se ainda mais necessária em razão da movimentação que certamente haverá em Diamantina, em decorrência das comemorações do centenário de nascimento de JK.

A comissão organizadora dos festejos já está trabalhando ativamente. Não há dúvidas de que as homenagens a JK representarão o reconhecimento da História ao grande brasileiro nascido em Diamantina.

Além disso, Diamantina necessita de um aeroporto compatível com o seu desenvolvimento político, econômico, social e, sobretudo, turístico, pois a inclusão da cidade, pelas Nações Unidas, na categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, representou um importante atrativo para turistas nacionais e estrangeiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que consta da pauta da Ordem do dia da sessão deliberativa ordinária de segunda-feira, dia 13 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, a Proposta de Emenda à Constituição n.º 1-B, de 1995.

É a seguinte a Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1-B, DE 1995
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
art. 281 do Regimento Interno,
Requerimento nº 424, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amim (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (limitação à edição de medidas provisórias), tendo

Parecer favorável, sob nº 729, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 21 minutos.)

**Ata da 88ª Sessão Deliberativa Ordinária
em 8 de agosto de 2001**

(Publicada no **DSF** de 9 de agosto de 2001)

RETIFICAÇÃO

Trecho de Ata às páginas nºs 15968 a 15972, referente à publicação do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449/1999 aprovado; e às Emendas nºs 7 e 8 rejeitadas, que se republica por haver saído com incorreções:

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) –

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de ser redigido o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

EMENDA Nº 2 – CAS
(Substitutivo)

Altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários e de ensino captar recursos provenientes de internações hospitalares.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 43.

§ 1º Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até vinte e cinco por cento dos seus leitos operacionais e capacidade assistencial a pacientes que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde para assistência, mediante ressarcimento, mantendo-se a universalidade e a equidade em todos os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde aos demais pacientes, admitindo-se diferenciações apenas no padrão de hotelaria. (AC).....

§ 2º Os recursos obtidos na forma do parágrafo anterior deverão ser integralmente utilizados para a manutenção e recuperação do hospital, visando a melhoria das condições de atendimento. (AC)

§ 3º Na regulamentação desta Lei será ouvido o Conselho Nacional de Saúde. (AC)

§ 4º Em cada unidade federada, o percentual de leitos operacionais e da capacidade assistencial a ser destinada a pacientes que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde, de que trata o § 1º será pactuado, anualmente, em referência a cada hospital universitário e de ensino, entre os órgãos dirigentes estadual e municipal do Sistema Único de Saúde e a direção do hospital, ouvidos o conselho estadual de saúde e o conselho de saúde do município em que se localiza o hospital. (AC).....

§ 5º É vedada, para o cumprimento do disposto no § 1º, a redução do número de leitos operacionais e da capacidade assistencial destinados ao atendimento dos pacientes não-pagantes, disponíveis na data da entrada em vigor desta lei, conforme atestam os registros feitos, para cada hospital universitário e de ensino, junto ao Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) e ao Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS).” (AC)

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 7

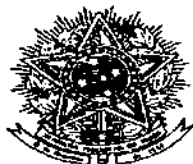
**EMENDA AO SUBSTITUTIVO APROVADO AO
PLS Nº 449, DE 1999**

Acrescentar no § 1º do art. 43 do Substitutivo aprovado ao Projeto de Lei nº 449/1999, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, após a expressão “Sistema Único de Saúde”, a expressão “garantido o atendimento prioritariamente aos não pagantes e aos casos de urgência e emergência”.

EMENDA Nº 8

**EMENDA AO SUBSTITUTIVO APROVADO AO
PLS Nº 449, DE 1999**

Excluir no § 1º do art. 43 do Substitutivo aprovado na alterando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a seguinte “admitindo-se diferenciações apenas no padrão de hotelaria”.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI
Nº 027/2001-CN

MENSAGEM

Nº 0383, de 26/06/2001 – CN
(Nº 0635, de 25/06/2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 53.200.000,00 (cinquenta e três milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANO**

S

EMENDA - 00001**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

Projeto de Lei nº 27, de 2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN o seguinte subtítulo:

Acréscimo: U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN
Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0047
Título – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - No Estado de Santa Catarina
Valor: R\$5.000.000,00
Mod. Aplicação: 30
GND: 4

Cancelamento: U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN
Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057
Título – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais – Nacional
Valor: R\$5.000.000,00
GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar a dotação existente na Lei Orçamentária para 2001 (Lei nº 10.171, de 05.01.01) como forma de tentar resolver os graves problemas carcerários existentes no Estado de Santa Catarina.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado FERNANDO CORUJA

UF

SC

PARTIDO

PDT

DATA

02/08/01

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANO****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL****EMENDA - 00002**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei nº 27, de 2001-CN	PÁGINA 1 DE 1
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN o seguinte subtítulo:</p> <p>Acréscimo: U.O: 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000 Título - Valor: R\$ 500.000,00 Mod. Aplicação: 30 GND: 4</p> <p>Cancelamento: U.O: 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057 Título - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - Nacional Valor: R\$ 500.000,00 GND: 4</p>		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Devido ao excesso de contingente do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, é necessária uma reforma para melhor comportar os seus detentos, dando-lhes um tratamento mais qualificado.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR NEIVA MOREIRA	UF MA
DATA 11	ASSINATURA 	

PARTIDO
PDT

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**EMENDA - 00003****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 27/2001-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Justiça - 30.907-Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

Programa: 0661 - Reestruturação do Sistema Penitenciário

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0009

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - No Estado do Pará-PA

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 30

Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelamento:

UO: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

Programa: 0661 - Reestruturação do Sistema Penitenciário

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - Nacional

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 30

Fonte: 324

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de uma das necessidades do Estado do Pará, a precariedade dos estabelecimentos penais, necessitam de atenção especial, precisando de novas cadeias, reformas e aparelhamentos. As cadeias encontram-se com diversos problemas estruturais, comprometendo a segurança da população, e o atendimento a sociedade.

CÓDIGO

1607-1

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado GIOVANNI QUEIROZ

UF

PA

PARTIDO

PDT

DATA

03/09/01

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO:**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL****EMENDA - 00004**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei n.º 27, de 2001	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	-------------------------

TEXTO

Acréscete-se ao Programa de Trabalho 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o seguinte subtítulo:

ACRÉSCIMO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000

Título: Reforma e Aparelhamento do Complexo Penitenciário Prof. Ataliba Nogueira – CAMPINAS/HORTOLÂNDIA/SP

Valor: R\$ 2.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

CANCELAMENTO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais - Nacional

Valor: R\$ 2.000.000,00

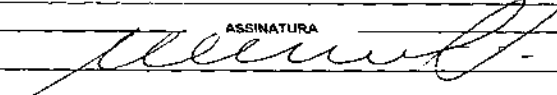
Mod. Aplicação: 30

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Um dos principais focos de rebeliões e de concentração de presos, esta instituição, situada entre Campinas e Hortolândia, no Estado de São Paulo, requer a recuperação imediata dos seus P1 e P2 - ambos de segurança máxima -, principalmente em seus alambrados, cozinha, enfermaria, além de sua estrutura de humanização dos detentos.

Adicionalmente, como a central do famigerado PCC, este complexo abriga 6 mil condenados, cujas condições de segurança destes e da população das cidades vizinhas está completamente comprometida.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Hélio	UF SP	PARTIDO PDT/SP
DATA 07/08/01	ASSINATURA 		

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT**EMENDA - 00005****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei n.º 27, de 2001	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	-------------------------

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o seguinte subtítulo:

ACRÉSCIMO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000

Título: Reforma e Aparelhamento do Complexo Penitenciário Prof. Ataliba Nogueira – CAMPINAS/HORTOLÂNDIA/SP

Valor: R\$ 2.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

CANCELAMENTO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais - Nacional

Valor: R\$ 2.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Um dos principais focos de rebeliões e de concentração de presos, esta instituição, situada entre Campinas e Hortolândia, no Estado de São Paulo, requer a recuperação imediata dos seus P1 e P2 - ambos de segurança máxima -, principalmente em seus alambrados, cozinha, enfermaria, além de sua estrutura de humanização dos detentos.

Citado inclusive como a central do famigerado PCC, este complexo abriga 6 mil condenados, cujas condições de segurança destes e da população das cidades vizinhas está completamente comprometida.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Hélio	UF SP	PARTIDO PDT/SP
DATA 07/08/01	ASSINATURA 		

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

EMENDA - 00006

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO		PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		Projeto de Lei nº 27, de 2001-CN	1 DE 1
TEXTO			
Acréscimo-se ao Programa de Trabalho 39.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN o seguinte subtítulo:			
Acréscimo:	U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000 Título – Const., Amp., Reforma e Reparelhamento Est. Penais em Pernambuco Valor: R\$ 1.000.000,00 Mod. Aplicação: 30 GND: 4		
Cancelamento:	U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057 Título – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais – Nacional Valor: R\$ 1.000.000,00 GND: 4		
JUSTIFICAÇÃO			
A PRESENTE EMENDA TEM O OBJETIVO DE REFORMAR AS CADEIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO; TENDO EM VISTA O A SITUAÇÃO PRECÁRIA QUE SE ENCONTRAM.			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		1ª PE PARTIDO
	GONZAGA PATRIOTA		PSB
DATA	ASSINATURA		
0708/2001			



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00007

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei nº 27, de 2001-CN	1 DE 1
---------------------	---	--------

TEXTO
 Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN o seguinte subtítulo:

Acréscimo: U.O: 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
 Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento do
 Estabelecimentos Penais
 Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000
 Título - Const., Ampliação, Reforma e Reap. Est. Penais em Pernambuco
 Valor: R\$ 3.000.000,00
 Mod. Aplicação: 30
 GND: 4

Cancelamento: U.O: 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
 Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057
 Título - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento do
 Estabelecimentos Penais - Nacional
 Valor: R\$ 3.000.000,00
 GND: 4

AUTENTICAÇÃO

A FINALIDADE DA PRESENTE EMENDA É REFORMAR E AMPLIAR AS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, TENDO EM VISTA SER ESTE ESTADO O SEGUNDO COLOCADO NA RELAÇÃO DE SUPERLOTAÇÃO DE PRESOS.

CÓDIGO	GONZAGA PATRIOTA	NOME DO PARLAMENTAR	PE	PARTIDO PSB
DATA 07/08/2001	ASSINATURA			



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00008

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei n.º 27, de 2001	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	-------------------------

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o seguinte subtítulo:

ACRÉSCIMO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000

Título: Construção e Aparelhamento de Complexo Penitenciária para o Município de Avanhandava/SP

Valor: R\$ 13.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

CANCELAMENTO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais - Nacional

Valor: R\$ 13.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o regimento interno da Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos, art. 47, I "A", in fine, a respectiva emenda tem por objetivo a Construção e Aparelhamento de um Complexo Penitenciário para cerca de oitocentos presos no o Município de Avanhandava/SP

Tal solicitação prende-se ao fato da super lotação em que os presídios do Estado de São Paulo vem enfrentando. Com a construção desse novo presídio será de grande utilidade para o desafogamento da carga carcerária e de uma melhor infra estrutura para acomodar os presos além de evitar constrangimentos para a população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR JOSÉ ROBERTO BATÓCHIO	UF SP	PARTIDO PDT/SP
DATA 8/8/01	ASSINATURA 		

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**EMENDA - 00009****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei n.º 27, de 2001	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	-------------------------

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o seguinte subtítulo:

ACRÉSCIMO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0000

Título: Construção e Aparelhamento de Complexo Penitenciária para o Município de Dois Córregos/SP

Valor: R\$ 13.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

CANCELAMENTO:

U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimento Penais – Nacional

Valor: R\$ 13.000.000,00

Mod. Aplicação: 30

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o regimento interno da Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos, art. 47, I "A", in fine, a respectiva emenda tem por objetivo a Construção e Aparelhamento de um Complexo Penitenciário para cerca de oitocentos presos no o Município de Dois Córregos/SP

Tal solicitação prende-se ao fato da super lotação em que os presídios do Estado de São Paulo vem enfrentando. Com a construção desse novo presídio será de grande utilidade para o desafogamento da argem carcerária e de uma melhor infra estrutura para acomodar os presos além de evitar constrangimentos para a população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	UF SP	PARTIDO PDT/SP
DATA 8/8/01	ASSINATURA 		

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO****EMENDA - 00010****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

[A]

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO Projeto de Lei nº 27, de 2001-CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	-------------------------

	TEXTO
Acrescente-se ao Programa de Trabalho 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN o seguinte subtítulo:	
Acréscimo:	U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN Programa: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0039 Título – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - no Estado do Rio de Janeiro Valor: R\$1.000.000,00 Mod. Aplicação: 30 GND: 4
Cancelamento:	U.O: 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057 Título – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais – Nacional Valor: R\$1.000.000,00 GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Rio de Janeiro, visando aperfeiçoar o deficitário sistema penitenciário estadual e contribuir para melhoria da segurança.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado JOÃO SAMPAIO	UF RJ	PARTIDO PDT
DATA 07.08.01	ASSINATURA 		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA - 00011

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 27, DE 2001-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

ACRESCENTE-SE AO PL Nº27/2001-CN, O SEGUINTE SUBPROJETO:
TITULO:CONSTRUÇÃO,AMPLIAÇÃO,REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS
PENAI, EM LUZIANIA/GO
ORGAO:30000= MINISTERIO DA JUSTIÇA
U.O :30907=FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL
FUNC. PROGRAMATICA: 14.421.0661.1844.XXXX
GND : 04
MODALIDADE DE APLICAÇÃO : 30
VALOR: R\$1.800.000,00(HUM MILHAO E OITOCENTOS MIL REAIS)
CANCELE-SE AO PL Nº27,de 2001-CN NO SEGUINTE PROJETO:
FUNC. PROGRAMATICA:14.421.0661.1844.0057
GND : 04 INVESTIMENTO
MOD : 30
FONTE:324
VALOR: R\$1.800.000,00

JUSTIFICAÇÃO

VISA A PRESENTE EMENDA SOLUCIONAR O CRONICO PROBLEMA DE SUPERLOTAÇÃO DA CADEIA PUBLICA NESTE MUNICIPIO, QUE MANTEM UMA CADEIA PUBLICA EM PRECARIAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO CENTRO URBANO DA CIDADE, E O MESMO SERA CONSTRUIDO EM AREA FORA DESTE PERIMETRO, OBDECENDOS AS EXIGENCIAS DA AGENCIA PRISIONAL DO ESTADO DE GOIAS, QUE SERA O EXECUTOR DA EMENDA.

CÓDIGO 3271-0	NOME DO PARLAMENTAR LIDIA QUINAN	UF GO	PARTIDO PSDB
DATA 09/8/2001	ASSINATURA <i>Lidia Quinan</i>		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00012

PL 027/2001 - CN

Mensagem 0383/2001 - CN

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÃO Nº 100

027/2001

1 de 1

TEXTOS

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Justiça - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN - 30907, o seguinte subprojeto: 14.421.0661.1844.0015

Acrescentar:

UO: 30907

Título: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Estado do Tocantins

Valor: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)

Modalidade de Aplicação: 30

GND: 4

Cancelamento:

UO: 30907

Funcional Programática: 14.421.0661.1844.0057

Valor: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

O Orçamento Geral da União para o exercício de 2001 prevê, para todos os Estados da Federação, recursos destinados à reestruturação do Sistema Penitenciário. Para o Tocantins, os recursos alocados são insuficientes para dar continuidade às obras iniciadas nos últimos anos.

A presente emenda visa assegurar os recursos necessários para a conclusão das obras do complexo penitenciário do Estado do Tocantins, localizado no município de Wanderlândia, que se encontra com suas obras paralizadas há mais de dois anos.

CÓDIGO

1640-8

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado OSVALDO REIS

UF

TO

PARTIDO

PMDB

DATA

09/08/2001

ASSINATURA

**PORTARIA
Nº 94, DE 2001**


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores **Luci Maria de Oliveira**, matrícula 3502, **Rogério de Castro Pastori**, matrícula 3915 e **Sébastião José Álvares**, matrícula 2179, para integrarem a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 42/2001, do Diretor-Geral, em substituição aos servidores **Leovirgildo de Barros Silva Filho**, matrícula 3488, **Elias Jorge Carneiro Chaves**, matrícula 2281 e **Paulo César Guimarães da Silva**, matrícula 2628.

Art. 2º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATOS DO DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1477, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11083/01-8,

R E S O L V E exonerar **PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO**, matrícula nº 31789, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Lindberg Cury e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1478, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11064/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FABIANA PAULA GUILARDI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1479, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11045/01-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLA PIMENTEL PINHEIRO LIMONGI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Bernardo Cabral.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.



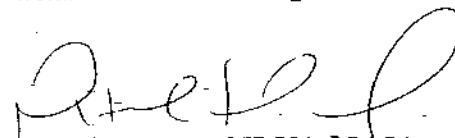
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº-1480, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11084/01-4,

R E S O L V E exonerar **LIAMARA SANTOS TROTTA**, matrícula n.º 31886, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Lindberg Cury e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.

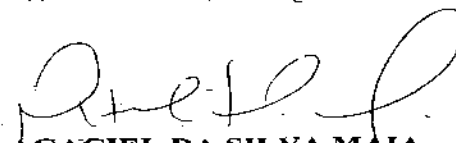

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1481, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11049/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JORCENE JOSÉ MARTINEZ** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Moreira Mendes.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1482, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **11063/01-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KARLA APARECIDA AMARAL NANTES DE OLIVEIRA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1483, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011108/01-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERALDO SILVA GALIZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Waldeck Ornélas.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.

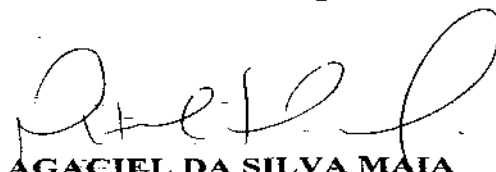

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1484, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11098/01-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELLE NUNES BARNABÉ** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1485, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008091/01-3,

RESOLVE dispensar a servidora **PATRÍCIA GATTI RAULINO**, matrícula 2982, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 2001, e lotá-la na Secretaria de Controle Interno, a partir da mesma data.

Senado Federal, 9 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral